

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÔNIO PEDRO MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
Endereço Telegráfico
«MINERVA»
TEL. 2 4253
Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
Metrópole..... 3\$00
Colónias..... 4\$00
(ASSINATURAS)
Metrópole (6 meses)... 18\$00
Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRAFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA
Visado pela Comissão de Censura

SUMÁRIO

| | |
|---|--|
| CONFERÊNCIA IMPERIAL — FOI ENCERRADA NO DIA 10 A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE GOVERNADORES DO IMPÉRIO PORTUGUÊS | *** |
| PROBLEMAS DE ANGOLA — CRÉDITO—CRIAÇÃO DUM ORGANISMO DE CRÉDITO, PARA FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E INDÚSTRIA, EM ANGOLA | *** |
| O RESSURGIMENTO ULTRAMARINO—GRANDEZA E ROMANTISMO DUMA GERAÇÃO—A CONFERÊNCIA DO SR. BRIGADEIRO JOÃO DE ALMEIDA NO TEATRO NACIONAL | |
| ECONOMIA DE ANGOLA..... | <i>Brigadeiro João de Almeida.</i> |
| IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ANGOLA DURANTE OS ÚLTIMOS TRÊS ANOS | <i>Octávio Cesar Craveiro.</i> Secretário da Associação dos Comerciantes de Angola |
| PÁGINA LITERÁRIA—DO LIVRO «VELO D'OIRO», 1.º PRÊMIO DE LITERATURA COLONIAL DE 1933..... | <i>José Luiz Freitas Ribeiro.</i> Presidente da Associação dos Comerciantes de Angola Residentes na Metrópole |
| POLÍTICA DE FOMENTO..... | <i>Henrique Galvão.</i> Publicista colonial |
| DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE | <i>Jorge Figueiredo de Barros.</i> Presidente da Direcção da Associação dos Agricultores de Angola |
| CRÓNICA DO MÊS | <i>Dr. Agostinho de Campos.</i> Professor, escritor e jornalista |
| NOTAS DO MÊS | <i>H. G.</i> |
| INFORMAÇÕES, ETC | *** |
| ESTATÍSTICA..... | *** |
| PORTUGAL COLONIAL | *** |

Conferência Imperial

Foi encerrada no dia 10 a primeira conferência de Governadores do Império Português

Foram encerradas no dia 10 as sessões plenárias da 1.^a Conferência do Império. Estão pronunciadas todas as palavras que traduzem a importância e o brilho do acontecimento. Resta salientar o triunfo que representa para a obra do Ministro e dos seus colaboradores o facto de ter a Conferência cumprido integralmente o seu programa. Se esta primeira série de trabalhos se não encerrou com a mesma grandiosidade com que foi inaugurada, demonstrou em compensação que a categoria que se lhe deu era inteiramente cabida e estava na proporção exacta do seu alcance. Entramos na antecâmara duma realidade imperial — no momento exacto em que tantos impérios a custo se mantêm na procela económica que assola o Mundo. É o que se deduz do discurso pronunciado pelo sr. Ministro das Colónias na sessão plenária de encerramento e da resenha de trabalhos que constituem a obra da Conferência:

O discurso do sr. Ministro das Colónias

AO findarem as sessões plenárias da Conferência dos Governadores, que tão solenemente S. Ex.^a o Presidente da Republica abriu no começo de Junho, dirijo a V. Ex.^{as} as minhas felicitações pelo útil trabalho realizado, com os meus bem justificados agradecimentos pelo precioso conselho que de todos recebi em relação aos difíceis problemas que em comum tínhamos de vencer.

O mês de trabalho, sempre intenso e algumas vezes violento, que atrás de nós fica, deixará um longo e fundo rasto na Administração Colonial Portuguesa. Verificando que o programa que para a Conferência foi estabelecido — e que alguns julgavam excessivamente ambicioso, enquanto outros o declaravam coisa pouca — foi cumprido com rigor, sinto-me na verdade contente. Demorámo-nos em muitos pontos, harmonizando a lição da prática com os ditames da teoria e a ansia de melhorar os serviços para o bem de todos. Mas não foi esforço baldado. E'-nos comum assim o espírito das grandes reformas administrativas que vão fazer-se — e que, não sem dificuldades, mas com o menor número possível de atritos, poderão passar da lei para a realidade. Ao longe, separados pelas distâncias, todos poderão trabalhar para este fim, não como simples executantes intérpretes que no complexo das ordens jurídicas têm de procurar a seu modo a ideia profunda que as anima — mas como criadores da própria alma nova da administração do nosso ultramar. Nem imagino o que pudesse ser, sem este entendimento prévio, o cumprimento da nova Carta Orgânica, tão diversa da anterior no seu espírito, nem o da vasta Reforma Administrativa, que se destina a dar um ritmo e uma forma nova à vida de Além-Mar.

Eram difíceis os problemas que se nos deparavam. A sua complexidade só na sua vastidão encontravam paradigma. Foi a consideração da sua importância e delicadeza que me levou a furtar os

nossos trabalhos à curiosidade do público. Sei que o método adoptado levantou reparos; talvez até tenha provocado censuras. Sem atentar nas infelizmente tão numerosas pessoas que acham mal tudo o que não é feito por elas próprias — que aliás, em regra, nunca fizeram coisa nenhuma — aos outros cumpre dar uma explicação. Bem pensadamente tomei esta atitude. A sessão inaugural, tão solenemente realizada no Palácio da Assembleia Nacional, evidenciou de modo inofismável a grande importância que o Governo attribuía às nossas deliberações. Depois, destinada a trabalhar arduamente, a Conferência tinha de reentrar no silêncio. Por demasia são conhecidos, por uma longa e triste experiência recentemente acentuada no campo internacional, os inconvenientes dos debates públicos em assuntos delicados. As delegações ou, mais simplesmente, as pessoas são levadas a tomar posições que a publicidade torna irredutíveis. Ninguém pode ceder ou recuar. Não se delibera modestamente com o fito de encontrar para cada problema, grande ou pequeno, a melhor solução em cada caso possível, mas na intenção de atirar todas as palavras para um sector de paixões ou interesses que ao longe vai aplaudir ou vaiar. Deixa de presidir aos debates o bom senso, o espírito de conciliação e de equilíbrio, para entrar neles dominadoramente o efeito oratório, o desejo inferior de os lembrar a multidão. A alma humana é feita assim e nem os melhores podem fugir sempre a imposições e consequências dos debates públicos.

Ora eu, mais deseioso de fazer obra útil do que aparatosa, quis que as nossas reuniões pudessem decorrer em plena tranquillidade, longe dos desordenados movimentos da crítica geral. Se não sentimos os seus efeitos benéficos, não pesaram também sobre nós as suas perniciosas consequências — que em regra são mais numerosas. Assim trabalhamos, entregues à nossa própria inspiração, fazendo o melhor que podemos e sabemos. Uma só vez, por experiência, se rompeu a atitude do silêncio que tinha resolvido seguir. Foi no momento em que, ressuscitando uma velha instituição que a ventaneira das autonomias coloniais tinha deitado a terra, resolvemos criar o Conselho das Pautas Ultramarinas. Nada tinha de original a ideia, que é quasi tão velha como as próprias pautas ultramarinas. Pois, coisa curiosa, apareceram logo inventores a reclamar direitos de patente. Tudo tem o seu lado engraçado na vida: a-pesar-de não ter vindo a lume senão uma parte da resolução tomada, o espírito de alheia invenção não conseguiu ir tão longe — que inventasse o que do segrêdo da Conferência não tinha saído.

Não tirámos efeitos fáceis de popularidade do que fomos resolvendo: mas procurámos servir bem o Império, lançando as bases de uma verdadeira revolução administrativa, marcando a entrada na or-

dem financeira geral, iniciando uma nova política de solidariedade económica ultramarina.

Em consciência, podemos dizer que não parece possível fazer mais neste momento, com os elementos de acção de que dispomos.

Com a Carta Orgânica do Império e a Reforma Administrativa, se o Governo as aprovar, realizaremos uma desconhecida unidade administrativa. Poderemos falar, então, com propriedade, de administração imperial e de política administrativa colonial; todos os departamentos do Império funcionarão segundo um mesmo ritmo, guiados pelo mesmo espírito obedecente ao impulso duma direcção superior. A lei administrativa colonial ficará concentrada praticamente em dois diplomas, em toda a parte applicáveis. Desaparecerá a confusão legislativa de que ainda num livro recentemente publicado na América nos acusavam. Deixaremos de ser no Ultramar o país de milhares de leis — que é o mesmo que dizer o país de nenhuma lei. A administração local atingirá uma simplicidade e uma clareza com que até aqui debalde tinha sonhado. Creio que se a Conferência tivesse limitado a sua tarefa à revisão dos dois diplomas assinalados — o segundo dos quais tem 800 artigos, teria feito muito, podendo dissolver-se depois de bem haver cumprido a sua missão.

Mas, antes, já nos trabalhos preliminares, haviam sido revistos com minucioso cuidado, verba por verba, todos os orçamentos das nossas oito colónias. Conhece o público, hoje, o resultado desse esforço. O método do trabalho adoptado permitiu publicar, antes do começo do ano económico corrente, a lei orçamental das colónias, com todas as normas que devem guiar a sua execução. Acompanha-as um longo relatório, que é apenas um esboço do que deve ser e que aos ministros das Colónias cumpre melhorar sucessivamente. Deve contar este todos os anos com cerca de mês e meio de absorvente trabalho, dedicado exclusivamente à revisão dos orçamentos coloniais. Tem de antecipar-se a época de aprovação, para que esta se dê no fim de Maio e não no fim de Junho. Só assim as coisas correm com a inteira regularidade que é de desejar. Este ano lançaram-se as bases da nova forma de acção. Para o ano deve completar-se o edificio. Julgo-o perfeitamente possível.

E, já que tive que falar desta matéria, não quero afastar-me dela sem recomendar aos senhores governadores toda a sua solicitude no que respeita às contas das colónias. As Direcções de Fazenda estão longe de cumprir a este respeito como é necessário — observando-se prazos estabelecidos para o encerramento e remessa de contas. O ministro tem de ser implacavelmente rigoroso a este respeito. Não há razões que possam desculpar a não observância da lei de contabilidade. Vou ordenar, sucessivamente, inspecções a todas as Direcções de Fazenda das colónias e quero aplicar sanções severas a todos os seus dirigentes que não cumprirem a lei neste ponto com a mais estrita pontualidade.

Durante muitos anos, estes assuntos andavam vergonhosamente descuidados: é tempo de implantar um regime de ordem de que ninguém possa afastar-se. É claro que estas palavras apenas caem sobre certas direcções de fazenda — em especial, sobre as das colónias, em que mais saliente foi a acção e a propagação dos que separam o fomento do equilíbrio financeiro.

Além dos orçamentos, votou ainda a Conferên-

cia o projecto de diploma destinado a estabelecer uma certa ordem nas relações financeiras entre as colónias, consolidando as posições a que já tinham chegado em matéria de dívidas. Vamos ver se fomos suficientemente felizes, encontrando, desta vez, uma fórmula que evite a acumulação de débitos.

Não limitou a Conferência, contudo, a sua preocupação às questões administrativas e financeiras. A política económica do futuro constituiu, como todos sabem, cuidado absorvente. E assim foi que, guiados pelos princípios de solidariedade e de unidade que o Acto Colonial inscreve, se votaram duas propostas de diploma e duas séries de reclamações dirigidas ao Governo da Metrópole, destinadas todas a intensificar as relações comerciais das colónias entre si e com a Metrópole. Transformados em realidades, abrirão grandes campos às actividades ultramarinas, constituindo poderosos incentivos para o trabalho e para a colocação de capitais nos territórios de além-mar. Certas colónias oferecem já hoje campos de acção importante ao trabalho dos outros — e que estavam completamente desaproveitados. Procuraram agora abrir-se às nossas próprias iniciativas ultramarinas naquilo que mais as pode interessar.

Neste sentido, para que todas as colónias possam entender-se, nunca marchando umas contra as outras, antes integrando sucessivamente umas nas outras as suas economias, a Conferência votou a criação do Conselho das Pautas Ultramarinas. Depois, discutiu e aprovou um projecto, que em breve será nonvertido em lei, destinado a proteger a entrada nos mercados coloniais portugueses do tabaco colonial, do café, do chá, do arroz, da mandioca, etc.

Como os meios de agir nos mercados metropolitanos fugiam já à sua competência própria, dirigiu ao Governo em nome das colónias as reclamações que entendeu justas, no que respeita à navegação e à protecção dos produtos ultramarinos. Não reclamou tudo o que a sua ambição ditava — longe disso. Apenas pediu o que lhe pareceu equitativo e possível. Ao dirigirem ao Governo as suas solicitações as colónias confiam no seu sentimento de solidariedade nacional, certas, pelas afirmações tantas vezes repetidas, de serem dos elementos que mais contribuem para a riqueza e para o prestígio de Portugal. Satisfeitas as reclamações que ao Governo dirigem, estão convencidas de que para o trabalho e colonização portugueses se abrirão além-mar poderosas fontes de iniciativa e rendimento.

Levou assim a Conferência até ao fim o plano de trabalho que lhe tinha sido traçado.

¿Era modesto esse plano? Há quem diga que sim, por não ver nele as matérias ligadas ao crédito e ao fomento. Mas na verdade problemas dessa ordem não estão no âmbito de uma Conferência de governadores que, por natureza própria, tem de destinar-se a resolver questões administrativas com carácter geral, a harmonizar dificuldades surgidas no trabalho comum; a apresentar deficiências remediáveis pela simples intervenção das autoridades superiores; a combinar reformas futuras e a unificar a acção de todos. De resto, ainda que estivessem, deve dizer-se que cada problema tem a sua hora própria. Por isso, hoje como no dia em que V. Ex.^{as} foram convocados, julgo que o plano traçado era o mais vasto que, nas presentes condições do Mundo, podia ser. Confesso mesmo que em certo momento me assustou a sua largueza, por ter chegado a supor que

só em muito mais tempo do que aquele de que realmente precisamos venceríamos as questões propostas. Mas, modesto que fôsse, podemos ter nesta hora um raro orgulho: levamo-lo vitoriosamente ao fim. Nisto se distingue a nossa Conferência de quasi tôdas as outras que por êsse Mundo se reúnem e que, em muitos casos, não conseguem, depois de algumas semanas de sessões, chegar sequer ao perfeito enunciado dos problemas.

Outros eternos insatisfeitos entenderam que a primeira Conferência Imperial devia ser formada não por governadores, delegados directos do Poder Central, mas por homens representativos das actividades coloniais, que à Metrópole viessem para fazer ouvir a voz dos que estão immediatamente ligados à terra, à indústria ou ao comércio, em vez dos ecos da opinião das esferas do Governo ou da burocracia. Queriam uma espécie de Congresso das Colónias e esperavam naturalmente discussões seguidas, agitadas e vistosas, longos relatos de Imprensa.

De facto, como já tive ocasião de dizer numa sessão anterior, encararam-se duas espécies de reuniões imperiais no prosseguimento da política que o Governo tem seguido para a aproximação espiritual e económica de tôdas as partes da Nação: a primeira, obedecendo ao tipo daquela que hoje vê o seu último dia; a segunda, de mais larga constituição e com ambições diferentes. A estas viriam delegações de tôdas as colónias, numerosamente formadas, reunindo ao lado dos funcionários mais categorizados o que de melhor cada uma tivesse no campo das actividades económicas. Aquí viriam com um número muito restrito de problemas no seu programa de discussões para trabalharem um pouco conforme o método das grandes assembleas internacionais.

A primeira destas reuniões começará em breve a ser preparada, juntando-se lentamente todos os elementos de estudo e de acção que forem necessários para assegurar o seu êxito. Mas pareceu conveniente que, embora mais modesta — e talvez por isso mais fecunda — esta Conferência dos Governadores, num plano diverso, precedesse a outra, abrindo-lhe por assim dizer o caminho. Entrando no nosso direito político e administrativo colonial, completar-se-hão com o andar do tempo — cada uma com seu plano próprio de actuação e seu método de trabalho.

Ambas ficarão na Carta Orgânica do Império, se o Governo aprovar a proposta que quero fazer-lhe nesta matéria. E, qualquer que seja o seu valor com forças criadoras nas regiões da administração pública, das finanças, ou da economia, bem parece que, no campo político elas podem ser elementos de coesão nacional de singular importância. Por elas se afirmarão periódicamente na Metrópole as reivindicações das colónias, como parte integrante do corpo português. Por elas o Império manterá e crescerá talvez a consciência da sua importância, grandeza e unidade.

A um povo que, a-pesar-de tudo, ainda se julga pequeno, mostrarão a imensidade e a variedade dos territórios que lhe pertencem e das raças que lhe andam ligadas. Provar-lhe-hão que êle forma não um país ibérico, comprimido num nesga de terra europeia, mas uma nação que se dilata pelo Mundo tão largamente, que os seus interesses abarcam ainda quasi todos os mares e continentes. Indicar-lhe-hão que as suas responsabilidades se dividem nesta hora de ruídosas ambições, por uma área imensa, que o

coloca na categoria dos mais vastos países do globo. E isto contribuirá por certo para elevar nas almas o sentimento da dignidade nacional — que tantos anos de abatimento, de lutas mesquinhas, de más propagandas, tinham feito murchar.

É êste o último minuto da primeira Conferência do Império. Volta-me agora à lembrança a hora gloriosa da sessão inaugural; passam-me na memória as semanas apagadas, silenciosas, do nosso trabalho. Recapitulo os resultados obtidos. Sinto que esta conferência não foi uma sombra que passou; e creio que o que fizemos durante longos anos há-de dominar a vida colonial portuguesa. Sôbre tão alta esperança vai djsolver-se a conferência.

É solene êste instante. Reunidos durante um mês na cabeça do Império, como um símbolo da grande unidade da Nação, vão separar-se finalmente os governadores do Império.

A todos por igual dirijo as saudações do Governo da República. Entre as suas colónias, a Nação não sabe distinguir no amor. Se de umas fica a maior esperança do futuro, a outras está prêsna por tantas glórias passadas, que elas são o seu mais rico brasão de nobreza. A tôdas as populações tem no mesmo lugar do coração. A tôdas, quer às que, como as da Índia, saídas duma velha civilização, a continuam sob a nossa bandeira, com profundo sentimento português, quer as que só agora começam a acordar da barbarie e têm de ser fraternalmente amparadas.

Para os colonos que, sofrendo as mais rudes inclemências, no meio desta grande crise, como em pleno tumulto de uma rude batalha, se mantêm no seu pôsto de trabalho, com sacrificio levado muitas vezes até ao heroísmo, vão as minhas últimas e comovidas palavras de ministro das Colónias. A solidariedade da Nação acompanha-os. Com sua dedicação, espírito de sofrimento e coragem, dão ao Mundo, como exemplo, as mais nobres virtudes portuguesas. Merecem a gratidão de todos.

Meus senhores: Está encerrada a primeira Conferência do Império.

Os trabalhos da Conferência

Durante a Conferência foram discutidos e aprovados para serem submetidos à apreciação do Governo, os seguintes trabalhos:

I—Carta Orgânica do Império—a) Divisão Administrativa do Império Colonial Português; b) Princípios gerais reguladores da administração colonial portuguesa; c) Dos órgãos centrais da Administração do Império Colonial: 1) da Assembleia Nacional; 2) do presidente do Conselho e do Conselho de Ministros; 3) do ministro das Colónias; d) Dos Governos Coloniais: 1) dos governadores; 2) dos Conselhos de Governo; e) Dos Serviços da Administração Geral nas Colónias; f) Da Administração Financeira; g) Dos tribunais.

II—Reforma Administrativa do Ultramar. Dos Funcionários Administrativos.

Cap. 1.º—Da divisão administrativa do Império Colonial.

Cap. 2.º—Da hierarquia e quadros administrativos coloniais.

Cap. 3.º—Da competência das autoridades administrativas das Colónias: Secção 1.ª—Divisões e termos gerais em que as autoridades administrativas exercem as suas atribuições. Secção 2.ª—Dos governadores gerais e de Colónia. Secção 3.ª—Dos inspectores gerais da Administração Colonial. Secção 4.ª—Dos governadores de província. Secção 5.ª—Dos inspectores administrativos. Secção 6.ª—Dos intendentes de distrito. Secção 7.ª—Dos administradores de circunscrição. Secção 8.ª—Dos administradores de concelho. Secção 9.ª—Dos secretários de circunscrição. Secção 10.ª—Dos chefes de pôsto administrativo. Secção 11.ª—Dos aspirantes administrativos. Secção 12.ª—Dos auxiliares da Administração Civil das Colónias. Sub-Secção 1.ª—Dos cipais e intérpretes; Sub-Secção 2.ª

—Das autoridades genéticas: a) dos regedores indígenas; b) dos chefes de grupos de povoações; c) dos chefes de povoação indígena.

Cap. 4.º—Das nomeações, promoções e informações nos quadros administrativos coloniais: Secção 1.ª—Do preenchimento dos quadros administrativos coloniais; Sub-Secção 1.ª—das espécies de nomeações, seus efeitos, forma e competência para as realizar; Sub-Secção 2.ª—do provimento das vagas a que concorrem. Secção 2.ª—Dos concursos: Sub-Secção 1.ª—concursos para aspirantes; Sub-Secção 2.ª—concursos para chefes de posto; Sub-Secção 3.ª—concursos para secretários de circunscrição; Sub-Secção 4.ª—concursos para administradores de circunscrição. Secção 3.ª—Das listas de antiguidade para a promoção ao posto imediato: Sub-Secção 1.ª—Secretários de circunscrição; Sub-Secção 2.ª—Administradores de circunscrição, intendentes de distrito e inspectores administrativos. Secção 4.ª—Dos processos individuais e das informações anuais.

Cap. 5.º—Dos deveres e direitos dos funcionários administrativos coloniais: Secção 1.ª—Dos deveres gerais dos funcionários dos quadros administrativos. Secção 2.ª—Dos direitos dos funcionários dos quadros administrativos: Sub-Secção 1.ª—regras gerais; Sub-Secção 2.ª—honras e precedências; Sub-Secção 3.ª—insignias, símbolos e visitas.

Cap. 6.º—Das garantias dos funcionários dos quadros administrativos no exercício das suas funções.

Cap. 7.º—Das situações dos funcionários do quadro administrativo em relação à função pública: Secção 1.ª—Situações gerais; Secção 2.ª—Antiguidades; Secção 3.ª—Incompatibilidades e acumulações.

Cap. 8.º—Da disciplina da função administrativa: Secção 1.ª—Da responsabilidade disciplinar; Secção 2.ª—Das penas disciplinares e dos seus efeitos; Secção 3.ª—Da competência da imposição das penas; Secção 4.ª—Dos casos a que são applicáveis as penas; Secção 5.ª—Do processo disciplinar: Sub-Secção 1.ª—Disposições gerais; Sub-Secção 2.ª—Do processo disciplinar no caso de infracção directamente constatada por superiores hierárquicos; Sub-Secção 3.ª—Do processo disciplinar no caso de infracção não directamente constatada por superior hierárquico; Sub-Secção 4.ª—Dos processos disciplinares especiais por abandono de lugar e por falta de assiduidade; Sub-Secção 5.ª—Dos recursos em processo disciplinar; Sub-Secção 6.ª—Da revisão dos processos disciplinares; Sub-Secção 7.ª—Das queixas contra superiores hierárquicos; Secção 6.ª—Dos conselhos disciplinares; Sub-Secção 1.ª—Dos conselhos disciplinares das províncias; Sub-Secção 2.ª—Dos conselhos disciplinares dos serviços administrativos; Sub-Secção 3.ª—Do Conselho Superior de disciplina das colónias.

PARTE II—Dos serviços da Administração Civil.

Cap. 1.º—Organização dos serviços. Secção 1.ª—Organização geral: Sub-Secção 1.ª—Da organização dos serviços das colónias de Governo geral; Sub-Secção 2.ª—Da organização dos serviços nas colónias não divididas em províncias; Secção 2.ª—Serviços Centrais; Secção 3.ª—Serviços provinciais; Secção 4.ª—Organização local: Sub-Secção 1.ª—Regras gerais; Sub-Secção 2.ª—Do serviço do recenseamento geral dos indígenas.

Cap. 2.º—Funcionamento dos serviços: Secção 1.ª—Da transmissão das ordens e instruções; Secção 2.ª—Da forma das ordens, instruções e correspondência; Secção 3.ª—Da informação e resolução dos assuntos pendentes; Secção 4.ª—Da reforma das decisões dos funcionários administrativos por via graciosa e hierárquica; Secção 5.ª—Dos actos dos funcionários administrativos nulos e anuláveis; Secção 6.ª—Das relações dos serviços administrativos com o público e autoridades judiciais; Secção 7.ª—Das reuniões periódicas dos funcionários para assunto da administração geral; Secção 8.ª—Dos livros necessários à escrituração geral nas repartições e secretarias dos serviços da administração civil.

Cap. 3.º—Da fiscalização dos serviços: Secção 1.ª—Da fiscalização dos serviços em geral; Secção 2.ª—Das inspecções pelos inspectores gerais da administração colonial; Secção 3.ª—Das inspecções aos distritos, municípios, circunscrições, concelhos e postos.

PARTE III—Dos corpos e corporações administrativas.

Cap. 1.º—Da constituição e funcionamento dos corpos administrativos em geral: Secção 1.ª—Dos órgãos da administração provincial e local; Secção 2.ª—Da constituição dos corpos administrativos: Secção 3.ª—Da dissolução dos corpos administrativos; Secção 4.ª—Do funcionamento dos corpos administrativos; Secção 5.ª—Da validade, dos actos, decisões e deliberações dos corpos administrativos; Secção 6.ª—Da reforma dos actos, dos corpos administrativos; Secção 7.ª—Da responsabilidade pelos actos e deliberações dos corpos administrativos; Secção 8.ª—Das acções em que os corpos administrativos tenham interesse.

Cap. 2.º—Da junta provincial.

Cap. 3.º—Das câmaras municipais: Secção 1.ª—Regras gerais sobre a organização e funcionamento; Secção 2.ª—Da competência das Câmaras Municipais; Secção 3.ª—Das deliberações sujeitas a tutela.

Cap. 4.º—Das comissões municipais e juntas locais: Secção 1.ª—Das comissões municipais; Secção 2.ª—Das juntas locais.

Cap. 5.º—Dos serviços dos empregados dos corpos administrativos: Secção 1.ª—Das secretarias dos corpos administrativos; Secção 2.ª—Dos empregados dos Corpos Administrativos locais; Secção 3.ª—Dos serviços autónomos.

Cap. 6.º—Das corporações administrativas.

PARTE IV—Da fazenda das províncias, circunscrições e corpos administrativos locais.

Cap. 1.º—Dos orçamentos das províncias, circunscrições e corpos administrativos: Secção 1.ª—Da elaboração e organização dos orçamentos; Secção 2.ª—Da execução dos orçamentos das províncias, circunscrições e corpos administrativos locais; Secção 3.ª—Das tesourarias dos corpos administrativos.

Cap. 2.º—Das receitas e das despesas das províncias, circunscrições e corpos administrativos: Secção 1.ª—Das receitas; Secção 2.ª—das despesas.

Cap. 3.º—Da contabilidade das províncias, circunscrições e corpos administrativos.

PARTE V—Do contencioso administrativo.

Cap. 1.º—Dos tribunais administrativos.

Cap. 2.º—Do processo nos tribunais administrativos.

III—Orçamentos.

Já foram publicados os oito orçamentos das Colónias e são conhecidos do público os seus resultados. A chamada lei orçamental continha além das regras que na execução dos orçamentos em todas as Colónias deviam ser observadas, as disposições particulares relativas a cada Colónia.

IV—Dívidas correntes entre as colónias.

Versa o projecto a forma de regular a questão das dívidas das inter-colónias, procurando regularizar o estado actual das coisas que profundamente prejudica certas colónias e regular o pagamento no futuro das despesas correntes de umas colónias nas outras.

V—Navegação.

Foi discutida em duas sessões da conferência o estado actual da navegação (carreiras, fretes e passagem) para as colónias. A Conferência resumiu as suas reclamações numa moção que, em seu nome, o ministro das Colónias, entregará a s. ex.ª o presidente do Conselho, pedindo a resolução do problema que, na sua quasi totalidade, foge ao campo de acção das Colónias.

VI—Protecção numa colónia aos géneros de produção das outras.

Foram discutidas e votadas as medidas possíveis para a protecção nos mercados coloniais dos géneros seguintes de produção colonial portuguesa: tabaco, açúcar, arroz, café, chá, gado, cimento, cereja, mandioca, trigo e farinha de trigo. A protecção proposta compreende tanto os direitos de importação como os de exportação, e além dela, a protecção que possa resultar da transformação dos direitos "ad-valorem", em direitos específicos.

VII—Conselho das Pautas Ultramarinas.

Para a unificação da política aduaneira colonial a Conferência propõe ao Governo a criação do Conselho das Pautas Ultramarinas, com os fins e pela forma que na respectiva proposta indica.

VIII—Protecção na Metrópole às mercadorias coloniais.

Como condição essencial do desenvolvimento das actividades ultramarinas, a Conferência pede ao Governo da Metrópole a publicação de uma importante série de medidas de protecção que abrange os referidos géneros: Café, chá, arroz, tabaco, centeio, mandioca e seus derivados, oleaginosas, cacau, feijão e gado bovino.

Exposição Colonial Nacional do Porto

O Governo, pelo orçamento de 1933-34, concedeu à comissão organizadora da Exposição Colonial do Porto um subsídio de setecentos contos. A sociedade anónima que na capital do Norte se constituiu realizou já, para o mesmo fim, um capital de 1.000 contos.

O Porto honra as suas velhas tradições e trabalha activamente para que a grande Exposição Colonial do próximo ano seja, sob todos os pontos de vista, um acontecimento do maior relevo.

Está já constituída a comissão organizadora, da qual fazem parte representantes de todos os organismos económicos do Porto, da Agência Geral das Colónias, da Direcção das Feiras de Amostras e da Pró-Colónias, ficando a execução técnica a cargo duma comissão executiva.

O empreendimento é patrocinado e orientado pelo Ministério das Colónias.

Problemas de Angola

O Banco Nacional Ultramarino, o Banco de Angola, o Banco Colonial Português, o Crédito Agrícola de Angola, hoje representado pelo Governo de Angola e a Caixa Geral de Depósitos, fizeram numerosos empréstimos sobre propriedades em Angola.

A maioria desses organismos, tomaram já conta de algumas das propriedades hipotecadas, por os seus proprietários não pagarem os seus débitos, e com relação a outras, estão esses organismos impossibilitados de receber os seus créditos sobre elas ou condenados a receberem uma insignificante parte dos mesmos, se forem para uma execução judicial.

Com algumas das propriedades que assim lhes vieram parar às mãos, organizaram, o Banco Ultramarino e o Banco Colonial Português, empresas que em parte financiaram, como a Companhia do Cazengo, a Companhia do Quijia, a Companhia da África Ocidental Portuguesa, etc.

Com excepção da Companhia do Cazengo, cujas acções tiveram saída no mercado, todas as outras ficaram pesando sobre aqueles Bancos com fortes prejuízos.

Muitas outras propriedades que foram igualmente parar às mãos dos Bancos acima referidos, estão actualmente por assim dizer abandonadas ou apenas ligeiramente amparadas por aqueles organismos que não podem, por natureza própria, dispensar-lhes a atenção e os financiamentos necessários, não sendo mesmo sua função o desenvolver e explorar directamente o ramo agrícola.

Assim, todas essas propriedades vão perdendo cada vez mais o seu valor, e algumas rapidamente passarão ao estado primitivo de simples mato, que é o que em África acontece em menos de dois anos a qualquer propriedade abandonada, com prejuízo para os estabelecimentos de crédito e—o que é mais grave—com prejuízo irreparável para os colonos e para a economia da Colónia.

São ainda actualmente os organismos já citados credores de importantes quantias emprestadas sobre outras propriedades agrícolas, que por falta de capitais não podem tomar o desenvolvimento necessário a responder por aqueles empréstimos.

A maioria desses devedores deixaram já de liquidar várias prestações vencidas de juros e amortização e não tendo garantias a dar para novos empréstimos, a sua situação será cada vez mais crítica e de maior impossibilidade de liquidarem os seus débitos, com a agravante de deixarem de desenvolver como importa á economia da Colónia as suas empresas.

Serão ainda possíveis alguns acordos entre credores e devedores para evitar execuções ruínas para ambas as partes, acordos estes, sobre a redução dos créditos e o alargamento do prazo de liquidação mas a falta de capitais dos agricultores para uma rápida valorização das suas propriedades torna muito duvidosos os resultados futuros.

Pode-se pois considerar a situação de todos os organismos referidos, quanto aos empréstimos agrícolas por eles feitos, bem como a dos agricultores, como má e correndo vertiginosamente para um pre-

Crédito

Criação dum organismo de crédito, para financiamento da agricultura e indústria, em Angola

Pelo Coronel António Brandão de Melo e Henrique Galvão

juízo completo e total da maioria dos dinheiros emprestados e das empresas constituídas com o que muito sofrerá a economia da Colónia pelo abaixamento de produção e pela inutilização dos esforços realizados por alguns colonos.

O mais superficial dos exames sobre as causas determinantes desta situação francamente desastrosa, deixa-nos perceber que avultam como dominantes o abuso do crédito, ou os erros técnicos na exploração ou a falta de robustez e resistência para sofrer os embates duma crise que, em geral, não encontrou, da parte das empresas, um espírito defensivo de bom senso praticamente eficaz.

A fatalidade e os erros juntaram-se ou sucederam-se. Não importa a destrinça—importa considerá-los—como determinantes de casos passados numa previsão de acontecimentos futuros.

Há também em Angola, muitos trabalhos, de colonos e empresas, já começados, que assentaram em bases sérias de boa perspectiva, mas que devido às dificuldades actuais de créditos e falta de capitais, se atrofiarão e acabarão por se inutilizar completamente se não se lhes acudir com os remédios necessários.

Ao mesmo tempo o nosso problema de colonização branca exige não só a formação rápida dum meio emigratório onde os colonos possam encontrar as formas de crédito mais adequadas ao desenvolvimento das suas propriedades e núcleos de fixação, como também a salvação dos que hoje se encontram em condições de prosseguirem nas suas explorações agrícolas com os resultados que importam à estabilidade da sua fixação.

É indispensável e urgente remediar e resolver a situação acima exposta, evitando que ela se agrave arrastando para a ruína a economia da Colónia, os seus organismos financeiros e os colonos.

Isso só se consegue levando à Colónia os capitais precisos para amparar e desenvolver o que está feito no campo agrícola e que ainda seja susceptível de dar resultados seguros.

Há ainda na Colónia pequenas indústrias já existentes e outras ainda em embrião, que com pequenos auxílios financeiros e técnicos poderiam aperfeiçoar-se e desenvolver-se por forma a representarem um valor importante na economia da Colónia.

É pois necessário promover sem demora a criação de um forte organismo que poderia intitular-se «Sociedade Financeira de Angola» e que concorra:

a) Sanear a situação financeira que perante os organismos de crédito criaram as empresas agrícolas salvando ainda, na medida do possível, para a eco-

nomia da Colónia e para a economia particular dos colonos, os esforços produzidos e algumas das propriedades feitas. Este saneamento far-se-há tomando aos organismos de crédito alguns dos seus créditos agrícolas pelo valor real que actualmente tenham, impedindo que esses valores se reduzam ainda cada vez mais até possivelmente se anularem, mediante o auxílio a um plano de exploração devidamente estudado e fiscalizado.

b) Auxiliar pequenos colonos e pequenas empresas que dentro de determinado auxílio, pudessem ver progredir e dar resultados, as obras e trabalhos iniciados.

c) Organizar por associação com outras, e especialmente com as entidades que não tenham carácter de sociedade anónima, novas empresas de êxito seguro.

d) Aumentar largamente a exportação da Colónia assegurando a actual e desenvolvendo-a.

e) Chamar novos capitais à Colónia com o exemplo dos resultados próprios obtidos, provando-se que com boa administração as empresas em Angola dão resultado.

Não oferece dúvida que um organismo criado com este objectivo quando honesta e competentemente dirigido, com um conselho técnico competente e exercendo uma fiscalização rigorosa na aplicação dos dinheiros investidos, daria, além de tudo, resultados seguros e vantajosos ao seu capital, capazes de assegurar as suas acções na Bôlsa, uma boa administração que facilitasse novas emissões destinadas a ampliar o seu capital e, conseqüentemente a alargar o seu raio de acção.

No entanto, no momento actual, dada a falta de capitais e de confiança e de descrença nas coisas de Angola, a criação de tal organismo só poderá conseguir-se com a intervenção e auxílio do Governo.

Esse auxílio será largamente recompensado com as economias que por outro lado lhe acarretará com o desenvolvimento que dará à Colónia, de resto, tudo leva a crer que em pouco tempo o Governo será reembolsado de quaisquer fundos que empate na operação.

A ajuda do Governo deveria ser a seguinte:

a) Uma garantia de juro mínimo às acções.

b) Autorização ou acôrdo com os bancos emissores e Caixa Geral dos Depósitos a subscreverem parte do capital.

c) Autorização, obrigação ou acôrdo, para o Governo de Angola ceder os créditos que pertenciam ao antigo Crédito Agrícola de Angola pelo valor real que eles representassem actualmente, quando isso conviesse ao novo organismo.

d) Intervenção junto dos Bancos de Angola e Ultramarino e Caixa Geral dos Depósitos para um justo trespasse pelo seu valor actual para empresas filiais do novo organismo por eles organizadas, de propriedades que por execução de hipotecas lhes tenham vindo parar às mãos, que não possam aproveitar e sejam susceptíveis de aproveitamento, desde que convenham ao novo organismo.

e) Isenção de tôdas e quaisquer taxas e contribuições, impostos ou encargos de qualquer espécie,

aplicáveis ao novo organismo, ao seu pessoal, às suas operações, à constituição de empresas por êle organizadas de que fique parte e finalmente pela compra de quaisquer imóveis para seu uso.

f) Subscrição eventual de uma parte do capital.

A Sociedade Financeira de Angola, sociedade anónima projectada devia ter um capital de 150.000 contos, de início, com a garantia de juro mínimo de 7,5% durante 20 anos. O Estado poderia subscrever uma parte importante do capital que mais tarde recuperaria se quisesse lançando as suas acções no mercado. Os bancos do país poderiam tomar firme o restante.

Na hipótese, muito provável, de nos primeiros anos o organismo novo não dar grandes lucros, o encargo do Estado, sendo a diferença para completar a garantia do juro seria sempre menos de 10.500 contos, anuais, em grande parte logo compensados pelo aumento da exportação e receitas da Colónia, derivadas da acção desse organismo.

Em troca das quantias que o Estado viesse a dar anualmente pela obrigação da garantia do juro, poderia êle receber igual importância em acções da Sociedade e o capital Social elevar-se-hia automaticamente daquelas importâncias.

As operações financeiras autorizadas a esse organismo poderão ser as seguintes:

a) Empréstimos de fomento agrícola com hipoteca a curto prazo, máximo um ano, e até 500 contos sob um plano de aplicação determinado e com a devida fiscalização.

b) Pequenos empréstimos a colonos singulares com a garantia das colheitas sob a forma que o Conselho entendesse mais conveniente.

c) Empréstimos de fomento agrícola ou industrial com hipoteca até um prazo máximo de 8 anos e até ao máximo de 15.000 contos à mesma entidade, fundamentados em estudos feitos e aprovados, com rigorosa fiscalização do emprêgo dos dinheiros.

d) Constituição de empresas ou Sociedade por quotas ou anónimas com indivíduos ou firmas, com base em quaisquer propriedades, concessões ou indústrias existentes, não podendo no entanto o novo organismo subscrever mais de 20.000 contos em cada uma e devendo ficar no início com maioria no capital social e nos lugares de administradores para poder exercer o contrôle das mesmas.

e) Operações de comissões, representações, agências e consignações.

f) Adiantamentos de dinheiros sobre artigos ou produtos para exportação que lhe sejam entregues à consignação para embarque e venda, até 60% do valor desses produtos.

A acção de crédito e funcionamento deste organismo execer-se-há, com sede em Angola, sob regulamentação estatutária precisa e definida, que dê ao Governo e ao público a garantia de que essa acção corresponderá aos objectivos em vista.

A sua actividade terá como base indispensável a existência dum Conselho de peritos junto ao seu Conselho de Administração, capaz de estudar os problemas, relatá-los e prestar aos devedores a assistência técnica que convém ao desenvolvimento do plano que lhes fôr imposto como condição de empréstimo.

O Ressurgimento Ultramarino

Grandeza e Romantismo duma geração

A Conferência do sr. brigadeiro João de Almeida no Teatro Nacional

QUANDO me convidaram a fazer uma das conferências coloniais desta série, em tão boa hora imaginada, os organizadores tinham escolhido o assunto: «**O Espírito da Raça Portuguesa no Ressurgimento Ultramarino**» — A grandeza e o romantismo da geração que num período grave de decadência despertou a consciência, a razão e o sentimento nacionais.

E depois de me terem dado como mote êste assunto enorme, concederam-me para o glosar uma hora — a hora inexcedível das conferências que querem ter bom senso.

A tarefa não era fácil, tanto mais que também a mim como àquele ministro de Napoleão me faltava o tempo para ser breve.

Para compreender o espírito e a índole da geração que, ocupando, pacificando, administrando e reconstituindo um Império Português, iniciou o ressurgimento ultramarino contemporâneo, é necessário compreender o espírito e a índole da raça na sua marcha histórica, na sua característica expansionista e no seu génio colonizador.

É que a grandeza e o galhardo romantismo dessa geração não fôram a faísca que por acaso ateou o lume dum sentimento novo, num país onde por êsse tempo tudo o que era grande e vigoroso e forte parecia ignorar-se. Chama sim, mas chama que rompeu por entre as cinzas e que provinha dum fogo antigo, milenário — o mesmo fogo que sempre aqueceu e iluminou uma raça original cujos caracteres têm a eternidade do génio.

Perdoem-me V. Ex.^{as} a ardência da frase — mas também sou, fui e morrerei romântico!

É no meu tempo os românticos falavam e sentiam assim.

Podemos considerar na ante-câmara histórica que precede o período em que se iniciou o ressurgimento ultramarino contemporâneo, três épocas distintas: a época da laboração, a época áurea e a época da decadência. Através de tôdas elas o sentimento da expansão é o traço luminoso comum, a marca indelével de boa raça, o carácter genial do povo português. Êsse sentimento de expansão é a causa dominante e profunda do sentimento e da obra colonial dos portugueses.

Vai a primeira época desde os tempos nebulosos das origens até à tomada de Ceuta em 1415. É

o período do fluxo e refluxo da nacionalidade até à sua formação metropolitana e à sua consolidação dentro de fronteiras europeias — é o período em que se constitui a base duma expansão colonial e se forma a cabeça do Império.

Em todo êle a vocação expansionista dos portugueses, quer no domínio hipotético da Proto-História quer no ambiente mais claro da história, se afirma como um carácter fundamental de raça e não, como tantos por algum tempo julgaram, uma atitude de momento que as circunstâncias provocaram e a boa sorte prolongou.

É que, se a obra colonial do presente, começa realmente com a conquista de Ceuta, a vocação e o sentimento que a ergueram eram muito anteriores e tinham já há séculos produzido manifestações e factos da mesma natureza, da mesma espécie e dominados pela mesma orientação. Tem raízes no tempo pois são remotas — pode dizer-se de todos os tempos — as tendências que levaram os portugueses, através dos



JOÃO DE ALMEIDA (1908)

mares à busca das novas terras, das novas gentes e, como dizia o grande cosmógrafo Pedro Nunes «... e o que é mais: novas estrelas».

Segundo Platão o grande filósofo grego, os atlântidas que são presumivelmente antepassados dos lusitanos, haviam adquirido naquele tempo uma notável civilização, procurando expandir-se para oriente através das ilhas do Mar Numolítico, enviaram várias expedições à Grécia e ao Egípto. Verdade ou lenda—não importa discuti-lo agora—tem para o nosso ponto de vista este interesse: o de reconhecer-se o espírito expansivo num povo pré-histórico onde se presume que os lusitanos enraízam.

No século XXX A. C. sabe-se que os lusitanos colaboravam activamente com os fenícios nas suas navegações ao longo das costas do Oceano Atlântico. E mais tarde, no século XVI A. C. os lusitanos ainda, colaboram nas navegações dos gregos, ensinando-lhes as derrotas até às terras do estanho, as Cassiterides, e outras paragens do mar do Norte.

E é curioso como o espírito de expansão procura dilatar as fronteiras e galgar para além dos limites europeus sempre que na Europa os objectivos territoriais, étnicos e geográficos são alcançados.

É uma ânsia, um sentimento profundo, o princípio do grande romance deste povo romântico: O Além-Mar, a reconstituição da terra natal em terras distantes—quem sabe se a ânsia complexa e transcendente de procurar na distância um motivo para ter saudades.

Para não me alongar não refiro mais do que fugazes pontos de referência duma idea milenária cujos factos demonstrativos encheriam um volume de citações. Reconquistados, após as dominações cartaginesas, árabe e a bárbara, os territórios da Lusitânia, desde o Cantábrico ao Douro, constituídos os condados da Galiza e de Portucale, a actividade marítima renasce por tal forma que de novo se restabelecem, em viagens constantes, as relações políticas e comerciais com a França, a Inglaterra e a Alemanha.

E alçado ao poder o moço D. Afonso Henriques—outro romântico enamorado da grandeza do seu torrão—tomam-se disposições tão adequadas que em pouco tempo os nossos portos atraem a navegação estrangeira e a nossa marinha retoma o lugar que lhe compete na actividade nacional, cooperando na tomada de várias cidades e castelos aos mouros.

Em 1195 manda D. Sancho I uma expedição comandada por Gonçalo Viegas, auxiliar D. Afonso VIII de Castela, contra Almansor, tomando parte na batalha de Alarcos e outras.

Em 1267 é mandada por D. Afonso III uma forte expedição por terra e por mar à Andaluzia, em auxílio de Afonso X de Castela na cruzada contra os mouros.

O mar é pois um elemento familiar aos portugueses quando dele precisam para servir a sua ânsia de expansão.

Nesta época está a nação desintegrada das suas fronteiras metropolitanas. E o espírito de expansão exerce-se para o sul até ao Algarve, com o mar como rumo muitas vezes. Pode dizer-se que é neste período que vai desde a constituição da nacionalidade até à conquista do Algarve que começa a obra portuguesa de colonização com o espírito que ainda hoje tem. Realmente a conquista, a ocupação, o povoamento, a cristianização—em resumo, a colonização, das terras europeias que estavam entre o Tejo e

o mar algarvio, tem o mesmo desenvolvimento, o mesmo carácter, a mesma seqüência e o mesmo espírito que mais tarde haviam de orientar a colonização das terras de Além-Mar. Os colonizadores do mundo começaram por ser colonizadores da sua própria casa.

Os seus processos não pertenciam a um sistema nem a um corpo de doutrinas criados numa escola por uma elite, por um chefe ou por um mestre.

Faziam parte da Nação, estavam enraizados na alma do povo. É de sempre que cada português—no tempo em que não era vergonhoso nem ridículo ser romântico e quando o romantismo era uma força activa propulsora de energias e nobres sentimentos—é uma unidade de colonização.

O espírito da expansão, como energia e o valor na conquista, como o cristianismo e o tacto na ocupação são racicos—estão na massa, no sangue, na substância dos portugueses de todos os tempos.

Depois, em nenhum período da primeira dinastia deixou de se dar algum passo na preparação das condições necessárias para o início dos descobrimentos. Ora semeando pinhais onde se haviam de ir cortar as madeiras para as naus e caravelas; ora persistindo nas navegações pelo Oceano, ao longo da costa africana; ora organizando-se uma legislação marítima que, aperfeiçoando-se de geração em geração, atingiu o mais alto grau de perfeição no reinado de D. Fernando—Portugal inteiro irresistivelmente impellido pelo seu espírito rácico de expansão—forma grandiosa dum romantismo eterno—estava aprestado moral, espiritual, material e politicamente para se lançar no seu grande sonho de expansão mundial, quando com a tomada de Ceuta, abriu vigorosamente as portas que davam para o mundo.

A tomada de Ceuta tem para a história dos Descobrimentos esta importância fundamental: foi o primeiro passo efectivo da expansão portuguesa para os mares do sul e do oriente, iniciando em Marrocos uma escola de soldados, administradores e colonizadores.

la nascer Portugal-Império. A sua forma, os seus aspectos, a sua materialização iam espalhar-se pelo mundo fora. O seu espírito, o seu ideal, a sua essência vinham de muito longe.

Até aqui tudo se passa como um crescimento metódico e regular, como a preparação de um povo que tem um destino histórico a cumprir.

E já eramos todos uns românticos românticos quando nos lançavamos para o mar na esteira de uma lenda cujo fundo de verdade vibrava como um sentimento na alma de todos—a existência das ilhas atlânticas. Românticos na realização, românticos na própria fé que ansiava um Império para dilatar-se.

Entrámos então no período áureo que tem nas descobertas a sua forma épica e teatral, e tem na colonização a sua expressão profunda.

Não pretendo agora dar na seriação cronológica os descobrimentos portugueses de que V. Ex.^{as} tanto têm ouvido falar.

Desvendámos o Atlântico para o Sul e para o Norte. Para o Norte, com os Côrte Reais fomos os primeiros a chegar à Groelândia e à América do Norte, e a realizar essa prodigiosa travessia do Pacífico ao Atlântico dobrando o Cabo Horn. Esta viagem de David Melgueiros, da Índia a Lisboa pelo Norte da Ásia e da Europa, é uma segura manifestação de tenacidade e arte de navegar, que sendo uma

das características mais salientes da raça portuguesa se pode considerar em justa avaliação se nos lembrarmos que as grandes explorações dos mares árticos, com outros recursos e outros meios científicos, são do nosso tempo. E só porque o tratado de Tordesillas não nos deixou ir mais longe essas explorações do Norte foram abandonadas.

Para o Sul, descobrimos as Canárias, a Madeira, os Açores e, consoante íamos explorando a costa de África, as restantes ilhas do Oceano, até dobrarmos o Cabo da Boa Esperança. Naquela época foi esse o esforço maior porque dobrado o Cabo e explorada a costa até Melinde, encontramos logo pilotos ou mareantes que conduziram os navios portugueses à Índia.

Hoje há quem descubra a África a bordo de magníficos paquetes e queira, pela façanha, o seu nome na História.

Com a descoberta oficial do Brasil em 1500 — pois que os portugueses já lá se haviam fixado 12 anos antes — caíram nas mãos dos portugueses os pontos fulcrais da sua expansão por todo o Mundo. Estava virtualmente constituído o esqueleto da nossa maior epopeia. Todos os pontos descobertos passaram a ser centros activos de irradiação, donde caminhámos com segurança para o cruzamento de novos mares e para o contacto de novos povos a quem levámos a nossa civilização e junto de quem colhemos as influências e caracteres que formaram o próprio fundo da nossa unidade imperial.

Cumulativamente com a obra das descobertas iniciava-se uma obra de colonização que desde o princípio tem um sentido e características que outros povos só vieram a compreender no Século XIX. Realmente, antes deste século, pode dizer-se, só os portugueses tiveram sobre a colonização uma concepção mais alevantada que a estritamente económica: Foram os únicos românticos na colonização.

Desde a primeira ocupação em Marrocos que a Fé e o Império, a Cruz e a Espada, o sentimento terreno e a idea de prolongar Portugal Além-Mar teve realizações nítidas e indestrutíveis pelo próprio tempo. Em volta da fortaleza que assegurava o domínio e consagrava a conquista, a fixação do português à terra formava-se em todo o mundo o meio português. As obras que a necessidade da ocupação e da vida colectiva impunham — as estradas como os hospitais; o abastecimento de águas como as Misericórdias; os depósitos de mantimentos como as instituições de beneficência; o que era pensamento material como o que era produto de uma mística de grandeza e duma concepção colonizadora — Portugal enfim com a sua expressão, o seu espírito, a sua alma, os seus defeitos e as suas virtudes, ia com os portugueses para toda a parte.

Ainda hoje existem em todo o mundo recordações vivas dos prodígios expansionistas do nosso povo.

E como o novo meio não era constituído só para portugueses mas sim para todos sem distinção — cristãos ou mouros, brancos ou de côr — a adaptação das raças estranhas fazia-se rapidamente a ponto de haver prisioneiros que habituando-se ao viver português e integrados na vida portuguesa não queriam mais voltar às suas terras nem aceitavam os resgates que por elles ofereciam. O que pela força fôra conquistado, facilmente era organizado e man-

tido pelo saber, pela predisposição natural, pelo sentido rático dum sentimento superior de colonização.

Foi assim em Marrocos — primeira *étape* da expansão portuguesa Além-Mar, escola magnífica de soldados e administradores, síntese admirável de toda a obra colonial dos portugueses — e foi assim depois por todo o mundo, na África, no Oriente, na América.

Em África, por exemplo, já no declinar do Século XV, D. João II tentava a fundação dum reino cristão negro no Congo — reino que ainda hoje existe na hierarquia social por elle criada. No Brasil a acção dos portugueses, fixando-se ao solo, a obra dos capitães donatários, dos missionários, dos administradores e dos bandeirantes, criando povoados, construindo igrejas, abrindo colégios, atraído à fé e à comunidade nacional os guaranis produziram, ao fim de três séculos, a grande Nação actual.

Quando principiou a colonização efectiva do Brasil, a nossa população não ia além de milhão e meio de habitantes. Trazíamos então no mar cerca de 1.000 navios para os quais não eram de mais 100.000 homens válidos, entre marinheiros, soldados e serventes — 100 homens por cada navio.

¿ Como seria possível sangrar de tal maneira a população nacional, conservando permanentemente no mar a melhor gente portuguesa se dentro de pouco não fôssem as tripulações ocupadas por homens de todas as raças, ficando apenas os quadros reservados aos de Portugal?

O feitiço da nossa colonização vinca-se desta forma inconfundivelmente: Desde a primeira estadia em Marrocos chamámos à colaboração connosco as populações indígenas. Já na passagem do século XV para o XVI o cronista de Arzila, Bernardo Rodrigues, para citar um exemplo frizante, era marroquino, filho de marroquinos, e considerava-se tão português como se tivesse nascido para à quem do estreito.

Por esse motivo a língua portuguesa se firmou em pontos onde nunca mais tivemos intervenção, em regiões que há séculos estão longe, não somente do domínio administrativo português, mas até de quaisquer relações com a metrópole.

Em alguns dialectos do Japão a linguagem vulgar tem milhares de vocabulos portugueses. Em outros pontos, como Ceilão, ainda se fala o português, embora entremeado de palavras ou expressões de inglês comercial, e continuam a sair publicações em língua portuguesa. O mesmo sucede em muitas regiões da Insulândia — o mesmo sucede em todas as regiões onde os portugueses tiveram de fixar-se ou por algum tempo se detiveram.

Esta difusão da língua é bem um índice da extensa vitalidade da nossa acção colonizadora cuja contra-partida está nos milhares de vocabulos das línguas orientais, africanas e brasileiras que se incorporaram na língua portuguesa.

* * *

Nos meados do século XVI — auge deste período áureo — toda a terra estava descoberta pelos portugueses. E a nossa acção na constituição de um grande Império e na marcha de uma missão civilizadora, resultou de um carácter próprio que se manteve desde as origens em todas as circunstâncias de tempo e de lugar. Nem as vantagens de ordem moral e demográfica, nem a fisionomia política de uma

acidentada e fulgurante vida histórica do país—escassas às primeiras e demasiadamente movimentadas as segundas—poderiam explicar a acção prodigiosa de uma Nação tão pouco extensa na Metrópole e tão exiguamente povoada. Conduzido à descoberta do Mundo por motivos que enraizam no próprio fundo autoctone da raça e que constituem uma fatalidade étnica de efeitos insuperáveis, o povo português realizou a seguir na colonização—essa actividade complementar das descobertas e da conquista, uma forma superior da sua missão histórica.

E o espírito em que o fez existe em cada português como uma função própria inerente ao seu temperamento, à sua alma—e que é o traço grandioso e belo do nosso romantismo—o que faz de cada um de nós, isolado ou em colectividade uma unidade activa de colonização.

E são assim o santo e o pecador, o herói e o homem banal. Vimo-los por África de tôdas as origens e caracteres mas com o mesmo traço comum—o génio colonizador, o sentimento da dilatação do Império e a tendência para a formação do meio português.

E até aqueles que, preocupados com a moda e as suas conveniências, inferiorizados pela série a que pertencem—espécie de automóveis *Ford* dum fabrico que as características da época fizeram numerozo—até esses que se envergonham no seu romantismo e o ocultam cuidadosamente para que dele não riam os semelhantes, seriam se as circunstâncias o exigissem portadores do romantismo étnico que nos perpetua e nos engrandece.

Este período áureo que se inicia pela conquista e se continua pela colonização vai até ao limiar do século XIX—pode dizer-se ininterruptamente. E é tão vigoroso o espírito de expansão, a tendência colonizadora e a vontade de prolongar a própria terra metropolitana que, até quando a governação se extravia dos seus rumos históricos, o povo, os colonizadores, as unidades dispersas dêsse todo não característico, ágem por si próprias e mantêm o movimento lançado séculos atrás.

Foi o que sucedeu por exemplo durante a dominação espanhola e—mais tarde—quando foi necessário defender da cobiça de holandeses e franceses as nossas mais ricas possessões de Além Mar.

Mesmo durante êsses amargos tempos—verdadeiros barrancos da nossa vida histórica—a acção nacional se manteve: Perdidos os elos duma direcção central as parcelas de Além Mar continuaram a governar-se por si próprias, a defender-se, a dilatar-se, mantendo em tôda a sua pureza um sentimento generoso de nacionalidade e o espírito magnífico do Império e da expansão.

É frisante o exemplo daquela guerrilha de Pernambuco comandada por um branco, um preto e um guarany—três portugueses e defenderem por sua iniciativa o território que consideravam comum e português.

Podia a governação falhar—o que não falhava era a Nação. E os grandes movimentos nacionais nunca dependeram dum chefe ou dum mestre, mas sim do espírito e do génio do próprio povo.

¡Que admirável prova dêste sentimento nacional nos dão os séculos XVII e XVIII—êsses séculos em que um exame superficial de puras aparências tem levado muita gente a supor de decadência!

Portugal tinha então pouco mais de dois milhões de habitantes e um enorme Império espalhado pelas sete partidas do Mundo. Rompera o século XVII com a independência perdida—parecia o herói decrépito e cansado pelo esforço prodigioso dos dois séculos anteriores. A nobreza e o clero—as classes dirigentes e privilegiadas—desagregavam-se, desprendiam-se da profundidade da Raça. A governação estrangeira a custo acudia às necessidades elementares de defesa desta parte territorial integrada no Império de Filipe II de Espanha. A política que se seguiu à restauração era incerta e só de longe em longe exibia fulgor digno dos pergaminhos portugueses.

Pois a-pesar desta paisagem são êsses dois milhões escassos de habitantes—dois milhões de unidades activas e conscientes da sua missão no mundo, dois milhões de românticos em que ardia o fogo sagrado da Raça, que durante dois séculos colonizam o Brasil, defendem posições no Oriente, expulsam holandeses e franceses de Angola, do Brasil, da Índia, exploram e cruzam a África em todos os sentidos—e ainda, defendem a própria independência constantemente ameaçada na Europa pelos vaivens da política e dos imperialismos militares europeus.

Por isso esta segunda fase do período áureo não é menos exuberante, nem menos brilhante que a primeira. Menos espectaculara decerto mas mais profunda, mais nobre, mais dura em esforços e sacrifícios de tôda a espécie. Na primeira a Nação e o Estado realizam um esforço paralelo—entendem-se; na segunda o transvio do Estado não impede que a Nação cumpra a sua missão e que se imponha e redima o próprio Estado.

A obra enorme que se fez durante esta fase que foi de decadência da governação mas que foi, em contrapartida, de exuberante vitalidade de Nação, ainda está e esteve por demais ignorada. Só assim se explica que os Stanleys, Levingstones, Camerom e outros aparecessem no século passado como descobridores de uma África que nós já tinhamos cruzado em tôdas as direcções. Antes disso havia comunicações regulares entre o Congo Português e a Abissínia; e entre Angola e Moçambique ainda em 1800 tinha um linha regular de comunicações subindo o Quanza e descendo o Zambeze.

Posso concluir no ponto a que queria chegar: É o espírito de expansão—modalidade romântica de um carácter eterno—que domina e orienta, que que segue e comanda tôda a obra colonial dos portugueses—e êsse espírito é o espírito da própria Nação, como o nosso sangue, os nossos nervos e a nossa substância.

E assim alcançámos o princípio do século XIX.

Tinha explodido na Europa a Revolução Francesa e começavam a chegar a Portugal alguns dos seus estilhaços. Iamos conhecer uma política com novos aspectos—com um *p* muito minúsculo—e perder por via dela o rumo de acção que traziamos ha séculos.

* * *

Em 1820 começa a noite negra da nossa história colonial—a decadência. A vida oficial portuguesa concentrou-se tôda em volta das ideologias novas e, sobre os objectivos nacionais, baixou a névoa opaca de uma falsa grandeza e dum falso ideal. A paixão pela acção grandiosa e engrandecedora sucede a

paixão torpe pelas palavras inflamadas, pelos tropos da política, pelas ideologias da revolução. Ao homem de acção sucedeu o orador, e ao guerreiro sucedeu o escriba. Faz-se então a mentira do país pequeno; é o próprio poder central que se esquece do Império constituído em cinco partes do Mundo e se julga limitado pelo Minho e Algarve. Perde-se o Brasil com a ineptia que V. Ex.^{as} conhecem e abandonam-se a si próprias as províncias da África e do Oriente.

Os homens que se batiam por todo o Mundo pela grandeza da sua terra, passam a bater-se uns contra os outros na Metrópole para satisfação das suas paixões inferiores. Duma acha incandescente da fogueira francesa fizemos a nossa fogueira nacional — essa fogueira onde durante quasi um século tudo tem ardido sem brilho, nem fulgor como a madeira ruim.

Os próprios pontos fulcrais da política interior foram deslocados.

Invadidos pelos franceses, que nos deixaram as suas idéas e as suas flores de retórica, invadidos depois pelos ingleses que com o pretexto de auxílio prestado se iam fixando, o poder central dessorava-se e as classes dirigentes repartiam-se entre o liberalismo que nos vinha de França e o conservadorismo que nos impunha a Inglaterra. Degladiavam-se as duas maçonarias e, sobre todo o país, escorria esse veneno corrosivo da política de campanário como óleo ruim em tecido de qualidade.

O geito romântico não se tinha perdido; apenas se modificara inferiorizando-se. O romantismo da expansão, da grandeza, o romantismo heróico e persistente da conquista, da defesa da independência e da colonização deu lugar — ou ao romantismo inflamado dos tribunos, ou ao romantismo mórbido dos poetas. Um debatia-se dentro de curtos horizontes de uma ideologia, o outro era negativo e pobre, nirvânico e doentio.

As paixões inferiores da política asfixiaram a paixão superior da nacionalidade.

As *élites* eram as mais fortemente atacadas. E aqueles que sentiam sinceramente a nossa inferioridade e decadência, que viam a perigosa ladeira que iam descendo, prodigalizaram o seu espírito a bater um mal, sem terem vislumbrado a luz, ou os prenúncios de um resgate. Entre as classes médias o ideal de Além Mar foi substituído pelo ideal de ser funcionário público. E fiçeram-se heróis de rua, de pronunciamentos, de arruaça como outrora se faziam heróis da conquista e da Colonização.

As colónias foram abandonadas e perdido o ritmo da sua administração. E em lugar de terras sagradas de heróis e mártires, começaram a ser vaso doiro de aventureiros e degredados.

Perdida também a escola de administradores, os cargos coloniais eram providos segundo o espírito e o ritmo da política metropolitana: homens que se imobilizavam no litoral, ignorando tudo, deixando esquecer inclusivamente os resultados da acção interior.

As nossas glórias e o esforço do passado não tinham sido completamente obliterados mas tudo isso servia apenas para enfeitar discursos e empolar uma retórica passadista, e exhibia-se como passaculpa de todos os erros e pecados em que insistiamos. O Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Aljubarrota e Montes-Claros, Ceuta e a Índia foram assim, durante esse nocturno sé-

culo XIX, muito mais um pretexto para desculpar erros do que estímulos para prosseguirmos no rumo dos nossos maiores.

Todavia não se pode dizer que a decadência fôra de toda a Nação. Toda ela estava, é certo, profundamente tocada pelos estímulos inferiores, mas a decadência era sobretudo do Poder Central. Nos sertões de Angola e Moçambique os pioneiros iam fazendo a sua obra; abandonados, ignorados, mas portadores do espírito eterno da Raça cada uma dessas unidades, agindo por si próprias cruzavam a África Portuguesa, comerciavam, fundavam fazendas e feitorias, colonizavam.

Simplemente esse esforço era disperso e fazia-se na ignorância do Poder Central.

Nele comungavam os bons como os maus: Silva Porto como João Brandão e José do Telhado — os que eram heróis de boa ténpera e os que eram bandidos escorraçados da sociedade. Uns e outros lançados no sertão agiam automaticamente como unidades legítimas dum país de colonizadores, implacavelmente dominados pelo espírito de expansão.

Enquanto Silva Porto realizava as suas formidáveis viagens de penetração comercial e acabava austeramente como um herói de Plutarco, João Brandão e José do Telhado fundavam fazendas prósperas — uma das quais em Catumbela foi a precursora da magnífica plantação que hoje se chama o Cassequel.

Esses esforços individuais, que prolongavam o verdadeiro sentimento português da colonização, não tinham qualquer eco na Metrópole.

Apareceram, é certo, um Sá da Bandeira, um Andrade Corvo, que compreendendo o sentido da nossa grandeza e animados do sadio romantismo português, remaram contra a maré e pretenderam generosamente criar o impulso e a ordem do ressurgimento — mas também esses eram em breve asfixiados pelo desinteresse dos chefes. O espírito nacional reagia e borbullava de quando em quando não se resignando à queda em que o lançavam, mas a reacção prontamente era sufocada pela ventania da decadência.

E enquanto nós descíamos, sem nobreza e quasi sem dignidade, a vertente miserável, procurava a Europa estabelecer-se em África e constituir como pretexto uma nova concepção de colonização — a concepção que já era antiga de séculos em Portugal.

Levingstone conseguiu convencer o mundo que tinha descoberto a África; outros, antes e depois, pelos caminhos devassados pelos portugueses, gritavam as suas descobertas e davam-nas como fundamento para ocupações estranhas.

Quando a Alemanha manobrando uma vontade firme de se estabelecer em África fez reunir em 1885 a Conferência de Berlim, vimos retalhar na mesa de um Congresso, entre diplomatas, os territórios que nos pertenciam. E não tínhamos argumentos a opôr-lhe porque nem sequer possuíamos informações não só do que estavam fazendo os nossos pioneiros como também do que outros tinham feito antes de eles. Assim perdemos o Congo e assim fomos fracassar nesse sonho do mapa côr de rosa.

Organizaram então viagens e explorações: Serpa Pinto, Capelo Ivens foram de novo à descoberta de África. Era tarde — e seria desnecessário se o Poder Central tivesse conhecimento do que havia feito nessa África tormentosa onde êle mandava degredados e aventureiros.

A Inglaterra, empurrada por Cecil Rhodes, caminhava para o sonho imperial Sul-Africano — e nessas cobícias e atentados ameaçavam o nosso Sul de Angola e Moçambique. A noite escurecia cada vez mais — e perante a situação terrível a Metrópole continuava a encerrar-se diante das suas ideologias, das suas lutas parlamentares, dos seus conselheiros formalistas. A custo alguns heróis da diplomacia e da acção, detinham o movimento brusco que tendia a afundar-nos completamente.

E o romantismo português adoecia: Os poetas cantavam a Morte, as paixões doentias, as paisagens sepulcrais; as alas dos namorados eram camaratas de tuberculosos, a acção romântica era um chafariz de lágrimas.

Supõem V. Ex.^{as} talvez que estou a pintar um quadro de côres exageradas e que sou injusto para com tantas cousas belas que o século XIX nos deu. De modo algum. Estou vendo em conjunto a paisagem duma sociedade decadente com os estigmas da sua decadência e as conseqüências dos seus erros e pecados. É que eu ainda sou do tempo em que os homens que não eram tuberculosos, que não recitavam Soares de Passos, que não choravam por dá cá aquela palha, que não se mirravam de amores por um romance adrede imaginado, eram tidos por deshumanos ou por loucos — por criaturas suspeitas.

!Tôdas as coisas belas que se criaram e floriram neste século de decadência foram como cantos de cisne — e nem tôdas elas, a-pesar-da sua beleza, foram sãdrias, vígorosas, vivas como tantas coisas belas que neste belo país se criaram e engrandeceram!

* * *

Foi numa verdadeira cavalgada para o abismo que atngimos a última década do século XIX. Tínhamos nessa altura a soberania de facto das nossas colónias reduzida a estreitas faixas do litoral — e o que pertencia à nossa soberania de direito como restos de um festim de lobos, andavam em jôgo nas chancelarias da Europa e nos propósitos de Cecil Rhodes.

O coronel Azevedo Coutinho e Caldas Xavier em 1891 e já antes de Paiva de Andrade, quasi por iniciativa própria, por mandato imperioso dêsse bom romantismo nacional que escolhera almas de eleitos para nelas se recoiher, têm o primeiro movimento de nação digno e dão o primeiro passo para a esteira luminosa do ressurgimento. O *ultimatum* inglês sãcõde finalmente os nervos desta gente, como uma chicotada sangrenta que finalmente nos desperta. E então a Nação vibra, agita-se e galga às alturas, mais altas que a baixa política. Sente e compreende a afronta — encara os seus pergaminhos como uma realidade.

E o movimento foi só de palavras, de manifestações, de gestos desencontrados de revolta, criou — ou antes — reformou uma mística patriótica que o Poder Central não compreendia ainda, mas que a mocidade de então fixou no sangue e nos nervos, como força de acção de que se ia servir.

E é um romântico — um grande romântico à maneira portuguesa de sempre — quem anima a escola de ressurgimento colonial, dá o impulso de que havia de resultar a delimitação das fronteiras do nosso Império, não tirando nunca os olhos desvanecido de quantos em África lidavam esquecidos do

maior número. Quero lembrar, meus Senhores, o nome, que não é de esquecer de El-Rei D. Carlos, a quem Mousinho dirigiu um dia um angustioso «Aquí d'El-Rei» — e nunca abandonou, acima de grupos ou partidos, e das lutas que aqui dividiam, os generosos lidadores das províncias ultramarinas, ganhando-lhes de tal maneira a confiança, que eu próprio, quando um dia me puzeram uma barreira na minha ância de *it mais longe* — foi para El-Rei D. Carlos que eu e os meus camaradas procurámos apelar.

Há então duas correntes românticas em Portugal: uma que havia de popularizar a Dama das Camélias e cantar ao piano canções langorosas; a outra que desperta na alma portuguesa adormecida depois de um século e se quer lançar como os homens de outrora para as glórias, as tentações, as grandezas de Além Mar.

António Ennes segue para Moçambique com os seus rapazes — e Metrópole vê-os partir quasi com indiferença. Portugal, o verdadeiro Portugal — nação grande de gente grande, passava-se para a Africa.

Moçambique estava nas mãos dos indígenas e estes eram manobrados pelas políticas estrangeiras de absorpção, que contavam tirar da nossa impotência perante os nativos, o pretexto para a sua intervenção. A 10 quilómetros de Lourenço Marques já se pisava terra insubmissa — e a capital foi atacada pelos guerreiros vátuas mais do que uma vez. Ao norte na Zambézia e no Niassa, no Barué, em Gaza — por tôda a provincia dominavam raças aguerridas, dispostas a defender bravamente a sua indepência de facto.

As acções que até então se tinham travado eram quasi puramente defensivas e deviam-se à persistência e heroismo dêsses portugueses que, em qualquer parte trazem em si próprios o comando e a iniciativa com que defendem o torrão natal.

Com António Ennes é verdadeiramente uma tradição que se reata e uma escola que se reforma. E os seus companheiros, os seus discipulos, elevados por uma mística nova e desconhecida na sociedade portuguesa de então, entusiasmados depois pela glória e pelas durezas do sacrificio, tiveram muitas vezes o ar de românticos cavaleiros de uma nova ala dos namorados. A galhardia romântica, os lances de cavalheiresca bravura, a competição para a glória, o generoso presente das vidas a uma mística de patriotismo, percorreram Moçambique como uma cavalgada célere que em menos de 10 anos havia de ocupar e pacificar tôda a provincia.

O que foi êsse esforço, tôdas as suas páginas de beleza, tôda a sua generosa grandeza não o posso eu descrever nem referir numa palestra breve. É êle todavia que, não só reduz à efectiva soberania portuguesa todos os potentados aguerridos de Moçambique, desde o Niassa ao país de Gaza, como também faz deter o avanço das ambições estrangeiras sôbre os nossos domínios.

A persistência, a reiteração dos esforços, a unidade de vistas, os lampejos de heroismo individual e infatigável energia de todos, floriram sôbre o romantismo dessa pléiade de moços e fizeram da conquista de Moçambique uma das mais belas páginas de glória do Exército Português.

Uma das primeiras e mais benéficas conseqüências das vitórias que se iam alcançando, e que na Metrópole soavam como notas vibrantes duma alvorada, foi a de interessar novamente pela Africa —

campo de glória e de desenvolvimento do nosso espírito eterno de expansão, as novas gerações militares. O recrutamento de oficiais e de soldados começou a fazer-se dentro do critério que se impunha perante terras sagradas por tanto sangue e tanto sacrifício — e passou a haver quem não vendo nas colónias simples vasadoiro de condenados, as tivesse como campo largo e generoso onde se colhia a glória com que os moços sonhavam.

É essa geração a primeira que depois do século XVIII traz em si o sentimento, a idéa e o ideal da grandeza de Portugal. Não a grandeza que se faz de palavras, de retórica e para a qual se pode olhar confortavelmente, mas a grandeza que se vislumbra na própria definição dos objectivos nacionais e que nos comove e nos agita, nos lança para a frente e nos dá o prazer, o orgulho, a honra de SERVIR.

O decreto de 14 de Novembro de 1901 eivado já do espírito, da experiência e da generosidade dos primeiros românticos da ocupação, estabelece definitivamente as normas de uma assistência militar às províncias de Além-Mar e facilita o desenvolvimento da ância expansionista de que os novos do Exército haviam de ser os arautos.

Sob a égide do romantismo generosíssimo de António Ennes, surgem Mousinho, Couceiro, Galhardo, Aires de Ornelas, Azevedo Coutinho, Freire de Andrade, Gomes da Costa — enfim todos os moços que o acompanharam ou lhe seguiram as pisadas, que o compreenderam ou se deixaram iluminar pelo sopro da verdade portuguesa que a sua acção tinha levantado.

Os antigos — os que até então eram heróis obscuros e desconhecidos, ardidos na chama de glória sem espectáculo, ingressam na falange como mestres. E com o exemplo dos seus feitos, dos seus sacrifícios a escola revigora-se e o espírito nacional ressurge. Não no Poder Central, ainda contaminado, ainda impellido por velhas fórmulas e velhos erros, mas num escol da Nação que podia ser — como decerto foi — a alavanca do seu ressurgimento.

Na Metrópole enchiam-se do bolor da retórica e do passadismo doentio as inovações mórbidas da nossa epopeia. No fundo eram razões sentimentais que ninguém compreendia — bandeiras para enfeitar comemorações e muitas vezes vistosos jazigos de família.

Na África constituíram-se vigorosamente razões da Razão — desconhecidas há tanto tempo — para se constituir um orgulho de sermos portugueses. E chegou o tempo, finalmente, em que não foi preciso ir buscar ao Passado, luz que alumiasse os nossos destinos porque o Presente a estava dando na África.

É certo que no Terreiro do Paço e nessa porção do País que lhe ficava adjacente, tódas essas cousas se passavam numa quasi indiferença. Os homens da ocupação eram por vezes exaltados pela forte irradiação romântica da sua individualidade e dos seus feitos, mas decididamente a Metrópole ainda não os acompanhava. A sua obra era uma obra de abandonados — quasi de proscritos.

Em todo o caso, pelo número, pela qualidade, pela ténpera excepcional de que eram feitas as suas almas — sobretudo — pela grandeza da obra que levaram a cabo, o Império ressurgia e os velhos ideais portugueses encontravam quem os servisse.

E esta foi a primeira vitória moral da geração do ressurgimento: A chama não estava extinta — e

onde ardia, tinha a mesma côr lampejante de glória e o mesmo calor ardente de patriotismo.

* * *

Em Angola as coisas passaram-se e desenvolveram-se sensivelmente como em Moçambique. Simplesmente tudo veio adormecendo até 1900.

E como na província de Moçambique foram os homens isolados, agindo por si e com o seu sentido nacional que agüentavam a queda e lutavam para expandir a soberania portuguesa de facto. Ou administradores como Veríssimo Sarmento e Aguiar ou pioneiros como Silva Porto.

A situação da província não era melhor. Reduzida a nossa soberania a uma estreita faixa litoral com três precárias linhas de penetração para o interior, Angola, era ainda em 1900 uma província por reconquistar às mãos a que o nosso abandono a tinha entregue. Esfacelada ao norte com a perda do Congo, retalhada a leste com o fracasso do mapa côr de rosa, ameaçada ao sul pelos alemães ansiosos de expansão colonial, estava dentro das suas fronteiras com uma soberania de facto exercida pelas raças indígenas. Eram as tribus gentílicas quem dominava a 40 quilómetros da capital, na Lunda, no Moxico, no Bié em todo o sul de Angola.

Por vezes a cortina era tão antiga e opaca que os homens tinham perdido de memória os factos da ocupação anterior.

Quando fui fazer o meu reconhecimento nos Dembos — era então um capitão com mais ilusões do que cabelos brancos — não só o Poder Central mas a maior parte da gente julgava que essa região era uma mancha negra onde a ocupação portuguesa nunca pudera alcançar. E a soberania dos indígenas era mais do que aceite — era temida.

E afinal fui encontrar nos Dembos, a terra onde se julgava que não tinha chegado a ocupação portuguesa, indígenas que falavam a nossa língua, que a sabiam ler e escrever, casas construídas à nossa maneira metropolitana, árvores de fruto decerto importadas de Portugal, utensílios nossos fabricados por negros que connosco tinham aprendido ofícios vários — e até um soba que me perguntou quais eram os factos mais notáveis do reinado de D. João II exibindo um velho compêndio da História de Portugal.

Quere dizer: nessa região insubmissa habitada por gentio rebelde tinha-se cem e duzentos anos antes exercido uma acção tão impressiva que dela resultavam ainda os nítidos caracteres que eu e os meus companheiros fomos encontrar.

E era assim por tóda a parte: terreno conquistado e devassado no período áureo, perdido com a decadência e a reconquistar pelo ressurgimento.

A mística da grandeza tinha alastrado — a escola de moços africanos recebia adeptos novos — e Angola teve como Moçambique os homens para a reconquista, para a ocupação, para a colonização. Em menos de 10 anos esclareciam-se as zonas negras e acabavam de se fixar as fronteiras do Império.

Mas eu não posso — nem talvez deva, — alongar-me na descrição do esforço desenvolvido em Angola durante estes anos de lutas porfiadas contra a bravura dos indígenas que se opunham ao domínio de Portugal, contra as inclemências do clima, contra as deficiências materiais, contra as surdas e às vezes claras oposições do Terreiro do Paço.

Quis a fortuna e a minha vontade que eu colaboreasse o melhor que pude nesse esforço de reconquista. E se bem que não esqueça nem a minha amizade, nem a minha admiração, os camaradas da mesma arrancada resgatadora, — não vá às vezes parecer que, esquivando-me agora, uma falsa modéstia me leva a faltar numa actividade onde nunca quis que fosse dado por falta.

Este esforço de alguns moços portugueses, tanto em Angola como em Moçambique, quando o país atravessava uma fase cruel de decadência é bem o ponto de referência do ressurgimento colonial — a acção que liga o Presente ao Passado e que espera do futuro a eternidade do espírito português.

Não foi por consequência um arranque romântico de moços doidos de glória, exepções sumptuosas duma sociedade frágil e enfermiza. Foi arranque sim, romântico de-certo — mas acima dos homens que o realizaram, como mandatário imperioso, como futilidade inflexível, como uma força misteriosa do destino é a própria raça que se impõe, que reage, que domina, que clama o seu direito de durar e de agir.

Este é o romantismo e a grandeza dessa geração: Pertence à sua raça, à sua estirpe, aos seus veneráveis pergaminhos.

Perdõem-me V. Ex.^{as} se me alonguei. Já disse

que também eu era um romântico e que dificilmente os homens do meu tempo esquecem o significado e a emoção de certas palavras.

Tenho fé que os moços de hoje na nova acção que se impõe regressem ao nosso romantismo e também eles vão pelo Mundo fora, obedecendo á mesma força inflexível, em cata da nobilíssima função de servir.

Nós, os desse tempo, não tirámos do pouco ou muito que fizemos vantagens pessoais de vulto. Alguns há que parecem estar pagando como pecadores, a generosidade e a dedicação com que serviram.

Mas todos tivemos, em compensação, alguma coisa de que os homens não podem dispor e que é de-certo uma recompensa de Deus. O orgulho, a satisfação plena, a alegria enorme de termos conduzido com os nossos estandartes românticos o melhor e o mais puro sentimento da Nação — de a termos conduzido a ela própria.

Os novos de hoje encontram de-certo o caminho mais amplo, mais fácil, mais livre — e se forem na sua acção, no seu trabalho, no seu patriotismo, como é de uso serem os portugueses que têm à sua guarda os destinos de Portugal, também Deus os recompensará doando-lhes o orgulho e a honra daquilo que fizeram.

E não se pode dizer que seja prémio de some-nos para românticos de raça.

Tenho dito.



TROPA DE ÁFRICA — A Companhia Indígena de Angola que veio a Lisboa tomar parte na parada do dia 28 de Maio. Tropa negra, tropa portuguesa, causou uma impressão profunda e foi acolhida na metrópole como tropa gloriosa de Portugal

ECONOMIA DE ANGOLA

POR OCTAVIO CESAR CRAVEIRO

Secretário da Associação dos Comerciantes de Angola

VAI Angola merecer a honra dum número especial da revista «Portugal Colonial» que à propaganda e expansão das nossas Colónias se tem dedicado, e digamos desde já, com o maior êxito, dada a sábia orientação que lhe vem imprimindo o seu ilustre Director Henrique Galvão.

Só a intimativa que nos foi feita algo nos obriga a dizer a propósito, pois os nossos modestos conceitos em nada virão influir para o esclarecimento e solução dos diversos problemas, que de certeza antecipada tão proficientemente vão ser tratados pelas mais autorizadas individualidades do meio Colonial de Angola.

Em qualquer outra época que não fôsse esta poderia dizer-se que o problema de Angola residia na produção, pura e simplesmente, bastando tão somente aumentar as exportações na medida das necessidades da sua balança comercial, para restabelecer o equilíbrio económico e financeiro.

Diversas crises se resolveram por tal modo, figurando entre elas a da borracha, que ficou célebre na história de Angola pelos profundos abalos produzidos.

Agora, porém, e não pode facilmente vislumbrar-se por quanto tempo, aliou-se ao problema da produção o do consumo, que não é de inferior importância, pois devido ao menor poder de compra de quasi toda a humanidade por um lado, e por outro lado ao feroz nacionalismo que se implantou no mundo, todas as Nações levantam altas barreiras alfandegárias aos produtos estrangeiros, procurando bastar-se a si próprias.

Daquí se conclue que a questão da produção tem de passar a ser estudada simultaneamente com a do consumo, evitando assim que o aumento de exportação incida sobre determinados produtos para os quais seja impossível alcançar mercado, situação que mais agravaria as dificuldades há longo tempo acumuladas sobre as actividades da Colónia.

Em nosso entender apresenta-se extremamente facilitado o objectivo de um forte aumento de produção em Angola, devidamente regulada e ordenada dentro das necessidades de consumo da Metrópole, Ilhas Adjacentes e algumas outras Colónias, visto orçar ainda por cerca de quatro milhões de libras o ouro exportado anualmente, só pelo Continente, para adquirir no estrangeiro diversas matérias primas que naquele nosso domínio podem ser produzidas à vontade e em óptimas condições.

O estabelecimento de um plano de conjunto, baseado no aproveitamento das imensas possibilidades de Angola para produzir todas as matérias primas necessárias, reforçaria extraordinariamente a posição da indústria nacional que, ao abrigo da protecção de que dispõe em matéria aduaneira, encontraria mercado seguro para muito maior soma de mercadorias que à Colónia seria possível adquirir, sendo também muito de considerar a soma de interesses de toda a ordem que no país andam estreitamente ligados às prosperidades da Colónia, a começar pelo movi-

mento das Companhias Nacionais de Navegação, cuja existência depende principalmente de Angola, até aos inúmeros empregados que à sombra desta exercem a sua actividade.

Para se fazer idea do que de bom poderia trazer-nos dentro em breve a execução do pensamento dominante de, a exemplo da politica em que prossegue todo o mundo, nos bastarmos a nós próprios, não precisamos mais que mencionar algumas matérias primas e géneros alimentares que tendo por excelência o seu *habitat* em Angola ainda são trocados por libras, francos, ou dolares:

| | | | | |
|---------|----------|--------|----------------|-----------------|
| Algodão | cêrca de | 20.000 | Ton. e de Esc. | 150.000.000\$00 |
| Arroz | " | 40.000 | " " " " | 50.000.000\$00 |
| Tabaco | " | 4.000 | " " " " | 30.000.000\$00 |

Temos ainda *deficit* de trigo, (interrompido pelo excepcional ano agrícola de 1932), centeio, feijão, fibras para sacaria e tecidos de juta, linhaça, etc.

Também se regista o estranho facto, neste momento inexplicável, de importarmos oleaginosas em avultadas quantidades do estrangeiro, e de termos de exportar parte das que produzimos nas nossas Colónias, sujeitando-as à concorrência de lá de fora, o mesmo sucedendo com o café.

Conhecida como é a capacidade de consumo da Metrópole para cada um destes géneros, e ainda doutros que deixamos de mencionar para não sairmos fora dos limites de um pequeno artigo, impõe-se o desenvolvimento da produção até um limite previamente fixado, aplicando-se as medidas de protecção e de fomento aconselháveis para cada caso.

Para se pôr em valor a cultura do algodão na Província de Angola não são necessários mais estudos, pois os que há, feitos por técnicos da mais reconhecida competência, chegam e sobram, como demais são já também as leis publicadas a tal respeito, bastando entrar decididamente no caminho das realizações com a segurança que nos dá o exemplo do Congo Belga, cuja população rapidamente conseguiu elevar a sua produção de uma insignificância a 16.000 toneladas, dando por bem empregues os capitais investidos e as boas vontades postas ao serviço de tão proveitoso empreendimento.

O tabaco tem ali o mais perfeito ambiente para se produzir, nas qualidades e quantidades que são mister ao preenchimento de todas as necessidades nacionais, e possivelmente ao aproveitamento dos mercados estrangeiros que mais fáceis se apresentem, através de uma acção combinada entre os produtores e o Governo, por intermédio do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, cuja acção, devemos dizê-lo, tem sido nula em tal matéria.

O arroz pode produzir-se em quantidades ilimitadas, concorrendo até talvez em preço com outros mercados devido à facilidade da sua cultura e à aptidão especial do solo, mas para que se torne em valor efectivo é indispensável que técnicos da espe-

(Conclue na página 26)

Importação e Exportação de Angola

Os resultados das alterações feitas nas pautas aduaneiras de Angola, pelo decreto n.º 19.773, podem avaliar-se pelos números que as estatísticas alfandegárias demonstram, e sobre os quais apurámos as percentagens sobre os valores importados e direitos cobrados, desde 1930, e que a seguir mencionamos para comparação.

O valor total da importação e dos respectivos direitos, nos três últimos anos, foi o seguinte:

| | Importação | Direitos |
|------|-------------------|------------------|
| 1930 | 245.632.206, Ang. | 33.714.612, Ang. |
| 1931 | 146.966.123, » | 25.568.012, » |
| 1932 | 191.489.488, » | 30.460.145, » |

Examinando esses valores, depois de descritos quanto à importação nacional e estrangeira, verifica-se o que o mapa que segue demonstra:

| Datas | Valor da importação em angolares | Porcentagem sobre a totalidade | Importância dos direitos em angolares | Porcentagem sobre o valor da importação | | |
|-------|----------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|---|------------|---------|
| 1930 | Nacional.. | 92.659.740 | 37,72 % | Nacional.. | 12.675.806 | 13,64 % |
| | Estrangeir. | 152.972.466 | 62,28 % | Estrangeir. | 21.038.806 | 13,75 % |
| | Total.. | 245.632.206 | | Total.. | 33.714.612 | 13,70 % |
| | sendo: | | | | | |
| | no 1.º semestre | | | | | |
| | Nacional.. | 32.733.381 | 39,19 % | Nacional.. | 6.949.197 | 13,18 % |
| | Estrangeir. | 81.843.581 | 60,81 % | Estrangeir. | 21.146.680 | 14,84 % |
| | Total.. | 134.576.962 | | Total.. | 19.095.877 | 14,20 % |
| | no 2.º semestre | | | | | |
| | Nacional.. | 39.926.359 | 56, % | Nacional.. | 5.726.608 | 14,34 % |
| | Estrangeir. | 71.128.885 | 64, % | Estrangeir. | 8.892.126 | 12,50 % |
| | Total.. | 111.055.244 | | Total.. | 14.618.734 | 13,16 % |
| 1931 | Nacional.. | 66.040.197 | 44,93 % | Nacional.. | 9.924.138 | 15,03 % |
| | Estrangeir. | 80.925.926 | 55,07 % | Estrangeir. | 15.643.874 | 19,33 % |
| | Total.. | 146.966.123 | | Total.. | 25.568.012 | 17,40 % |
| | sendo: | | | | | |
| | no 1.º semestre | | | | | |
| | Nacional.. | 34.995.316 | 42,25 % | Nacional.. | 5.265.079 | 15,04 % |
| | Estrangeir. | 47.841.538 | 57,75 % | Estrangeir. | 8.813.223 | 18,42 % |
| | Total.. | 82.836.854 | | Total.. | 14.078.295 | 17, % |
| | no 2.º semestre | | | | | |
| | Nacional.. | 31.044.881 | 48,40 % | Nacional.. | 4.659.066 | 15, % |
| | Estrangeir. | 33.084.388 | 51,60 % | Estrangeir. | 6.830.651 | 20,64 % |
| | Total.. | 64.129.269 | | Total.. | 11.485.717 | 17,91 % |
| 1932 | Nacional.. | 92.485.906 | 48,30 % | Nacional.. | 14.006.249 | 15,14 % |
| | Estrangeir. | 99.003.582 | 51,70 % | Estrangeir. | 16.453.896 | 16,62 % |
| | Total.. | 191.489.488 | | Total.. | 30.460.145 | 15,90 % |
| | sendo: | | | | | |
| | no 1.º semestre | | | | | |
| | Nacional.. | 41.679.623 | 55,34 % | Nacional.. | 6.308.584 | 15,15 % |
| | Estrangeir. | 33.636.693 | 44,66 % | Estrangeir. | 7.273.658 | 21,62 % |
| | Total.. | 75.316.316 | | Total.. | 13.582.242 | 18,03 % |
| | no 2.º semestre | | | | | |
| | Nacional.. | 50.806.283 | 43,73 % | Nacional.. | 7.697.665 | 15,15 % |
| | Estrangeir. | 65.366.889 | 56,27 % | Estrangeir. | 9.180.238 | 14,04 % |
| | Total.. | 116.173.172 | | Total.. | 16.877.903 | 14,53 % |

DURANTE OS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

POR JOSÉ LUIZ FREITAS RIBEIRO

Presidente da Associação dos Comerciantes de Angola, Residentes na Metrópole

Em face deste mapa vê-se que, com relação ao consumo dos produtos metropolitanos, resultado favorável tem sido conseguido, pois que a percentagem da importação da mercadoria nacional vai aumentando e, em contraposição, a da mercadoria estrangeira vai decrescendo, havendo, porém, a notar, para conhecimento da verdadeira situação, que, nos valores da importação de 1932, figuram 25.000.000 angolares de material de Caminhos de Ferro, no 2.º semestre desse ano, ao passo que em 1931 não figura verba alguma sob essa rubrica, pelo que, se se fizer a eliminação dessa verba nos valores da importação estrangeira no 2.º semestre de 1932, em equiparação aos valores importados em 1931, achar-se-á que as percentagens no valor da importação no 2.º semestre de 1932, representam:

| | |
|---------------------------|---------|
| mercadoria nacional..... | 55,73 % |
| mercadoria estrangeira... | 44,27 % |

e no total do ano, representam:

| | |
|---------------------------|---------|
| mercadoria nacional..... | 55,55 % |
| mercadoria estrangeira... | 44,45 % |

Por esse mesmo motivo, a percentagem da incidência dos direitos sobre as mercadorias importadas em 1932, não foi em realidade a que a totalidade dos números exprimem, isto em comparação com o ano de 1931. Daí a razão porque, ao passo que no 1.º semestre de 1932 as percentagens dos direitos sobre as mercadorias importadas foram de 15,15 % sobre a mercadoria nacional, de 21,62 % sobre a mercadoria estrangeira e 18,03 % na média do conjunto, no 2.º semestre, essas percentagens estão assim representadas: 15,15 % sobre a mercadoria nacional, 14,04 % sobre a mercadoria estrangeira e 14,53 % na média do conjunto.

Se, porém, se eliminar do valor da importação no 2.º semestre o correspondente ao material de Caminhos de Ferro, Ang. 25.000.000, acharemos que a percentagem dos direitos sobre as mercadorias importadas em 1932, terá sido no 2.º semestre de: 15,15 % sobre a mercadoria nacional, 22,74 % sobre a mercadoria estrangeira e 18,51 % na média do conjunto e no total desse ano terá, então sido: 15,14 % sobre a mercadoria nacional, 22,23 % sobre a mercadoria estrangeira e 18,30 % na média do conjunto.

Com relação à parte comercial, vê-se que o valor da importação em 1932 foi superior em 44.500.000 angolares ao de 1931, mas abstraindo os 25.000.000 angolares de material de Caminhos de Ferro, essa importação terá sido superior em 19.500.000 angolares à de 1931, o que representa um aumento de 13,3 %.

Esse aumento de 19.500.000 angolares, é resultante das diferenças, para mais e para menos, na importação dos artigos a seguir descritos.

Houve diferenças para mais, em:

| | | |
|-----------------------------|-------------------|------|
| Azeite | 917.000 | Ang. |
| Cobertores de algodão | 1.167.000 | » |
| Gasolina | 1.912.000 | » |
| Rouparia | 749.000 | » |
| Sacos de grossaria | 1.489.000 | » |
| Tecidos de algodão em peça | 14.904.000 | » |
| Diversos | 10.522.000 | » |
| | <u>31.660.000</u> | » |

Houve diferenças para menos, em:

| | | |
|------------------------------|-------------------|------|
| Automóveis | 4.058.000 | Ang. |
| Calçado | 361.000 | » |
| Carvão de pedra | 583.000 | » |
| Cerveja | 1.714.000 | » |
| Cimento | 555.000 | » |
| Farinha de trigo | 2.430.000 | » |
| Máquinas para agricultura .. | 1.090.000 | » |
| Vinho comum | 1.531.000 | » |
| | <u>12.322.000</u> | » |

E com referência à parte financeira resultante dessa alteração das pautas, observa-se também que as importâncias dos direitos de importação, em equiparação aos valores importados, tem ido gradualmente aumentando, desde então, a favor dos rendimentos fiscais da província de Angola.

Quanto aos valores e direitos da exportação nos últimos três anos, foram os seguintes:

| | Exportação | Direitos |
|------|------------------|----------------|
| 1930 | 233.968.548 Ang. | 5.857.795 Ang. |
| 1931 | 204.310.014 » | 7.131.109 » |
| 1932 | 199.877.546 » | 6.195.748 » |

Convindo conhecer em detalhe a origem desses valores para poderem ser devidamente apreciados, coligimos os seguintes elementos estatísticos, com relação à exportação dos principais produtos de Angola.

Quantidades e valores dos principais produtos exportados por Angola nos anos de 1930, 1931 e 1932

| Anos | Quantidades | Valores | Quantidade | Valores | Quantidade | Valores | Quantidades | Valores |
|------|-----------------|---------|-------------------|---------|-------------|---------|-----------------|---------|
| | Café | | Coconote | | Cera | | Óleo de palma | |
| 1930 | 11.838..... | 36.093 | 5.968..... | 8.080 | 914..... | 8.712 | 3.368..... | 7.931 |
| 1931 | 11.838..... | 32.110 | 5.562..... | 5.217 | 1.396..... | 10.536 | 4.481..... | 6.132 |
| 1932 | 9.477..... | 47.890 | 5.994..... | 6.404 | 1.136..... | 8.587 | 4.082..... | 5.821 |
| | Couros | | Milho | | Algodão | | Açúcar | |
| 1930 | 601..... | 3.359 | 71.249..... | 38.754 | 780..... | 4.801 | 11.994..... | 12.769 |
| 1931 | 472..... | 2.122 | 55.355..... | 25.185 | —..... | — | 21.798..... | 22.146 |
| 1932 | 662..... | 3.845 | 54.447..... | 34.312 | 444..... | 2.480 | 15.987..... | 19.603 |
| | Trigo | | Feijão | | Peixe seco | | Gado vacum | |
| 1930 | 4.517..... | 6.548 | 3.009..... | 2.118 | 10.890..... | 11.807 | cab. 7.901 | 3.285 |
| 1931 | 4.637..... | 5.269 | —..... | — | 9.988..... | 7.223 | " 8.977 | 6.947 |
| 1932 | 5.462..... | 7.339 | 1.452..... | 895 | 10.237..... | 6.971 | " 4.587 | 3.623 |
| | Diamantes | | Peixe em conserva | | | | | |
| 1930 | car. 318.634... | 74.639 | —..... | — | | | | |
| 1931 | " 357.925... | 65.884 | 555..... | 2.213 | | | | |
| 1932 | " 257.724... | 37.061 | 302..... | 1.192 | | | | |

Examinando esses dados, nota-se o seguinte com referência ao ano de 1932.

Houve redução importante na quantidade do café exportado devido a ter sido de escassa produção o ano findo, o que no entanto foi compensado pela melhor valorização desse produto, dando assim um resultado em valor superior ao de 1931 em 15.780.000 angolares.

No coconote, tem continuado reduzida a sua exportação em relação aos anos anteriores a 1930, devido à sua baixa cotação, notando-se porém um pequeno aumento na quantidade e valor em relação a 1931.

Nos couros, embora em quantidade inferior aos anos anteriores a 1930, denota um aumento na quantidade e valor em relação a 1930 e 1931.

No milho, houve redução na quantidade devido ao baixo preço atingido em 1931, o que fez reduzir o seu cultivo, mas compensando pela sua valoriza-

ção em 1932 que deu em resultado um aumento de valor de 11.127.000 angolares.

No trigo, houve aumento na quantidade e no valor. No peixe seco, houve um pequeno aumento na quantidade, mas redução no valor.

Em todos os outros produtos nota-se redução nas quantidades e nos seus valores, sendo os mais importantes os verificados:

No algodão, devido a ter o ano corrido muito desfavorável a essa cultura, principalmente por escassez de chuvas.

No açúcar, devido à estiagem em 1931 e 1932 e que se reflectiu principalmente na produção em 1932.

No feijão, devido aos elevados encargos de frete marítimo e direitos de importação que oneram esse produto impedindo a sua exportação.

No gado, devido à deficiência de transportes marítimos e às dificuldades levantadas ao seu consumo.

Em diamantes, devido às conseqüências da crise mundial.

Página literária

HOJE, antes de partirmos, almoçámos com o chefe de posto. O Vasco não queria ir para não levantar suspeitas sobre a presença duma mulher branca no combóio de homens que se destinavam a Cafina, mas não teve outro remédio. Se não fôssemos ao posto teria o chefe vindo ao acampamento, onde de-certo descobriria a Estela. Fomos. ¡E ainda bem que fomos!

A sede do posto é uma casa de adobe com telhado de capim. Tem uma varanda em volta e está erguida a um metro do solo, sobre colunelos de pedra, por causa da *salalé*. Com dois barracões que tem à ilharga constitue todo o povoado, pois a antiga missão religiosa desapareceu, segundo dizem, por causa dum clima que é hostil e traiçoeiro.

Nesta casa vive um homem de cerca de trinta anos, emagrecido e gasto, com a pele curtida pela malária e pelo sol, a esclerótica amarela, os malarres salientes e os beijos gretados. Já teve duas biliosas e vive só. Passam-se semanas que não vê um branco, recebe correio de três em três meses e mais, ganha uma miséria e é—dizem—um funcionário exemplar!

Este homem tem sob a sua administração e guarda uma região quasi tão grande como a provincia do Algarve, povoada por habitantes pobres, a quem a fome visita de vez em quando, e defendida por um clima rigoroso e cruel. É ele que administra a Justiça, que atrai os indígenas, que os ensina a cultivar, que cobra o imposto, que abre estradas e carreteiras, que constrói as pontes e os aterros, que faz a escrita do posto—é ele, enfim, o representante e o símbolo da senhoria de Portugal nestas lonjuras incomensuráveis.

De cima mais depressa recebe censuras e apertões que louvores e incitamentos—de baixo surgem-lhe dificuldades de toda a espécie que tem que dominar, quasi sem recursos. O Mundo ignora que ele existe e os seus heroísmos, as suas valentias, a sua coragem persistente, não têm as formas teatrais que conduzem à glória. É uma ilha. Amanhã outra biliosa levá-lo-há talvez e o seu lugar está reservado na vala comum dos esquecidos. As próprias coisas notáveis que fizer serão flores para adornar a glória doutros mais elevados em hierarquia.

Pois este homem espectrificado, que teve uma alegria quasi infantil em dar-nos de almoçar, não nos falou senão dos seus projectos de trabalho, das obras que tinha empreendido, no aperfeiçoamento das suas estradas, na disciplina dos seus indígenas—de todas essas pequenas coisas que são a glória autêntica de

DO LIVRO

“VELO D'OIRO”

1.º PRÉMIO DE LITERATURA
COLONIAL DE 1933

TRANSCREVE-SE:

por estes matos, os heróis de que a História não resará, para compreender a qualidade da minha raça e encontrar uma razão da razão para o meu orgulho de ser português.

Como não há-de tudo isto ser português, honrada e genuinamente português, se é no esplendor de tão enternecedoras qualidades e tão generosos sacrifícios que o conquistámos e possuímos!

Em volta da nossa mesa de almôço, rilhando o *churrasco* indígena e bebendo o vinho da nossa terra, eu venerei aquele homem que trazia a morte nos olhos e que não tinha outra ambição manifestada senão a de ser útil ao seu País—o País que não o conhecia e que vivia das virtudes de tantos como ele.

Ainda bem que fomos almoçar com o chefe de posto. Oxalá ele viva quando ragressarmos da *Mulola* com o nosso oiro e a nossa generosidade.

Vamo-nos aproximando das terras do Cuanhama. Já rodamos na planície infinita. A vegetação é mais altiva e variada—umas vezes em mata aberta e livre, outras vezes cerrada por sentinelas compactas de espínheiras.

A fauna é variadíssima. Ontem matei um burro do mato—a chamada cabra marginal—e hoje encontramos grandes manadas de zebras a galopar entre nuvens doiradas de poeira, num conjunto decorativo e animado. O Mandobe mostrou-nos, muito ao longe, duas girafas que fugiam, com os enormes pescoços a oscilar, como a haste dum metrômeno. E todos estes animais, que eu já vi em jardins zoológicos, humilhados e estáticos, me pareceram outros no cenário selvagem das matas, na altivez da sua vida livre, no dinamismo nervoso das suas correrias. Entre o animal bisonho dos jardins de aclimação, alquebrado pelas sonolências mórbidas da sedentariedade e estes animais de atitudes triunfantes, cheios de vigor e insaciáveis de movimento, há a mesma diferença que entre um penitenciário e um atleta olímpico.

(Conclue na página 27)

TODA a gente tem compreendido melhor ou pior a importância da actual crise, e muitos são os remédios que se têm preconizado para a debelar ou para atenuar os seus efeitos. Como a crise é de natureza muito complexa, muito variados são também esses remédios que, em regra, visam apenas a pontos especiais em conformidade com o aspecto particular que a cada um é dado observar.

Embora errem às vezes, honra lhes seja feita, porque sempre alguma utilidade deve resullar desses alviteres.

Também nós, modestos obreiros, queremos pagar o nosso pequeno tributo para esse grande fim.

Não temos a pretensão de trazer a solução da crise, que outros ainda não puderam descobrir, mas estamos convencidos de que traremos para essa obra algum material também utilizável, colhido em muitos anos de experiência colonial e fruto de uma observação imparcial do que temos visto e ouvido.

É esse o objectivo das breves considerações que passamos a fazer.

I A crise

Mas, antes de propriamente entrarmos nessa matéria, julgamos necessário acentuar que em Angola não há uma só crise, mas sim uma sobreposição de crises; e de ordem geral cujas origens se filiam principalmente na grande convulsão económica que resultou da Guerra de 1914, e a crise particular desta Província, cuja verdadeira causa é a grande desproporção que existe entre o seu enorme território e a sua pequena população contribuinte.

A sua vastíssima extensão territorial obriga o Estado a formidáveis despesas na sua ocupação militar e civil, na criação e conservação das suas comunicações, e, de um modo geral, em todas as manifestações da sua soberania.

A sua pequena população contribuinte é insuficiente para trazer ao erário público as somas necessárias à manutenção dos serviços que o Estado precisa a todo o custo de conservar.

Tem-se procurado reduzir ao mínimo as despesas, diminuindo quanto possível os efectivos em toda a escala do funcionalismo, e tem-se procurado aumentar todas as receitas agravando os impostos antigos e criando outros novos.

Mas, mesmo assim, não tem sido possível juntar as duas pontas, porque tanto um dos meios como o outro tem os seus limites.

Nunca houve tanto desejo de uma administração honesta e económica como agora; nunca os contribuintes se viram tão onerados como presentemente, e ainda assim o problema não está resolvido.



Analisando as causas e reduzindo-as à sua expressão mais simples temos, pois, de um lado — enorme território, e do outro lado — escassez de contribuições.

O primeiro elemento da equação é invariável, porque todos nós, portugueses, temos a inabalável vontade e o dever de manter absolutamente intacto o território que herdámos, e precisamos para isso de o conservar devidamente guarnecido e ocupado.

Portanto, o único parâmetro em que os nossos esforços devem diligenciar produzir as variações necessárias é o segundo — a massa das contribuições.

Esta é que tem de aumentar.

Já acima dissemos que em nossa opinião os actuais contribuintes atingiram ou mesmo excederam o máximo da sua capacidade tributária. O remédio só pode ser, pois, a elevação do número deles e o aumento daquela capacidade.

II

O aumento da população contribuinte

Para se conseguir o aumento da população contribuinte consideramos necessário um conjunto de medidas tendo por fim:

a) senão tornar maior o número das natalidades, pelo menos diminuir a mortalidade infantil europeia e indígena;

b) manter um bom estado sanitário, quer entre os europeus, quer entre os indígenas;

c) fixar na Colónia os actuais habitantes e provocar a vinda e fixação de outros que possam contribuir para a economia de Angola.

Sobre os dois primeiros pontos, muito têm já feito os serviços oficiais, a Liga de Protecção à Infância, a simpática instituição "A Gota de Leite", e outras que com semelhantes objectivos têm sido criadas em diversos pontos de Angola, que se pode orgulhar de ter uma organização sanitária, se não perfeita e completa, pelo menos superior à da maior parte das colónias africanas.

Precisa contudo de a desenvolver ainda mais e, sobretudo, de atender mais à assistência de europeus, de forma que passe a constituir, sob esse ponto de vista, um serviço verdadeiramente protector.

A par disso é necessário que o Estado possa manter a sua organização sanitária e remunerar o seu pessoal de modo que não seja preciso castigar o cidadão que adoeca com preços de uma tabela que para a sua bolsa são sempre excessivos.

É necessário, pois, que os Serviços Sanitários possam proporcionar ao cidadão contribuinte os seus socorros de qualquer natureza mediante o pagamento das despesas do material, medicamentos e alimentação, acrescidos de uma percentagem razoável e não por preços que só poderiam encontrar justificação em clínicas particulares.



Quanto às medidas mencionadas na alínea c) têm elas tão íntima relação com as que reputamos necessárias para a atracção dos capitais, que a elas nos referiremos mais adiante quando tratarmos deste outro ponto do problema.

III

O aumento da capacidade tributária

Para aumentar a capacidade tributária do habitante é preciso um conjunto de medidas destinadas a atrair capitais metropolitanos e estrangeiros e a fixá-los em Angola, não só para vivificar os empreendimentos já existentes, mas também para fazer nascer muitos outros.

Não há desenvolvimento colonial, não há fomento, não há aumento de população se não houver capital suficiente.

É preciso atraí-lo e conservá-lo. Para isso é necessário tratá-lo bem, porque a verdade, a única verdade, é que o capital procura sempre dirigir-se para onde tem mais vantagem e segurança, e foge dos países onde se sente mais onerado.

É essa a única explicação racional e verdadeira de até 1928 terem afluído a Angola, com relativa facilidade, importantes capitais belgas, que esperavam encontrar na nossa colónia melhor tratamento do que no seu país de origem.

Veio porém o imposto de rendimento, foram agravadas algumas imposições já existentes, criou-se uma atmosfera de desconfiança, e a corrente que se estava desenhando parou completamente.

É essencial remover as causas do receio que afugentam os capitalistas do exterior, tanto nacionais como estrangeiros, para que de novo eles se animem a colocar em Angola o seu dinheiro.

Essencial é também incutir-lhes a confiança de que, empregando os seus haveres nesta Província, não veem correr ao encontro das surpresas que lhes podem causar súbitas elevações de impostos e modificações inesperadas das condições em que calculavam poder trabalhar.

A estabilidade nestas condições é indispensável, como facilmente se compreende, porque sem ela ninguém pode fazer orçamentos que valham, e sem orçamentos não pode haver exploração séria.

Quem pretende trazer o seu capital para Angola e empregá-lo em determinada exploração, sendo pessoa prudente e competente, a primeira coisa que faz é examinar todas as circunstâncias que possam influir na exploração que lhes interessa, viabilidade de execução; condições da mão de obra e seu custo; direitos aduaneiros tanto de importação para os materiais necessários, como de

POLÍTICA

DE

FOMENTO

POR JORGE FIGUEIREDO DE BARROS

Presidente da Direcção da Associação dos Agricultores de Angola

exportação para os produtos; impostos aplicáveis à exploração; legislação que a ela diga respeito, etc.

Feito isto, faz uma estimativa das despesas do primeiro estabelecimento, das da laboração regular, calcula a produção provável, aplica-lhe todos os encargos e verifica se pelas cotações existentes, o produto paga com segurança as despesas ou não paga.

No primeiro caso considera interessante a exploração e abalança-se a fazê-la, mas todos os seus cálculos falham desde que pouco depois seja criado um novo imposto ou sejam agravados os antigos.

Assim, um negócio que prometia ser lucrativo passa a ser ruinoso; outros capitalistas, que estariam também dispostos a pôr o seu dinheiro em Angola, vendo estes casos, assustam-se e desistem desse intento.

Estamos inteiramente persuadidos de que o Governo tem o maior interesse em que se fixem novos capitais em Angola, e em que, para esse fim, adoptará as medidas mais convenientes, entre as quais está sem dúvida a estabilização da legislação.



Restabelecida a corrente de imigração de capitais para Angola, encontrando eles aqui uma justa remuneração, estabelecer-se-há uma corrente de imigração de europeus, pessoal técnico de todas as gradações que será empregado nas múltiplas explorações agrícolas e industriais que se iniciarem ou desenvolverem.

Sendo prósperos os negócios das Empresas, será desafogada a situação pessoal dos empregados.

Consequindo o Governo criar o bem-estar aos colonos, estes não terão necessidade nem desejo de abandonar esta Colónia; nela permanecerão e nela se estabelecerão de forma definitiva.

Cada Empresa é um novo agente de prosperidade da Colónia e um núcleo de nova população; e cada indivíduo é um novo contribuinte, um novo colono que em vez de vir ser pesado ao Estado, vem trazer-lhe a sua pequena contribuição para a riqueza pública, um novo consumidor para os produtos da Colónia.

É por todas estas razões que se nos afigura que a atracção de capitais e de colonos que não custem dinheiro ao Estado é o verdadeiro caminho a seguir para encontrar uma solução segura para o problema económico de Angola; e uma vez que este esteja resolvido já o problema financeiro deixará de oferecer dificuldades importantes.



¿ Como se deverá realizar essa atracção?

Por modos muito variados certamente, ocorrendo-nos agora os seguintes:

1.º—Uma intensa propaganda das possibilidades da Colónia. Em tal propaganda devem evitar-se com o mais escrupuloso cuidado quaisquer exageros, porque a falta de um rigorosa verdade nas informações que forem fornecidas aos interessados, é tão prejudicial num sentido como no outro.

Nela deve ter-se em vista criar o interesse pela Colónia entre os capitalistas e industriais metropolitanos, que podem encontrar nesta parte da África um vastíssimo campo para a sua actividade, mas esta consideração não deve impedir de forma alguma a entrada da capitais estrangeiros, porque uns e outros são necessários, e porque depois de aplicados ao solo de Angola todos eles ficam sujeitos às mesmas leis e às mesmas regras.

Este assunto tem sido objecto de muitas discussões e de muitos erros, tendo-se quasi acusado de pouco patriotas as entidades que procuram atraír os capitais estrangeiros!

É caso para perguntar se seria mais patriótico animar os nossos capitais a fomentarem a riqueza das Colónias estrangeiras.

A verdade é que todos os capitais são necessários, seja qual for a sua nacionalidade de origem, e a todos deve ser dado um leal e franco acolhimento.

2.º—Fazer presidir a toda a legislação sobre terrenos o principio de que a vantagem para o Estado é concedê-los e não conservá-los no estado de baldios, isto é, mudando os sinais a um grande número de disposições vigentes sobre esta matéria.

De facto uma concessão de terreno tem que ser interpretada como uma operação igualmente vantajosa tanto para o Estado como para o concessionário; tem que ser executada com o mínimo de formalidades e de despesas improdutivas.

Quanto maiores forem as áreas concedidas, maiores serão as receitas provenientes de foros, e maiores serão as probabilidades de que será bem aproveitado o vasto território de Angola, tornando-se produtivo.

A legislação que ainda está vigorando obedece, erradamente, ao principio de que o Estado ao dar uma concessão de terreno perde uma grande vantagem, e que por isso precisa de auferir outros maiores.

Na verdade, não é o que acontece, porque os terrenos bal-

dios nada lhe rendem, e os concedidos passam imediatamente a dar-lhe receita.

Ninguém tema que venham a faltar terrenos em Angola; para acalmar tais receios bastará dizer que a área total da Província é de 1.256.000 km², a área total das concessões provisórias é de 30.551 km² e a das definitivas é de 9.279 km², isto é, respectivamente 2,43 % e 0,74 % da superfície total, o que significa que 96,8 % ainda estão por conceder! Estes números mostram bem quanto a verdade é diferente das lendas que têm corrido!!

Ainda nesta matéria um outro ponto em que muito conviria modificar a legislação actual, é aquele que se refere aos terrenos marginaes, à chamada faixa marítima de 80 metros.

Embora conservando esses terrenos num regimen especial, não devem ser ali em absoluto impedidas as concessões por aforamento.

É certo que o Estado deve reservar para si os melhores terrenos marginaes que possam ser necessários à sua defesa marítima e às suas instalações navais ou aduaneiras, mas, é precisará por isso de toda a faixa marítima?

Parece-nos que sem prejuizo das reservas a que nos referimos, não haveria inconveniente em conceder por aforamento muitas parcelas de terrenos, para instalações que precisam absolutamente de estar mais perto do mar.

Sacrificar sistematicamente as verdadeiras necessidades presentes a hipotéticas conveniências futuras é um erro grave, que muito conviria deixar de cometer, porque muito tem já prejudicado a economia da Colónia.

3.º—Evitar quanto possível, frequentes modificações da legislação, e sobretudo, como já acima dissemos, evitar novos agravamentos em matéria tributária, procurando nos casos em que forem inevitáveis tais modificações, ressaltar os direitos já adquiridos quer por contratos especiais, quer por legislação anterior criadora de direitos.

Sem prejuizo dos sagrados interesses do Estado, também os particulares têm direitos, e tão respeitadas têm de ser uns como os outros.

Esse respeito mútuo é o principio mais sólido em que devem assentar as relações entre o Estado e as entidades particulares, quer colectivas quer singulares, para que se mantenha sempre inabalável a sua confiança recíproca.

4.º—Fazer que todas as Repartições Públicas e todos os funcionários em geral se considerem não só como defensores do Estado contra os abusos que o público pratica ou possa praticar, mas também sejam os advogados do público perante o Governo.

É absolutamente necessário que todos entendam que numa Nação, para que ela seja feliz e os seus serviços corram bem, deve haver uma íntima, franca e leal cooperação entre os agentes do Governo e o público.

No fundo todos desejam o bem comum, e é indispensável que na prática cesse o deplorável hábito de se constituírem dois partidos antagonicos: o do funcionalismo e o do público.

É tem o imperioso dever de acatar e cumprir a legislação vigente e de respeitar todos os agentes do Governo, desde o mais alto funcionário até ao mais modesto.

Mas os funcionários têm também, além do dever de serem os executores da legislação e os fiscaes do seu cumprimento, o de prestarem de boa vontade todo o seu auxilio ao público. Quando lhes é submetida alguma pretensão não devem procurar os artigos e parágrafos em que possam basear uma má informação ou um indeferimento. Bem pelo contrario devem procurar as disposições que permitam conciliar os interesses do Estado e os do público.

Há um grande número de funcionários, competentes, honestos e inteligentes, que assim compreendem os seus deveres, mas é indispensável que todos assim procedam, para que haja uma verdadeira cooperação e amizade entre os cidadãos empregados do Estado e aqueles que exercem a sua actividade noutro campo.

É necessário que em todos os serviços públicos se modifiquem e se simplifiquem os hábitos burocráticos que embaraçam, dificultam e retardam a solução de todas as questões, não só as de interesse de particulares, mas até mesmo as que são só de interesse do próprio Governo.

É indispensável que em toda a escala burocrática se adopte o critério de que é vantajoso para o Estado animar e amparar a iniciativa particular, factor primacial em todos os tempos para a formação de países novos e que a legislação e serviços públicos se baseiem no principio de que um critério demasiadamente fiscal e absorvente, por parte do Estado, só prejudica o seu desenvolvimento.

5.º—Criar e desenvolver por todos os meios a confiança entre os diversos elementos que constituem a Nação.

Que o público tenha inteira confiança no seu Governo e o Governo inteira confiança nas forças vivas; que a Metrópole se não considere uma entidade há muito prejudicada pelas suas Colónias, e que estas se não considerem vítimas da Metrópole.

Portugal é só um e compreende indistintamente a Metrópole

e as suas Possessões Ultramarinas. O que seria de Portugal Continental sem as suas Colónias, e o que seria alguma destas destacada da sua Metrópole?

Não é hoje possível banir entre esta e aquelas as barreiras aduaneiras e unificar a moeda, mas estamos convencidos de que isso é um ideal para o qual deveriam tender todos os nossos esforços.

O conjunto Metrópole e Colónias representa 2.184.000 km² com uma população de cerca de quinze milhões de almas; é um vasto campo para explorações de toda a ordem, é um número elevado de consumidores para todos os produtos que nesse território se puderem obter. Mas se, dominado por mesquinhas paixões bairristas e por anti-patrióticas tendências de separatismo, cada um dirige os seus esforços para seu lado, sem atender aos sagrados interesses comuns, aquelas cifras transformam-se em números que a ninguém se podem impor.

Cada um isolado seria um elemento fraco e incompleto, e imediatamente seria absorvido, senão politicamente, pelo menos economicamente por outra Nação mais poderosa e mais bem aparelhada para a luta pela vida, e veria tristemente desfeitos os seus efémeros sonhos de independência.

Os quinhentos anos de vida comum da nossa Metrópole e das suas Colónias têm um poder de coesão fortíssimo que nada poderá destruir.

Não o esqueçamos agora para não termos que nos lembrar disso mais tarde quando essas afinidades não servirem já senão para lamentar o bem perdido.

6.º—Nesta ordem de ideias criar e desenvolver principalmente as culturas e indústrias cujos produtos possam ter colocação no nosso próprio território, ou que possam ser de melhor qualidade que os produzidos no estrangeiro, porque com relação a produtos que este pode obter em quantidade imensamente maior que a nossa ou em preços ou em qualidades melhores que entre nós, a nossa actividade estará sempre votada a uma ruínosa concorrência, que antes convém evitar que desafiar.

Para esse efeito é necessário que comece ou se desenvolva, em território português, a industrialização das suas matérias primas, contando-se entre estas os produtos coloniais.

Nisso influem variadíssimos factores, sendo os principais:

- a) a qualidade das matérias primas;
- b) a sua quantidade;
- c) o preço por que se podem obter;
- d) a distância entre os locais de produção e os locais da sua industrialização;
- e) o custo e rapidez dos transportes entre esses locais;
- f) os processos de industrialização;
- g) os locais de consumo dos produtos industriais, e sua distância aos de fabrico.

De uns destes factores depende essencialmente a qualidade dos produtos finais; dos outros o seu preço.

Tudo tem que ser atenta e cuidadosamente estudado de forma que sejam o mais favoráveis possível os resultados finais: a qualidade dos produtos industriais e o preço por que se podem vender nos mercados consumidores.

Assim, haverá provavelmente produtos que continuará a convir que sejam industrializados na Europa; mas outros deverão sê-lo com mais vantagem nas próprias Colónias para os exonerar de pesadíssimos encargos de fretes, que incidem sobre os produtos coloniais transportados para a Metrópole, e novamente sobre os produtos industrializados trazidos da Europa para as Colónias.

Para cada artigo esta série de operações tem que ser atendida e estudada no seu conjunto e não separadamente como se tem feito em regra até agora.

Na verdade o que se tem observado é que nas Colónias cada um tem procurado produzir o mais possível sem saber se a sua produção pode ter colocação segura desde que atinja certo limite, e ambicionando sempre vendê-la o mais caro possível.

Por outro lado, os industriais que utilizam estes produtos como matérias primas precisam de os obter baratos e desejam vendê-los pelos maiores preços, depois de industrializados.

Isto é humano, uns e outros têm todas as razões para assim se defenderem mas a vantagem de uns é o prejuízo dos outros, não contando ainda com as Empresas de transportes marítimos e terrestres que também têm que se defender elevando as respectivas tarifas; e o próprio Governo que para manter o seu equilíbrio financeiro aumenta as taxas, licenças, etc.

E no fim, ou rompe por um lado, ou rompe pelo outro, mas o resultado é sempre o mesmo: se os industriais conseguem impor os seus preços aos fornecedores de matérias primas, estes acabam por perder e desinteressar-se das suas explorações; se, pelo contrário, são obrigados a comprar essas matérias primas mais caras, são eles os prejudicados e acabam por fechar as suas fábricas.

Como resolver o problema?

Só examinando-o no seu conjunto, repartindo equitativamente

os encargos e suprimindo aqueles que disso forem susceptíveis. Quem poderá fazê-lo?

Naturalmente o Governo, com a colaboração franca dos interessados.



7.º—Para este fim afigura-se-nos que seria de extrema utilidade haver em cada Colónia um organismo oficial, de carácter consultivo de que fizessem parte funcionários de toda a competência e individualidades escolhidas entre as forças vivas, a fim de estudarem os problemas económicos e os projectos de alteração da respectiva legislação.

Esta ideia não é nova, e em Angola existe já a Comissão de Estudos Económicos e de Fomento, devida à inteligente iniciativa do ilustre Governador Geral actual.

Convém pois criar tais organismos onde ainda os não haja, e tirar todo o partido dos já existentes.

Entre as suas funções convém incluir a de dar o seu parecer também sobre certas pretensões de particulares, relativas a questões económicas, sempre que o Governo veja nisso conveniência ou quando isso seja solicitado pelos interessados.

Estudadas e discutidas aquelas questões por entidades oficiais perfeitamente conhecedoras das exigências legais e regulamentares, e por entidades particulares bem ao facto das necessidades do industrial, do comerciante ou do agricultor, e tendo umas e outras o sincero desejo de encontrar soluções em que se conciliem todos os interesses em jogo há toda a probabilidade de que as medidas que produzirem salisfaçam ao Governo e não prejudiquem a economia da Colónia.

IV

A eficiência do trabalho

Para aumentar a capacidade tributária não basta a abundância do capital, e também não basta trabalhar muito, é preciso trabalhar bem, é necessário que todos os esforços produzam o seu rendimento máximo.

Nas considerações que antecedem já nos referimos a algumas das resistências que convém diminuir para que o rendimento aumente. Queremos agora referir-nos a outras de uma grande importância, que é necessário diminuir também, a incompetência e a falta de preparação.

Para que qualquer empreendimento corra o menos possível os riscos de um desastre, ou pelo menos de sérios prejuízos, é indispensável, antes do período de execução, que ele seja devidamente estudado para que possa assentar em bases perfeitamente seguras. É preciso também que os seus executores sejam competentes para o que têm que fazer.

Em regra não acontece isso, de forma que cada um paga um largo tributo de experiências caras antes de chegar ao estado de poder trabalhar eficazmente.

É necessário, para bem de todos, combater esse mal.

É um problema difícil, complexo e que deve admitir soluções muito variadas conforme os casos.

No seu estudo faremos abstracção das empresas industriais, que em regra se não estabelecem sem a direcção ou sem a assistência de técnicos competentes.

Trataremos, pois, quasi exclusivamente dos empreendimentos, agrícolas e sobretudo dos pequenos, e devemos advertir que as nossas palavras não significam nem menosprezo pelas grandes qualidades de energia, de tenacidade, e de coragem e muitas outras de que bem legitimamente se podem orgulhar os nossos colonos. O que vamos dizer tem apenas o fim de indicar uma imperfeição e de solicitar o remédio para ela.

Essa imperfeição é a falta dos mais elementares conhecimentos técnicos que se observa na grande maioria dos agricultores.

Dois processos há para a corrigir; um é prestar-lhes o Estado a assistência técnica de que eles carecem; o outro, ministrar aos futuros agricultores uma instrução técnica, embora rudimentar, que os valorize, e, neste ponto, quando dizemos agricultores, queremos abranger nesta designação tanto os proprietários como os seus empregados agrícolas.

Quanto à assistência técnica afigura-se-nos que devia ser prestada por agrónomos, bolónicos, fitopatologistas, ou ainda por regentes agrícolas de provada competência, que a miúdo visitassem as plantações particulares, não para fiscalizar, ou para impor taxas ou multas, mas como se fossem médicos amigos, para observarem os defeitos da exploração, as doenças e outros males que prejudiquem o seu rendimento e indicarem os remédios a adoptar.

Esses técnicos multiplicando assim os seus ensinamentos certamente concorreriam de um modo muito importante para o aumento e melhoria da produção.

Mas para que tal assistência possa ser verdadeiramente útil ao agricultor é necessário que ela não seja cara e é indispensável que os técnicos tenham uma perfeita competência em matéria de agricultura inter-tropical.

Isso necessariamente exige que nas nossas escolas de agricultura tenha muito maior desenvolvimento esta parte da instrução profissional.

Para que o agricultor não seja de todo leigo nestes assuntos convém que já nas escolas primárias seja ministrado o ensino elementar da agricultura inter-tropical.

Poderão objectar-nos que isso já existe. Não o negamos, mas o que existe de nada vale, primeiro porque em regra os pequenos compêndios adoptados foram feitos para a Europa, e em segundo lugar porque os professores primários e mesmo os secundários, comquanto tenham muita ilustração, em geral pouco sabem de agricultura.

É, pois, por eles que tem que se começar, dando-lhes durante os seus cursos nas Escolas Normais conhecimentos teóricos e práticos de agricultura aplicáveis nas nossas Colónias.

Éles é que hão-de preparar as gerações futuras e armá-las para a luta pela vida, tal como ele agora se empenha, mas para o conseguirem, devem introduzir-se na instrução primária, como acima dissemos, características novas. Essa instrução, segundo supomos tem sido durante dezenas de anos orientada especialmente no sentido de se combater o analfabetismo ou de preparar rapazes para as escolas secundárias.

Mas hoje, principalmente nesta Colónia, atendendo a que a quasi totalidade da população escolar não vai além da instrução primária, o objectivo tem que ser outro, dar-lhes naquele pouco tempo em que frequentam a escola o máximo de instrução útil para entrarem na vida a que se destinam.

Como a agricultura é o ramo de actividade que mais gente ocupa nas Colónias, e como o Estado tem todo o interesse em que elle se desenvolva ainda mais, é mister que os rapazes ao sair da escola, que para a maior parte é a única que frequentam, tragam dela alguns conhecimentos teóricos e práticos de agricultura.

Se este aspecto do problema pudesse ter sido há mais tempo encarado e resolvido, não aconteceria, como em geral acontece, que só procuram empregos agrícolas os indivíduos que não têm habilitações que lhes permitam aspirar a empregos públicos ou a colocações no comércio. É assim que em geral se inicia a carreira do empregado agrícola. Com o andar dos tempos alguns aprendem qualquer coisa e acabam por ter algum valor, mas à custa de quanto trabalho e de quantos erros que o proprietário paga como serviço bem feito.

É a isso que em parte pensamos se pode obviar dando uma outra feição à instrução primária.

Evidentemente os conhecimentos agrícolas que nela podem ser ministrados, embora já muito úteis, não são suficientes.

Conviria, por isso, que elles pudessem ser mais desenvolvidos nos rapazes a quem fosse possível frequentar a escola mais algum tempo.

Para esse efeito seria de extrema vantagem algumas escolas de categoria análoga à das escolas-officinas, que actualmente existem, mas tendo como principal objectivo o ensino agrícola, teórico e prático.

Esta preparação, maior ou menor, dada a um grande número de mancebos, para a agricultura pode advir, sem dúvida alguma, uma maior eficiência do seu trabalho, e a par disso talvez ainda a vantagem de diminuir um pouco o número considerável dos indivíduos que não têm emprego e a quem não é possível dá-lo porque não têm habilitações.

V

As vias de comunicação

Um factor importantíssimo para qualquer exploração económica no interior de Angola são as vias de comunicação e muito se tem feito já neste ramo, criando umas e desenvolvendo e melhorando outras.

Nunca serão demasiados os louvores que forem feitos a quem determinou a construção das linhas férreas de Luanda-Malange, do Amboim, o Caminho de Ferro de Benguela e o de Mossamedes ao Lubango. Igualmente merecem todo o elogio o grande impulso dado à construção de estradas durante o governo do Alto Comissário Sr. General Norton de Matos e dos seus sucessores, e a tenacidade de muitos Governadores de Distrito, Administradores e Chefes de Posto, que a pouco e pouco têm dotado Angola com uma extensa rede de estradas que permitem hoje percorrer em poucas horas, de automóvel, distâncias que ainda há dez ou vinte anos só se poderiam vencer em muitos e penosos dias ou mesmo meses, de tipoia ou carro boer.

A todas aquelas autoridades prestamos aqui as nossas home-

nagens pelo enorme benefício que o seu trabalho tem trazido à economia de Angola.

O que já há feito é imenso, mas ainda não é suficiente, porque ainda existem estradas das principais, como, por exemplo, a de Luanda ao Dondo que por ocasião das chuvas ficam intransitáveis talguns pontos; outras existem cujo traçado se poderia modificar de modo relativamente fácil encurtando consideravelmente os trajectos.

Há também ricas regiões, como a do Dange, no Encoje, ainda não servidas de uma boa via de comunicação que drene os seus produtos, que só em café não são menos de 500 toneladas; já existe a estrada, mas não pode ainda ligar aquele centro produtor ao litoral por falta duma pequena ponte em Bongue-la-Matari, sobre o Rio Dange.

Nas mesmas condições está a estrada de Marimba a Cambo-Camana, no Distrito de Malange, por falta de uma ponte no Rio Cambo.

Nestes e em muitos outros casos, duas ou três dezenas de contos para aquisição de cimento darão solução ao problema, porque as autoridades estão cheias de boa vontade, os comerciantes e agricultores têm-lhes dado o auxílio que têm podido, e o que falta é só algum dinheiro para comprar aquele material.

Há casos, como o das oleaginosas produzidas em certas regiões, em que as despesas de transporte e exportação absorvem perto de 70% do produto da venda na Metrópole, sendo os restantes 30% insuficientes para compensarem as despesas da produção.

E 72% daquelas despesas, ou sejam 50% do produto da venda são representadas pelo transporte até ao litoral.

Significa isto que os transportes dentro da Colónia desde o local da produção até ao porto de embarque custam duas vezes e meia o frete marítimo de Luanda a Lisboa. É o que se dá também com o café e com o algodão, sobretudo o produzido na Lunda e em parte do Distrito de Malange, cujas despesas de transporte até ao caminho de ferro são uma das mais fortes parcelas do preço do custo. Reduzida essa parcela ficariam menos onerados os produtores e até poderiam pagar um pouco mais ao preto pelo algodão que este lhes vende.

Há, pois, toda a necessidade de reduzir onde e como for possível aqueles encargos.

Seria ocioso insistir mais neste ponto porque o Governo não deixa de reconhecer que elle é de capital importância na vida económica da Colónia, e certamente o irá atendendo à medida que lhe for possível.

VI

Considerações finais

Como acima dissemos, não temos a pretensão de ter descoberto as soluções da crise, nem mesmo a de que o nosso estudo a este respeito seja completo e perfeito; são apenas umas breves notas e considerações versando sobre alguns dos aspectos mais importantes da economia de Angola.

Cada uma das questões que mencionamos merece por parte do Governo e das pessoas competentes que elle quiser chamar a colaborar com elle, um estudo muito cuidadoso, abrangendo em toda a sua amplitude o vasto e complexo problema económico da Colónia, ao qual deve ser subordinada toda a sua administração, quer política quer financeira.

O objectivo tem que ser o aumento da riqueza particular, factor indispensável da riqueza pública; produzir muito, mas em condições lucrativas, portanto, realizar bons produtos pelo mínimo do custo.

Os processos a seguir não devem ser artificiais, mas sim subordinar-se o mais possível às condições e tendências naturais; porque estas têm um poder de resistência que de momento se pode dominar por medidas artificiais, mas que acabam sempre por vencer.

Os remédios a adoptar devem incidir sobre as causas dos males e não sobre os seus efeitos ou sintomas, porque a medicação sintomática não passa nunca de um paliativo de efémero resultado.

Angola tem de ser tratada como uma pessoa a quem longos anos de campanha, em maus climas conduziram a um estado de deauperamento de forças e de abatimento moral que exige cuidados especiais.

E' preciso, antes de mais nada levantar-lhe o moral, e fazer tudo o que for possível para a robustecer.

Hoje precisa do auxílio da Metrópole, mas amanhã, refeitas as suas forças poderá ela retribuir generosamente os benefícios que agora receber.

Para isso, muito pode o Governo, mas é necessário que elle seja coadjuvado pelas forças vivas da Metrópole.

Essa coadjuvação não faltará se se desenvolver a fé em que esta Colónia pode ser para Portugal o que é hoje Marrocos ou a Argélia para a França.

Luanda, 2 de Junho de 1932.

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

O relatório do projecto de lei tendente a estabelecer os direitos alfandegários sobre os frutos e sementes oleaginosas, matérias gordurosas e seus derivados, faz salientar a importância do problema das oleaginosas para as nossas colónias africanas e para as nossas possessões do Pacífico. Para bem se definir o lugar que elle occupa no plano colonial, pode-se dizer que este problema se apresenta, tanto sob o ponto de vista económico como político e social, em condições exactamente comparáveis às do problema do trigo para a Metrópole.

Analisando sucessivamente as diversas consequências da crise actual, o relatório mostra que o indígena volta à sua vida primitiva e esta volta é um verdadeiro repudio da civilização. É, além disso, o germen de um divórcio entre as populações das quais assumimos a tutela e nós próprios.

Financieiramente, alimentando o comércio exterior, directa ou indirectamente, todos os orçamentos coloniais, a produtividade dos direitos de importação e de exportação resente-se da sua diminuição, arrastando a redução do custo da vida, a obrigação de não fazer despesas com trabalhos senão à base de empréstimos, e até o receio de que a garantia metropolitana seja reclamada. Toda a nossa acção civilizadora se encontra adormecida.

Quanto às consequências metropolitanas, não são estas menos graves, pois que com a redução do poder de compra nas nossas colónias, é o nosso comércio de exportação que se acha atingido duma forma sensivelmente equivalente.

O apóio à produção colonial aparece desde então, e de início, como entrave às consequências que acabam de ser expostas e que se multiplicariam se não se lhes desse um remédio.

Mas como intervir? Trata-se de valorizar o produto nas mãos dos indígenas. O desenvolvimento alcançado pela crise não permite continuar a pensar na criação duma simples taxa cujo produto seria aplicado aos produtores. Só a instituição dum direito alfandegário, combinado, de resto, com a concessão duma subvenção metropolitana, se apresentou ao governo como susceptível de prestar um concurso eficaz à produção em perigo. A subvenção permitirá a concessão de úteis reduções nas tarifas de transporte e nos direitos de exportação.

Mas o governo não pensa fazer deste sistema um muro ao abrigo do qual as colónias se julguem dispensadas de tratar da diminuição do custo da produção. Elas deverão continuar a empregar os seus esforços neste sentido e, nesta ordem de ideias, convém simplesmente lembrar que a melhoria dos rendimentos, o aperfeiçoamento dos processos de cultura, a racionalização do comércio, são assuntos de grande fôlego.

O dispositivo do projecto, como o título o indica e já o demos a conhecer, abrange, dum modo geral, todas as matérias gordurosas de origem animal ou vegetal. Perto de uma centena de artigos da pauta alfandegária se encontram assim visados. Eis as taxas de alguns deles. (Direitos em francos por quintal):

Gorduras animais:

| | Tarifa geral | Tarifa mínima |
|-----------------------------------|--------------|---------------|
| Sebos destinados a saboarias..... | 50 | 25 |
| Untos desnaturalados..... | 120 | 60 |
| Outros untos..... | 610 | 305 |
| Margarina alimentar..... | 300 | 150 |
| Oleo de baleia..... | 35 | 30 |
| Gorduras de peixe..... | 30 | 25 |

Sementes e frutos oleaginosos:

| | Tarifa geral | Tarifa mínima |
|--------------------------|--------------|---------------|
| Amendoim com casca..... | 20 | 10 |
| Amendoim descascado..... | 30 | 15 |
| Copra..... | 30 | 15 |
| Algodão..... | 20 | 10 |
| Linho..... | 20 | 10 |
| Palmiste..... | 20 | 10 |
| Ricino..... | 30 | 15 |
| Sesamo..... | 30 | 15 |
| Soja..... | 16 | 8 |

A questão das oleaginosas e das matérias gordurosas

Transcrito de «La Quinzaine Coloniale»

Sesamo

| | | |
|---|-----|----|
| Destinado à saboaria..... | 204 | 51 |
| Destinado à fabricação de gorduras alimentares..... | 160 | 40 |
| Outros..... | 284 | 71 |

Amendoim

| | | |
|---|-----|----|
| Destinado à saboaria..... | 200 | 50 |
| Destinado à fabricação de gorduras alimentares..... | 236 | 59 |
| Outros..... | 320 | 80 |

Soja

| | | |
|---|-----|----|
| Destinado à saboaria..... | 208 | 52 |
| Destinado à fabricação de gorduras alimentares..... | 220 | 55 |
| Outros..... | 360 | 90 |

Gorduras vegetais alimentares..... 520 130

Gorduras vegetais destinadas à fabricação de gorduras alimentares..... 360 90

Ácido oleico..... 480 90

Ácido estearico..... 872 109

Sabões..... 360 90

Velas..... 1.064 266

O projecto dispõe finalmente que metade do suplemento de produtos resultante da aplicação destas novas tarifas será empregado na concessão de subvenções destinadas a encorajar a produção de frutos e sementes oleaginosas nas nossas colónias.

Ao mesmo tempo que este projecto, a Comissão das Alfândegas da Câmara apresentou duas propostas de lei da autoria de M. Alcide Delmont tendentes:

(Conclue na página 27)

COLOONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

DIANTE de mim está um jornal ilustrado alemão, com duas páginas centrais consagradas ao movimento novo do que na Alemanha se chama *Wefirsport*, ou *Geländesport*.
¿Que vem a ser isto? Coisa menos nova do que a si própria se diz, ou julga. Coisa muito alemã.

É o exercício físico da mocidade com vistas ou pendores militares. *Instrução militar preparatória*, como se diz por cá. A diferença está na extensão, que abrange rapazes de 16 anos e homens de até 35; e também no espírito: espírito de colaboração com a política interna dominante; espírito de reivindicação nacional futura contra o *statu quo* internacional.

Wefir pode significar *defesa, armas, milícia*. *Gelände* é o *terreno*. *Wefirsport, Geländesport*: exercício físico ou desportismo que renega do artifício dos campos de jogos e da estreiteza dos gymnásios cobertos e sistemáticos, para ligar os homens, por um lado à natureza verdadeira, em cujo contacto directo se fortificam e desenvolvem; por outro lado, à vida em comum, solidária, cooperativa, disciplinada. Espécie de síntese da gymnástica, da preparação guerreira, dos jogos físicos e do esotismo britânico. Ar livre. Companheirismo. Nova Esparta.

Definição autorizada. "Uma das colunas mestras, na reconstrução da vida popular alemã, é este movimento de revigoração defensivo da mocidade. Destina-se a promover a robustez máscula, o domínio do corpo, o espírito de sacrifício, o equilíbrio das energias psíquicas e físicas, a resistência à fadiga, o sentido social.."
Mas esta corrente oferece

também o seu aspecto ocasional de ordem pública: por meio dela se disciplina e canaliza a exuberância de milhares e milhares de rapazes desempregados.

Instituiu-se há tempos a Curadoria Imperial do Revigoramento da Mocidade. A esta repartição pública incumbe, por toda a Alemanha, a direcção, organização e orientação do movimento, que dispõe já de uma vintena de escolas. Chamemos-lhes, menos belicamente que na língua originária, "Institutos de Desporto Natural.."

Aí se instruem os "mancebos", (*Jungmannen*) em breves cursos de três semanas. As condições de matrícula são: — determinação dos exercícios físicos; aptidão moral e física; submissão à disciplina do comando. Cada aluno, senhor do seu diploma, comprometeu-se previamente a contribuir para a propagação do movimento. O desporto natural tornar-se-á em breve disciplina obrigatória, para imprimir à educação física alemã novo impulso com directrizes renovadas.

Cada uma das actuais escolas (todas do tipo de internato) aloja cerca de 240 indivíduos, que se distribuem por quatro esquadrões, sub-divididos em unidades menores. O limite máximo de idade baixará, quando possível, dos 35 anos para os 26.

Das numerosas e variadas associações de moços, políticas, religiosas e mais ou menos militares, bem como das universidades e dos velhos grêmios gymnásticos, saiem os rapazes e homens que frequentam estas novas escolas.

O ensino ou educação chama-se *serviço (Dienst)*, como no exército e consiste no seguinte: — corrida, saltos, natação, arremesso ou tiro, gymnástica. Todos trazem uniforme igual, o dos chamados *pedestrianistas*, que consiste na camisola folgada, calção e grevas, barretina mole e sem pala, mochila, cinturão com algebeira para guardar o mapa do terreno, máscara contra gases de guerra.

No acampamento, como durante as caminhadas, há exercícios de visão e audição, para apuramento dos sentidos respectivos; prática da estima das distâncias; desenho cartográfico; transmissão oral de avisos e notícias, com que se experimenta e educa a memória no sentido da retentiva e da exactidão.

Assim, em plena intimidade com a natureza, se conta renovar o tipo médio actual do jovem alemão. Em florestas e campinas, por montes e vales, correndo, saltando, trepando; aos escorelhos pelas ribanceiras abaixo; agora de gatas e logo de rastos — se habituam aqueles corpos a todas as aptidões e resistências físicas.

A par com isto ministra-se, constantemente, ao ar livre, instrução patriótica, e ensina-se canto, dão-se noções de zoologia e botânica, pratica-se tiro de carabina. Taboleiros com areia servem para improvisar miniaturas da configuração do terreno, diante das quais se propõem e resolvem teoricamente certos problemas difíceis, que surgem na prática ao mensageiro, ao esculca, ao soldado.

Os rapazes são obrigados, por escala, a todos os trabalhos de utilidade colectiva, desde a guarda dos acampamentos até o serviço da cozinha.

No fim do verão, são os exames, que constam de duas espécies de provas: exercícios físicos, e demonstrações de desembaraço no terreno...
☑

Aí está um programa de robustecimento físico e moral da rapaziada, ao mesmo tempo natural e sistemático. Mas o caso é que o sistema, aqui, serve-se da natureza e serve-a, em vez de abstrair dela ou contrariá-la.

Nada mais fácil do que imitar este sistema, e até aperfeiçoando-o ou ampliando-o, na cabeça ou no papel. Mas no espírito é que está o busilís.

A organização, a convicção, a sinceridade e seriedade germânicas são de mais difícil tradução.

É pena. É pena, porque aquele sistema adaptado convenientemente, podia prestar muito bom serviço a qualquer país pacífico, fraco em número, mas empenhado em desbravar um extenso império ultramarino.

Em Portugal já temos um Escola Superior Colonial. ¿Quando teremos algumas escolas *Inferiores* Coloniais — que se orgulhem da sua inferioridade?

AGOSTINHO DE CAMPOS

CONFERÊNCIA IMPERIAL

Encerradas as sessões plenárias da Conferência entrou esta na sua segunda fase.

O sr. Ministro das Colónias ocupa-se presente-

mente com cada um dos Governadores coloniais dos problemas mais importantes de cada colónia.

Os governadores devem regressar às suas respectivas colónias até ao fim do mês de Setembro próximo.

1.ª CONFERÊNCIA IMPERIAL



O Sr. Ministro das Colónias e os Governadores coloniais no encerramento da Conferência Imperial

ECONOMIA DE ANGOLA

(Conclusão da página 16)

cialidade escolham as sementes próprias para se obterem bons tipos, e ensinem os agricultores indígenas e europeus a recolher e preparar o produto em termos de se apresentar convenientemente; seguir-se-hiam medidas de protecção, já preconizadas, que permitissem a preferência do arroz de Angola na Metrópole e nas outras nossas Colónias, e eis quanto necessitava-mos para lançar definitivamente esta importante riqueza.

Isto pelo que diz respeito ao que nos calhou pôr em destaque, pois se quiséssemos continuar, nunca mais daríamos fim à série interminável de considerações acêrca da economia de Angola, que andam nos bicos da penna de toda a gente que ao assunto se dedica, ou que sente os desgraçados efeitos da falta de coordenação de esforços que era preciso realizar a bem das nossas Colónias.

Vamos pois referir-nos apenas, e por fim, à questão do café, por ser da mais flagrante oportunidade, em virtude do excesso de produção que o Brasil re-

gistou êste ano, e da conseqüente ameaça de grande baixa de preço e falta de mercados para as nossas produções.

Também êste grave mal, que tanto afectará o país, pode ser remediado, desde que a tempo sejam tomadas algumas providências, entre as quais citaremos:

Elevar o bonus pautal concedido ao café de Angola de 60 a 90 %.

Proibir a venda ao público de café com quaisquer espécies de misturas.

Auxiliar a propaganda dos cafés coloniais na Metrópole e Ilhas Adjacentes.

Tornar a valer obrigatório o consumo de cafés coloniais puros em todos os organismos dependentes do Estado, ordenando que as compras sejam feitas exclusivamente na Bolsa de Mercadorias de Lisboa.

Promover acordos comerciais para colocação do género no estrangeiro, designadamente na Espanha e África do Sul, por serem os mercados que mais fáceis se nos afiguram.

Conseguido isto grande passo teríamos dado no caminho da unidade económica, tão aconselhada e reconhecida como meio de vencermos a crise que vai por êsse mundo além e que imaginamos muito longe ainda do seu termo.



Casal de ambaquistas civilizados

A questão das oleaginosas e das matérias gordurosas

(Conclusão da página 24)

A primeira, a estabelecer uma taxa de 0. fr. 20 por quilo de copra e uma taxa de 0. fr. 35 por quilo de óleo de copra, sobre todas as importações destes produtos, com o encargo de repartir o resultado por todas as colónias interessadas.

A segunda, a estabelecer uma taxa de 0. fr. 20 por quilo de sementes de ricino e uma taxa de 0. fr. 50 por quilo de óleo de ricino, sobre todas as importações destes produtos, com o encargo de repartir igualmente o resultado por todas as colónias interessadas.

Estas propostas confundem-se em grande parte com o projecto do governo, de ordem mais geral.

Por outro lado, no Senado, M. Beaumont e uma grande parte dos seus colegas apresentaram uma proposta tendente a proteger o mercado francês das matérias gordurosas, mas é sob a forma de rateio que os autores da proposta vêem a solução do problema.

Convidam o governo a tomar as medidas necessárias e urgentes para o rateio de todas as sementes oleaginosas e de todas

as matérias gordurosas importadas, que venham fazer concorrência perigosa aos produtos da nossa cultura nacional e aos das nossas colónias. Mas a crise é hoje bastante grave para que tal medida baste.

No decorrer da sua audição à Comissão das Alfândegas da Câmara sobre as próximas conferências económicas, M. Albert Sarraut falou igualmente sobre a questão das oleaginosas.

Fêz conhecer que o governo insistia sobre o projecto por ele apresentado, e para o que fêz valer todos os argumentos junto da Comissão, frisando duma maneira muito particular a situação dolorosa e crítica da África Ocidental Francesa. Pediu uma votação o mais rápida possível para o projecto e, pela voz do seu Presidente a Comissão prometeu relató-la sem demora.

M. Le Mira foi nomeado relator.

A taxa a favor do sisal

A Comissão das Alfândegas deu a sua aprovação ao projecto de lei tendente a precisar, completando-as, as características das fibras filamentosas abrangidas pelo termo comercial de "Sisal", a fim de poder submetê-las à taxa instaurada pela lei de 31 de Março de 1931, destinada a salvaguardar certos produtos coloniais.

O relatório de M. Taudière conclue pela adopção do texto que enumera, como devendo ser submetido à taxa, para os seguintes produtos: sisal e fibras similares (phormium tenax, abaca, aloés) ixtle e fibras de côco.

Página Literária

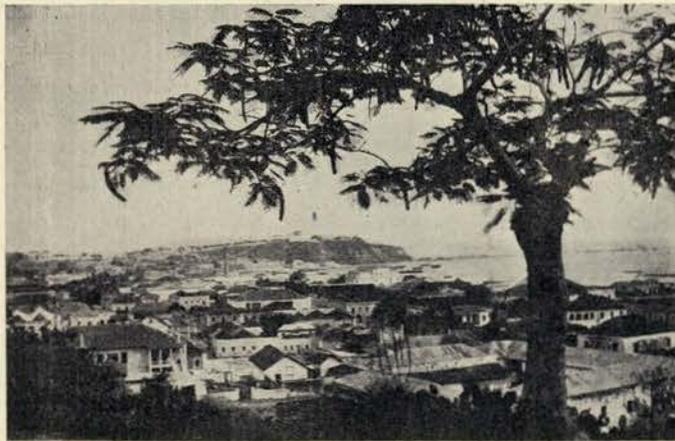
(Conclusão da página 19)

O esplendor da África reside todo na exuberância maravilhosa dos seres vivos que a povoam. Estes animais, quer seja a gazela nos seus saltos rítmicos, ou o macaco na sua agilidade destrambelhada, ou o grande paquíderme nas suas violências destruidoras, ou simplesmente as aves nas suas exhibições fantásticas de cor, são uma das mais vivas notas desse esplendor.

O nosso carro infatigável, arrastado pela longa enfiada de bois, baluçando como uma nau, é um camarote bizarro debruçado sobre um espectáculo cheio de pitoresco.

O Vasco, habituado a estas paisagens e a estas vidas, e a Estela, encerrada na sua muralha de ruínas lembranças, não se interessam nem se comovem. Mas eu, com os meus entusiasmos e a minha sensibilidade de optimista, em tudo encontro um novo pretexto de deslumbramento.

Sinto que tudo isto é bem o caminho do Vélo d'Oiro—a marcha triunfal para uma apoteose que a *Mulola do Tchimporo* nos vai desvendar!



Vista da cidade de Luanda

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês Angola e os Orçamentos

O Império encontrou finalmente a sua primeira realidade: o equilíbrio em bloco de todos os orçamentos coloniais segundo os mesmos princípios, as mesmas regras e a mesma técnica do orçamento metropolitano. É pois uma realidade a unidade financeira do Império Português—e não simplesmente, como até agora, o objectivo duma política nacional.

O acontecimento seria sempre notável em qualquer época. Pode considerar-se notabilíssimo quando a desordem financeira é corrente em todo o mundo e quando a quasi totalidade das colónias estrangeiras não conseguem administrar-se com contas arrumadas.

Portugal é hoje na totalidade de todos os territórios que o compõem um exemplo único.

Os sacrifícios e o vigoroso espírito de disciplina que esta vitória custou são um motivo de orgulho para todos os portugueses. Queremos todavia salientar, não por mera tendência sentimental para com uma colónia que especialmente nos é querida, mas pelo facto exuberante da sua acção, objectivamente encarado, o

sacrifício de Angola durante estes duros anos em que se debateu na mais dolorosa crise que a sua história conhece.

O seu triunfo de hoje, entre o triunfo de todas, atinge alturas de glória que é necessário enaltecere como uma recompensa de ordem moral e propagar como um exemplo de virtudes.

Nessa colónia que tão caluniada foi, os seus colonos que tão vilipendiados se sentiram ainda há poucos anos deram afinal a nota mais portuguesa, mais esforçada e mais difícil neste período de sacrifícios durante o qual se atingiu a primeira realidade imperial da Nação.

E ganhou estes direitos: O de esperar que se olhe por ela, carinhosamente, quando quere ir aos seus destinos e a resolver os seus problemas—o de contar com o auxílio, a protecção e a devoção duma Metrópole a quem dá, na ordem material e moral, muito mais do que aquilo que recebe.

H. G.

Notas do mês

A Alemanha e as Colónias

A propósito do memorial apresentado na Conferência de Londres pelo delegado alemão Huegenberg, acerca da reconstituição do império colonial da imperial república, como única forma de permitir à Alemanha refazer-se economicamente e pagar os seus débitos internacionais, diz o *Times*: "Esta maneira de apresentar as coisas é, pelo menos, cómica, quando se pensa que as antigas colónias alemãs, antes da guerra, tinham com a mãe-pátria um comércio de importação e exportação que não chegava a representar meio por cento da balança comercial da Alemanha e que apenas davam emprêgo a 23.000 alemães. É de disso que os alemães dizem agora ter necessidade para se reconstituírem economicamente e fazerem face aos seus compromissos internacionais! De resto são eles hoje menos numerosos na Tanganika do que eram antes da guerra? É sofre, por acaso a Alemanha qualquer prejuízo com o regime de mandatos que é um regime de porta aberta para todos os países? Não é aceitável a questão de restituir as colónias à Alemanha. Pode é certo, reclamar um mandato mas deve fazê-lo, conforme as boas regras, à Sociedade das Nações. Bastou tornar públicas as sugestões do sr. Huegenberg para que a atmosfera da Conferência de Londres se purificasse. A Conferência tem assuntos mais sérios a considerar do que tais extravagâncias".

Mas perguntamos nós: Se pode a Alemanha reclamar um mandato, embora segundo as boas regras, isto é, ao conspícuo areópago de Genebra, sobre que colónia ou colónias exercera ela

o seu mandato? Sobre uma das suas colónias? Não acreditamos que os actuais mandatários estejam pelos ajustes. Sobre quaisquer outras? Com que fundamento, com que razão?

E aqui temos mais uma extravagância em que o *Times* não se fixou.

Ainda as Feiras de Amostras Coloniais

O *Diário do Governo* publicou a seguinte portaria do sr. Ministro das Colónias:

«Reconhecendo-se que o excelente êxito que obtiveram as Feiras de Amostras Coloniais, que tanto contribuíram para mais uma vez se patentear a situação que, de direito, cabe a Portugal Colonial, no concêrto das Nações, facto que se deve agora atribuir, principalmente, ao grande zelo, dedicação e competência com que se houveram no cumprimento das suas funções o respectivo director e seus colaboradores: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, que seja dado público testemunho de louvor, bem merecido, ao director das Feiras de Amostras Coloniais, Henrique Carlos Mata Galvão, por ter revelado, no desempenho desse difícil cargo, o melhor critério, inteligência e dedicação pelo bom nome da Nação, devendo êsse louvor ser extensivo aos seus prestantes colaboradores, funcionários da Agência Geral das Colónias, chefe de divisão João Mimoso Moreira e oficial Amândio António da Silva, tesoureiro da Direcção das Feiras de Amostras, Alberto Possolo de Sousa e Fernando de Moraes Sarmiento Guimarães, pelo interesse manifestado no serviço público, não se poupando a sacrifícios e trabalhos, cabendo ainda colocar numa situação de relêvo a acção que no mesmo certame teve o médico veterinário, director dos serviços pecuários da colónia de Angola, Artur Elviro de Moura Coutinho de Almeida de Eça».

Prémios aos exportadores de algodão

MUÇAMBIQUE

Despachos publicados no "Diário do Governo," :

"Em cumprimento do disposto no § 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 21.226, de 22 de Abril de 1932, publicam-se os seguintes despachos ministeriais autorizando o pagamento de prémios a exportadores de algodão produzido na colónia de Moçambique:

Despachos de 6 de Junho de 1933:

Príncipe Louis de Bourbon-Parme, agricultor no distrito de Moçambique—prémio de 39.355\$21, sendo 23.484.17 em moeda da colónia e 5.871\$04 em escudos metropolitanos.

Colton Plantations, Limited, agricultores na circunscrição de Maputo—prémio de 87.390\$57, sendo 69.912\$07 em moeda da colónia e 17.478\$11 em escudos metropolitanos.

Lopes & Irmãos, Limitada, agricultores no distrito de Quelimane—prémio de 77.451\$33, sendo 61.961\$07 em moeda da colónia e 15.490\$26 em escudos metropolitanos.

Despachos de 8 de Junho de 1933:

Manuel Joaquim Ferreira, comerciante e industrial em Lourenço Marques—prémio de 94.179\$60, sendo 75.343\$68 em moeda da colónia e 18.735\$92 em escudos metropolitanos.

Colton Plantations, Limited, agricultores da circunscrição de Maputo—prémio de 28.622\$54, sendo 22.890\$04 em moeda da colónia e 5.724\$50 em escudos metropolitanos.

Despacho de 9 de Junho de 1933:

Premier Cotton Estates of South Africa, Limited, agricultores da circunscrição de Sabié—prémio de 399.901\$69, sendo 317.921\$36 em moeda da colónia e 79.980\$38 em escudos metropolitanos.

Despacho de 10 de Julho de 1933:

Príncipe Louis de Bourbon Parme, agricultor no distrito de Moçambique—prémio de 32.819\$12, sendo 26.255\$30 em moeda da colónia e 6.563\$82 em escudos metropolitanos.

Despachos de 13 de Junho de 1933:

Manuel Joaquim Ferreira, comerciante e industrial em Lourenço Marques—prémio de 18.733\$50, sendo 14.986\$80 em moeda da colónia e 3.746\$70 em escudos metropolitanos.

Lopes & Irmãos, Limitada, agricultores do distrito de Quelimane—prémio de 60.077\$24, sendo 48.061\$80 em moeda da colónia e 12.015\$44 em escudos metropolitanos.

ANGOLA

O "Diário do Governo," publicou o seguinte despacho, pela Repartição de Estudos Económicos do Ministério das Colónias:

"Em cumprimento do disposto no § 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 21.222, de 22 de Abril de 1932, publicam-se os seguintes despachos ministeriais autorizando o pagamento de prémios a exportadores de algodão produzido na colónia de Angola:

Despacho de 6 de Junho de 1933:

Pereira Santos & C.ª, Limitada, comerciantes em Luanda—prémio de 23.925\$39, em moeda da colónia.

Despacho de 8 de Junho de 1933:

Venâncio Guimarães & C.ª, agricultores e comerciantes no Lubango—prémio de 14.744\$65, em moeda da colónia.

Despachos de 9 de Junho de 1933:

União Industrial, Limitada, exportadora de algodão na colónia de Angola—prémio de 28.708\$03, em moeda da colónia.

União Industrial, Limitada, da colónia de Angola—prémio de 6.021\$41, em moeda da colónia.

Despachos de 10 de Junho de 1933:

Sociedade Algodoeira do Egito, Limitada, com propriedades na região do Egito, colónia de Angola—prémio de 4.160\$85, sendo 3.328\$68 em moeda da colónia e 832\$17 em escudos metropolitanos.

Venâncio Guimarães & C.ª, comerciantes e agricultores no Lubango—prémio de 10.007\$88, em moeda da colónia.

Diversas

Cabo Verde

Foi transferida para data não fixada a assinatura do contrato para o fornecimento do material rádio-telegráfico destinado aos postos rádio-telegráficos de Cabo Verde.

Consta que vai ser criada na cidade da Praia ou em S. Vicente de Cabo Verde, uma escola de Aviação e que também ali se vai estabelecer um correio regular aéreo entre as ilhas da-quele arquipélago.

PORTUGAL COLONIAL

Em Cabo Verde foram pelo governador criados dois organismos, um intitulado "A Previdente de Cabo Verde," e o segundo "O Migalheiro," podendo todos os sócios da "Previdente," deixar por sua morte 15 contos à família.

Acêrca dos estudos mandados fazer à doença do cafezeiro em Cabo Verde, informam-nos que se chegou à conclusão de que é possível o combate eficaz a essa doença, sendo indispensável adubar convenientemente os terrenos da cultura. Pode também aumentar-se a produção do café cuidando do melhoramento do terreno e verificando-se previamente se os terrenos destinados a essa cultura possuem as substâncias apropriadas.

Guiné

O encarregado do governo da Guiné seguiu ontem para Bissau em visita oficial.

O governo da Guiné comunicou que ia enviar 250 contos para pagamento dos encargos da colónia na metrópole.

O sr. Ministro das Colónias aprovou a proposta do sr. Governador da Guiné, relativa à reorganização da marinha privativa da colónia, que trás para o tesouro público uma economia de 204 contos anuais.

Acêrca da reorganização dos serviços da marinha privativa da Guiné, de que demos notícia, o chefe desses serviços será um 1.º tenente, que será também o capitão do porto de Bissau, um sargento encarregado da escrituração, e mais um amanuense de 1.ª classe.

A capitania de Bissau fica com o mesmo pessoal.

Para os vapores, gasolinhas e outras embarcações, haverá três mestres, seis patrões, três maquinistas e três motoristas, seis fogueiros e seis chegadores e 43 remadores.

Em Bolama fica um delegado marítimo, que poderá ser desempenhado pelo Chefe da Repartição aduaneira.

Foi extinto o lugar de adjunto de piloto. O actual cabo de pilotos passa a comandar o rebocador.

A corporação de pilotos será composta de 1 piloto mór, cinco pilotos e um praticante.

Foram também, por proposta do Governador, reorganizados os serviços dos observatórios da Guiné, passando a haver um observador e um observador auxiliar para o de Bolama e mais oito observadores que serão funcionários dos quadros da colónia que acumulam com esse serviço.

Angola

Foi mandado ouvir o Governador geral de Angola acêrca da da pretensão de vários funcionários que haviam sido exonerados dos seus lugares e que pedem para ser readmitidos nos respectivos lugares.

O governo de Angola, pediu autorização para publicar o diploma relativo à indústria da moagem naquela colónia.

Vai ser publicado um novo regulamento acêrca da exportação do milho em Angola.

Segundo telegrama recebido de Angola, já foi lançado o último pilar das obras do porto do Lobito, que representa a última parte dos trabalhos, faltando ainda as obras de acabamento que deverão estar concluídas dentro de um ano o mais tardar.

Segundo uma nota oficiosa publicada pela direcção dos serviços administrativos desta colónia, o número de estrangeiros residentes em Angola é, presentemente, de 1.383.

Pelo encarregado do Governo geral foi mandado abrir um crédito de 22.000 angolares para ocorrer às despesas a fazer com a representação da colónia na Exposição Industrial Portuguesa em 1933.

O sr. Ministro das Colónias tenciona num diploma que está estudando, esclarecer a situação presente do Fundo Cambial de Angola e de separar as transferências correntes fazendo regressar, tanto quanto possível, o regime cambial à pureza dos princípios em que inicialmente tinha sido concebida pelo decreto n.º 19.773.

Pelos concessionários das obras do porto do Lobito foi apresentada ao Governo uma proposta, acompanhada do respectivo projecto, para a conclusão da ponte-cais iniciada no porto de Luanda, no tempo do Alto Comissário sr. Vicente Ferreira. Os empreiteiros estabelecem um período de dois anos para a execução dos trabalhos.

Assumiu as funções de encarregado do governo do distrito da Lunda o coronel médico sr. Monte e Freitas, em substituição do sr. Artur Ernesto Castro Soromenho, que vem em gozo de licença à Metrópole, e permaneceu em Angola, exercendo cargos administrativos, durante 33 anos consecutivos.

Vai ser construída no Lobito uma Igreja católica.

• Foi autorizada a exportação do milho em Angola, em sacos com o peso máximo de noventa quilos.

• A Associação dos Agricultores de Angola, pediram, em telegrama, que seja mantido o decreto n.º 21.926, que trata do algodão, em vista das sementeiras e transacções da actual colheita terem sido feitas ao abrigo do referido decreto.

• A Associação do Planalto de Benguela, em virtude da baixa do milho, telegrafou ao governo central, pedindo o valioso auxílio do governo da metrópole para que tenha em atenção a má situação dos agricultores que, com a terrível praga dos gafanhotos, que assolou as suas terras e lhes devastou quasi por completo as suas searas, especialmente as do trigo, foram muito prejudicados.

• O governo de Angola vai enviar no primeiro paquete ao sr. Ministro das Colónias o projecto da ponte do cais de Luanda, elaborado pelos respectivos engenheiros.

• Segundo notícias de Angola, tem aumentado muito a produção do milho no Planalto do Amboim, pois em 1931 exportou 980 toneladas, em 1932 2.600 e este ano deve exportar 6.000 toneladas.

Foi proibida a saída de milho daquela colónia que esteja húmido, bolorento, ardidado, com gorgulho ou avariado.

• Foi aprovada a verba necessária para a reparação das estradas em Angola.

• Foram extintos os depósitos de víveres nos distritos de Huíla e Mossamedes, bem como a secção de camionagem do de Huíla.

• As receitas do Caminho de Ferro de Benguela no primeiro trimestre do corrente ano foram de 4.631.415,95 angolares, menos 3.685.179,55 do que no ano passado em igual período.

O movimento de passageiros nas três classes foi de 39.995, também menos que no 1.º trimestre de 1932, que acusou um total de 49.908.

O aumento, em relação ao mesmo período do ano passado, só se manifesta no transporte de mercadorias em pequena velocidade que foi de 48.510 toneladas contra 39.857. Mas o transporte de gado, diminuiu.

As mercadorias em grande velocidade, embora também com comparação decrescente, atingiram o transporte de 130 toneladas de bagagens e 421 toneladas de mercadorias.

Moçambique

A Associação Comercial dos Lojistas de Lourenço Marques representou ao Governo, solicitando os seus bons officios no sentido de ser reduzida a taxa de desconto que o Banco Ultramarino ali continua cobrando; e chamou a atenção do Governo para uma anomalia causada pelo Conselho de Câmbios da colónia, no que diz respeito à mecânica de aquisição de cambiais.

• O município de Lourenço Marques abriu concurso para levantamento da planta da cidade, por meio de fotografia aérea.

• Nos territórios da Companhia de Moçambique, foi determinado que os depósitos a fazer pelos emigrantes terão de ser em ouro ou equivalente. Esses depósitos poderão ser entregues aos emigrantes portugueses depois de decorridos doze meses após a sua entrada nos referidos territórios, e aos emigrantes estrangeiros depois de dois anos, mediante prova em como têm uma situação de carácter permanente que dê garantias à sua manutenção nos territórios.

• O governo de Moçambique comunicou ter assinado uma portaria em que é fixada em meio por cento a taxa de todas as transferências.

• Segundo comunicação vinda de Moçambique, foi inaugurada a exploração do troço em Mutivase, quilómetro 213 a Namvua, quilómetro 250, do caminho de ferro de Moçambique, prosseguindo a sua construção além deste quilómetro.

• A Companhia de Moçambique proibiu a exportação de milho dos seus territórios sem licença, a fim de garantir o milho necessário para o consumo local em consequência de ter sido muito escassa naqueles territórios a produção desse cereal.

• Vai ser montada uma nova fábrica de cerveja em Moçambique.

• A Câmara Municipal de Lourenço Marques, pediu autorização para contraír um empréstimo na Caixa Geral de Depósitos ou na Caixa Económica Postal, destinado à construção de um novo bairro operário, tendo já elaborado os projectos das casas económicas para dois inquilinos, a fim de proceder à demolição do actual bairro operário.

• Vai ser extinto o curso elementar de Comércio e criada em sua substituição uma escola técnica de grau médio de comércio, em Lourenço Marques.

• Foi proibido aos despachantes privativos das casas comerciais, agências de navegação ou quaisquer outras empresas, habilitar ou manter ajudantes ao seu serviço para desembaraços

aduaneiros nas alfândegas de Moçambique e fixado que os despachantes officiais não podem ter mais de um ajudante ao seu serviço, sendo obrigatória a sua permanência na respectiva casa fiscal onde prestem serviço.

Índia

Vai ser prorrogado, até 10 de Maio de 1934, o prazo para a posse definitiva dos terrenos concedidos por aforamento, pelas Comunidades da Índia, e que não tenham sido feitos no prazo legal, ficando os concessionários ou os seus herdeiros, isentos das penas de multa e reversão dos terrenos às referidas Comunidades.

• Vão ser criados mais cinco lugares de professores primários na Índia.

• Sobre os orçamentos coloniais, informam-nos que o orçamento do Estado da Índia fechou com um saldo positivo de mais de 30.000 rupias.

• Foi aprovada a proposta do Governo da Índia que trata de impulsar a orizicultura local, fomentando a cultura do arroz em terrenos inculcos do Estado nos concelhos de Perném, Sanquelim, Satari, Pondá, Quepém, Sanguem e Canácona.

• A Câmara Municipal de Bardez telegrafou pedindo a suspensão do novo Código das Comunidades, e que o mesmo seja revisto e nele introduzidas as modificações que se julga de justiça.

• Vai ser regulado na Índia o estabelecimento de Sociedades de Seguros, determinando-se que nenhum agente das sociedades estrangeiras ou nacionais de seguros possa estabelecer ou negociar naquele Estado, com o fim de explorar as mesmas sociedades, sem prévia determinação do Governo Geral.

• Está interessando bastante os produtores, no território português, a exportação regular de mangas que, de Bombaim, com regularidade se vem efectuando para a Inglaterra.

Nos últimos meses os carregamentos são superiores a 200 toneladas. Estão sendo empregados esforços para que a colocação das mangas da Índia se generalize nos países europeus.

Timor

O governo de Timor, pediu para seguirem com urgência para aquela colónia doze sargentos a fim de guarnecerem os respectivos postos.

• A direcção dos Correios de Timor propôs a admissão de seis ajudantes dos correios, lugares há muito vagos e que estão fazendo falta ao serviço.

Macau

Foi autorizada a permuta dos serviços telegráficos e rádio-telegráficos officiais entre a colónia de Macau e Moçambique, o que vai ser comunicado a esta última colónia, visto a primeira já ter conhecimento dessa resolução.

• Foi aumentado o imposto de consumo da gasolina, de \$0,0125 por litro para \$0,025; e criada uma taxa de consumo sobre os pneumáticos e câmaras de ar dos auto-omnibus, camiões, automóveis, motocicletas e bicicletas.

CASA

ANIBAL TAVARES

JOIAS - PRATAS - OURO - FILIGRANAS

INDÚSTRIA NACIONAL

Comprar jóias na Casa ANIBAL TAVARES

é garantir o futuro

Comprem directamente, evitem o intermediário

95, RUA DA PRATA, 97

LISBOA - PORTUGAL

Todas as encomendas são rapidamente enviadas à cobrança

Informação Económica

As cotações médias referentes ao mês de Maio, segundo informações do Banco Nacional Ultramarino, do seu correspondente em Londres, foram as seguintes:

Amendoim: África Oriental—Fizeram-se algumas transacções nos últimos dias a £ 11.12.6. e actualmente há mais vendedores a 11.15.-. £ para partidas com embarque durante Junho-Julho cif portos opcionais.

Gergelim: África Oriental—Não há ofertas de espécie alguma e a procura também é fraca. Só temos conhecimento de haver alguns compradores para partidas de branco e/ou amarelo com embarque durante Julho-Agosto para Copenhaga a £ 14.5.-. cif. O mixto não interessa os compradores actualmente e o seu valor nominal, na falta de transacções, orça por £ 13 cif portos opcionais.

Semente de algodão: Este mercado continua muitíssimo fraco para as variedades do Oriental Africano, continuando o seu valor por tonelada entregue fora do navio em Liverpool a cerca de £ 5 1/4.

Linhaça: África Oriental—O mercado está um tanto enfraquecido cotando-se a tonelada, cif Londres ou Hull, a £ 10.10.0.

Ricino: África Oriental—Mercado bastante quieto, cotando-se a tonelada cif Antuérpia a cerca de £ 10.10.-.

Mafurra: África Oriental—Nada há de interessante a reportar sobre este mercado. Os compradores mostram fraca actividade e o valor do produto, cif Marselha, orça por £ 4.10.0 por tonelada cif.

Coconote: Este mercado está mais activo e com melhor tendência, cotando-se a tonelada do embarque durante Junho-Julho, para Hamburgo ou Liverpool, a £ 9.12.6. cif (vendedores).

Óleo de palma: Mais fraco, cotando-se Lagos, disponível, 16.10.0. £ (vendedores); para embarque £ 16.7.6.; Brandos, Junho-Julho a Agosto-Setembro, £ 16; Setembro-Outubro, £ 16.2.6.; Médios em viagem, £ 17.5.-.; para embarque a prazo £ 17 e Sherbro Vermelho, disponível, £ 16.10.0.

Sisal: África Oriental—Durante a semana este mercado não mostrou actividade de maior, mantendo no entanto os preços anteriores. Actualmente há vendedores de N.º 1 f. a. q. (qualidade média regular) nas seguintes condições: Junho-Agosto £ 17.10.0.; Julho-Setembro £ 17.12.6.-. Agosto-Outubro £ 17.5.-., Setembro-Novembro, £ 18., Outubro-Dezembro, £ 18.2.6. e Janeiro-Março, £ 18.7.6.-. O N.º 2, também f. a. q., vale cerca de 10/- menos e o N.º 3 cerca de 30/-.

Estopa: África Oriental—Mercado quieto mas sem alteração, cotando-se o N.º 1 f. a. q., independentemente de posição, a £ 15.- por tonelada cif.

Algodão: África Oriental—Este mercado continua mais ou menos activo, notando-se uma boa procura para as variedades desta origem. Os valores todavia não mostram grande apreciação em relação à procura, em consequência do grande número de ofertas de algodão do Alto Egipto. Fecho do mercado de Liverpool, em 28-6-33; Médio Americano (Padrão), disponível 6.53; Junho 6.23; Julho-Outubro 6.21; Novembro 6.22; Dezembro 6.23; Janeiro 6.25; Fevereiro 6.27; Março 6.29; Abril 6.30; Maio 6.32 e Junho 6.35 por lb.

Copra: Mais ou menos fraco, cotando-se a FMS de Moçambique, disponível, £ 10.15.-.; Straits FMS Julho para Rotterdam, £ 11.16.3.; Agosto £ 12.; Ceilão FMS, para 5 portos e com embarque durante Julho, £ 13. (Vendedores), Agosto £ 13.2.6. cif FMS Straits, Junho-Julho, £ 10.17.6., vendedores. Manila FM £ 10.12.6. por tonelada cif.

Borracha: Durante a semana o mercado manteve uma tendência irregular em virtude dos boatos constantes acerca da probabilidade de um plano de restrição de produção, mas por hora nada há de carácter oficial que os confirme ou mesmo justifique. Fecho do mercado em 28-6-33; Fôlha de borracha de plantação (Padrão): disponível 3 13/32; Agosto 3 1/16; Outubro-Dezembro 3 17/32 e Janeiro-Março 3 3/8 por lb. Movimento dos portos na semana finda em 24-6-33: Londres—importação, 1.401; entregas, 719; existência, 44.043. Liverpool—importação, 342; entregas, 396; existência, 59.272 toneladas, contra 43.361 e 59.326 na semana anterior.

Cacau: O mercado do disponível está mais ou menos quieto mas no entanto os valores mantem-se, cotando-se para embarque: S. Tomé, 30/- cif; Superior da Baía, 28/- cif; Trindade, 28/- a 31/-; Summer Arriba, 59/- e Costa Rica, 31/- cif.

Café: Mercado mais ou menos quieto com valores um pouco mais baixos, cotando-se o N.º 7 do Rio e Superior de Santos a 42/- e 48/- o cwt e & f.—embarque imediato do Brasil para porto europeu.

Milho: África Oriental—Mercado absolutamente parado não nos constando haver ofertas de espécie alguma quer aqui quer na origem.

Livros e Publicações

Informação Económica sobre Angola organizada por Henrique Galvão, director das Feiras de Amostras Coloniais. Edição da Direcção das Feiras de Amostras Coloniais. Trata-se duma compilação de elementos estatísticos de Angola num volume de 700 páginas, compreendendo os seguintes capítulos: I—Território e clima; II—Demografia; III—Produção, consumo e custo da vida; IV—Transportes e comunicações; V—Comércio e navegação; VI—Estatística comercial; VII—Organismos bancários.

Da vida e da morte dos bichos por Teodósio Cabral, Abel Pratas e Henrique Galvão. Apresentam os autores este volume como subsídios para o estudo da fauna de Angola e notas de caça. É o primeiro volume duma série que os autores prometem e que agora se refere à vida, costumes e técnica de caça dos elefantes e rinocerontes. O assunto está dividido pelos seguintes capítulos: 1.ª Parte—"Como vivem os elefantes": a) Considerações gerais; b) Habitat; c) As 24 horas dum elefante; d) O elefante em sociedade de elefantes; e) A vida amorosa dos elefantes; f) O elefante e o homem. 2.ª Parte—"Como vivem os rinocerontes": a) Considerações gerais; b) O grande neurasténico; c) A vida triste dos rinocerontes. 3.ª Parte—"A caça": a) O caçador; b) A caça; c) Narrativas; d) Guia do caçador.

Colónia de Angola—Repartição dos Serviços de Indústria e Minas—Indústria. (Monografia)—Editada pela Repartição dos Serviços de Indústria e Minas recebemos uma monografia das indústrias de Angola. Embora resumida e de escasso desenvolvimento contém o essencial como informação sobre as principais indústrias de Angola.

Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro—Esta benemérita Sociedade continua a publicar regularmente um magnífico boletim ao qual a propaganda colonial no Brasil deve já inestimáveis serviços. O facto dominante e exuberante desta publicação é o profundo sentimento português que a anima e que para honra nossa devia ser conhecido de todos os portugueses em geral e dos colonialistas em especial.

Revista Diogo Cão—No seu retiro de Muxima o erudito P.º Ruela continua a desentulhar da História de Angola as suas melhores preciosidades. Para quantos conhecem o seu isolamento e a persistência com que trabalha é inútil qualquer louvor; para os mais que se interessam pelas coisas da História de Angola está o P.º Ruela Pombo a fazer um trabalho notável.

Monografia do distrito de Lourenço Marques—Em edições Caminhos de Ferro de Lourenço Marques recebemos uma magnífica monografia de propaganda do distrito e da cidade, cuja organização é modelar e que recomendamos a quantos se queiram documentar sobre a região a que diz respeito.

Carta aberta aos delegados da Conferência Económica Mundial pelo Comandante José Cardoso. Em separata do "Lourenço Marques Guardian" e editada em português e inglês acaba o Presidente da Associação do Fomento Agrícola de Moçambique de publicar, com o título acima, um artigo notável. Quando lêmos a sua carta aberta agonizava a Conferência de Londres em busca duma atitude airosa que conseguisse disfarçar o monumental fracasso para que caminha. Por esse motivo melhor apreciamos as paavras cheias de bom senso do sr. Comandante José Cardoso—esse bom senso que teria salvo a Conferência se ela o tivesse querido adoptar.

Recebemos ainda:
O Brado Africano.
Azione Coloniale.
African World.
Gazeta dos Caminhos de Ferro.
Annales de l'Institut Coloniale.
Ciência e Indústria.
Revista Portuguesa de Comunicações.
Império Português.
Paris-Midi.
Lu.
Essôr Coloniale et Maritime.
Quinzaine Coloniale.

Entrou no seu quinto ano de publicação a *Revista Portuguesa de Comunicações*, pelo que lhe apresentamos os nossos cumprimentos. É entre nós um exemplo notável de longevidade.

Companhia de Diamantes de Angola

A Companhia de Diamantes de Angola, pelo capital de que dispõe, Esc. 220.000.000\$00, e pela importância das suas instalações em África, é, sem confronto, a empresa industrial que mais avultadamente contribue, de uma maneira contínua, para a riqueza e desenvolvimento económico da Província.

Além da sua sede social na rua dos Fanqueiros, 12, 2.º, em Lisboa, tem a Companhia escritórios em Bruxelas, Londres e Nova York, como fulcros da sua expansão comercial.

Concessionária do Estado, dispondo de uma modelar organização industrial, exerce a sua actividade no distrito da Lunda, onde mantém dezoito minas em exploração, tendo montadas, para tratamento do cascalho diamantífero, 25 instalações mecânicas, 18 a vapor e 7 eléctricas, sendo a energia, para luz e força motriz, fornecida por duas centrais hidro-eléctricas, com a potência total de 335 HP.

Desde o início da exploração até ao fim de Maio de 1933, a produção total foi de 2.816.575 quilates de diamantes, apresentando-se a produção anual progressivamente crescente, em especial a partir de 1924. A cubagem de cascalho tratada tem vindo, também, aumentando sucessivamente, tendo sido obtido para índice do volume de cascalho tratado, mensalmente, por cada indígena ao serviço nas explorações, nos anos de 1928, 1930 e 1932, respectivamente, 7,58; 9,73 e 10,35 metros cúbicos.

A contribuição da Companhia para o desenvolvimento económico da Província está bem patente nos 700 quilómetros de estradas por ela construídos e mantidos em todo o distrito; na elevada percentagem da carga que faz transportar pelas vias férreas da Colónia; e no montante de 1.404.826 libras já entregues ao Governo da Província, a título de participação nos lucros, dividendos e empréstimos contractuais. As compras efectuadas na Metrópole e na Província, atingiram em 1930 e 1931, respectivamente, 64% e 71% da totalidade, e importaram em 4.946 e 5.084 contos, cifras igualmente dignas de registo.

Para alimentação do pessoal indígena são usados, exclusivamente, géneros produzidos na Província, tendo, para esse efeito, sido adquiridos, entre 1926 e 1932, além de 18.715 cabeças de gado e 46 toneladas de peixe seco, nada menos que 8.253 toneladas de mandioca, feijão, óleo de palma e outros víveres indígenas.

Em 31 de Dezembro de 1932, o pessoal branco ao serviço da Companhia era constituído por 120 agentes, dos quais 79, ou seja 65,8%, de nacionalidade portuguesa. A totalidade dos vencimentos pagos a este pessoal, em 1932, foi de 47.000 libras, aproximadamente, além de alimentação, casa e assistência médica.

A mão de obra indígena, no mesmo ano, compunha-se de 3.912 voluntários e 1.374 contratados, num total de 5.286 indígenas, cujos salários, além da alimentação, se elevaram a 2.395.000 angolares.

Para se avaliar do cuidado que à Companhia merece a saúde do pessoal ao seu serviço, basta observar o desenvolvimento dado à assistência médica. Com efeito, distribuídos por toda a zona das explorações, existem 1 hospital para brancos, 6 hospitais para indígenas, 6 dispensários e 25 postos de socorro. Esta assistência estende-se também, por forma notável, à população da região, pois que tendo sido, em 1932, de 246.295 o número total de tratamentos efectuados, mais de 25.500 foram feitos a indígenas estranhos.

Organizou, igualmente, a Companhia uma missão de profilaxia contra a doença do sono, a qual, em sucessivas campanhas, percorreu já cerca de 3.000 quilómetros, tendo inspecionado 50.579 indígenas e feito 1.132 tratamentos preventivos.

Desde 1 de Janeiro de 1931 até hoje, pela entrega da participação nos lucros, dividendos e empréstimos ao Governo da Colónia; entrega de escudos ao Banco de Angola, em Lisboa; e venda de cheques sobre Londres ao Fundo Cambial, em Luanda, a Companhia concorreu para a solução do problema das transferências com coberturas no valor de £ 384.400, a que corresponde uma média mensal de £ 12.813.

Os impostos pagos na Metrópole, desde 1 Janeiro de 1925 a 31 de Dezembro de 1932, elevam-se a 13.750 contos.

Por tudo que fica exposto, constata-se, claramente, o papel preponderante desempenhado pela Companhia de Diamantes de Angola, não só na valorização do distrito da Lunda, mas até, no desenvolvimento da riqueza e economia geral da Província e do próprio País.

Lisboa, 11 de Julho de 1933.

PORTUGAL COLONIAL

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

| DESIGNAÇÃO | 1914 | 1929 | 1930 | 1931 | 1932 | | 1933 |
|-----------------|-------|--------------|--------------|-------|--------------|-------|-------|
| | Julho | Índice-médio | Índice-médio | | Índice-médio | Abril | Abril |
| LISBOA (cidade) | 100 | 2.630 | 1.726 | 1.302 | 1.636 | 1.456 | 1.320 |

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em Maio de 1933 (Valores em escudos)

| BANCOS | ACTIVO | | | | PASSIVO | |
|--------------------------------|----------------------|-----------------------------|--|---------------------|----------------------|----------------------|
| | CAIXA | | Letras descontadas sobre o País e transferências | Letras a receber | Depósitos à ordem | Depósitos a prazo |
| | Dinheiro em cofre | Depósitos noutros bancos | | | | |
| Banco de Angola (Sede)..... | 550.378 | 608.496 | — | — | 6.540.029 | 1.624.752 |
| Banco do Comércio e Ultramar.. | 18.744 | 255.000 | 1.161.012 | 1.172.285 | 360.187 | 1.253.230 |
| Banco N. Ultramarino (Sede)... | 3.404.834 | 4.170.059 | 72.281.390 | 60.003.983 | 39.824.826 | 64.576.127 |

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

| Géneros | Unidade | Cotações em (a) | |
|----------------------------|-------------|-----------------------|--------------------|
| | | 1929 15 de Janeiro | 1933 15 de Maio |
| Cacau fino..... | 15 quilogr. | 77\$00 | 40\$00 |
| Cacau paiol..... | » | 62\$00 | 30\$00 |
| Cacau escolha..... | » | 36\$00 | 20\$00 |
| Café de S. Tomé, fino..... | » | (b) 210\$00 | — |
| Café de Novo Redondo..... | » | 124\$00 | (e) 68\$00 |
| Café de Ambriz..... | » | 123\$00 | 70\$00 |
| Café de Encoje..... | » | 116\$00 | (d) — |
| Café do Cazengo..... | » | 120\$00 | 61\$00 |
| Coconote..... | » | 33\$00 | 15\$00 |
| Copra..... | » | 42\$00 | 19\$00 |
| Óleo de palma, mole..... | » | 45\$00 | (f) 22\$00 |
| Rícino..... | » | 27\$00 | — |
| Gergelim..... | » | 34\$00 | — |
| Algodão..... | Quilog. | 10\$00 | 5\$95 |
| Cera..... | » | 16\$00 | 7\$90 |
| Cola..... | » | 6\$00 | 1\$10 |
| Açúcar, rama..... | » | (c) 1\$70 | (d) — |
| Milho..... | » | \$94 | \$61 |
| Coiros..... | » | 15\$00 | 5\$00 |

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1923 — (d) Não foi negociado — (e) 2.ª qualidade — (f) Em tambores.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Maio de 1933

| MERCADORIAS | QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS | | VALOR EM ESCUDOS | |
|---------------------------------|----------------------------|------------------------|----------------------|------------------------|
| | 1933 Maio | 1933 Janeiro a Maio | 1933 Maio | 1933 Janeiro a Maio |
| | Reexportação : | | | |
| Cacau | 554.917 | 3.622.942 | 1485.686\$00 | 9.628.100\$00 |
| Café | 161.982 | 1.323.307 | 689.575\$00 | 5.814.343\$00 |
| Cera | 156.189 | 421.743 | 1.122.208\$00 | 3.144.436\$00 |
| Outras mercadorias | 34.634 | 547.603 | 48.482\$00 | 932.584\$00 |
| Total | 907.722 | 5.915.595 | 3.345.951\$00 | 19.519.463\$00 |
| Trânsito internacional : | | | | |
| Cacau | — | 70.272 | — | 190.200\$00 |
| Café | 7.625 | 923.660 | 33.220\$00 | 4.378.916\$00 |
| Cera | 56.213 | 179.153 | 98.400\$00 | 1.060.890\$00 |
| Óleos de palma e côco | — | 242.544 | — | 315.080\$00 |
| Outras mercadorias | 65.075 | 1.247.825 | 133.300\$00 | 1.980.012\$00 |
| Total | 128.913 | 2.663.456 | 264.920\$00 | 7.925.098\$00 |

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Maio de 1933

| MERCADORIAS | Angola | Cabo Verde | Guiné | Moçambique | S. Tomé e Príncipe | India, Macau e Timor |
|--|-----------|------------|-----------|------------|--------------------|----------------------|
| Importadas das Colónias : | | | | | | |
| Arroz | 9.899 | 118.898 | 733.368 | — | — | — |
| Açúcar | 6.712.262 | — | — | 17.089.317 | — | — |
| Café | 1.381.665 | 3.130 | — | 209 | 96.125 | 325 |
| Trigo em grão | 6.912.756 | — | — | — | — | — |
| Peles em bruto | 348.398 | 8.275 | 73.899 | 37.147 | — | — |
| Algodão em caroço, rama ou cardado | 186.030 | — | — | 646.568 | — | 5.070 |
| Sementes oleaginosas | 1.846.141 | 1.236.812 | 6.239.667 | 115.118 | 1.768.577 | — |
| Milho | — | — | — | — | — | — |
| Exportadas para as Colónias : | | | | | | |
| Vinhos do Pôrto (decalitros) | 3.837 | 212 | 235 | 4.266 | 202 | 1.131 |
| » da Madeira | 549 | — | — | 23 | — | — |
| » comuns tintos (decalitros) | 264.057 | 8.718 | 27.456 | 117.194 | 21.347 | 8.531 |
| » » brancos (decalitros) | 58.308 | 2.180 | 6.133 | 156.005 | 2.652 | 729 |
| » licorosos (decalitros) | 2.904 | 775 | 173 | 4.449 | 69 | 4.631 |
| Conservas de vegetais | 68.086 | 1.655 | 5.781 | 102.064 | 4.422 | 7.179 |
| Sardinhas em salmoura | 916 | 35 | — | 870 | — | 404 |
| Conservas de sardinha | 17.602 | 1.304 | 4.419 | 72.206 | 2.662 | 1.874 |
| Conservas de peixe | 1.502 | — | 332 | 3.438 | 264 | — |
| Cortiça em rolas | 267 | 19 | 49 | 373 | 47 | — |

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

| 1933 | | Vencimento de juros ou dividendo | Último juro ou dividendo pago | | VALORES | OFERTAS | | | | |
|---------|---------|----------------------------------|-------------------------------|---------|-----------|--|---------|-------------|---------|--|
| Máximo | Mínimo | | Data | Quantia | | 15 de Julho | | 15 de Junho | | |
| | | | | | | C. | V. | C. | V. | |
| — | 30\$00 | 17-10-1927 | 1926 | L. | 14\$67 | — | — | 20\$00 | 40\$00 | |
| 115\$00 | 100\$00 | 25-6-1928 | 1929 | L. | 20\$00 | — | 115\$00 | — | 118\$00 | |
| 105\$00 | 100\$00 | 11-3-1930 | 1929 | L. | 20\$00 | — | 92\$00 | 87\$00 | 91\$00 | |
| 200\$00 | 190\$00 | 19-4-1932 | 1931 | L. | 11\$15 | 248\$00 | — | 201\$00 | 209\$00 | |
| — | — | 15-7-1929 | 1928 | £ | 0-3-2 2/3 | — | — | — | — | |
| 12\$00 | 8\$50 | — | 1927 | — | — | — | — | 8\$00 | 11\$00 | |
| 48\$50 | 43\$40 | 11-7-1929 | 1928 | £ | 0-0-0,6 | 42\$50 | 43\$00 | 42\$50 | 43\$50 | |
| 46\$50 | 40\$50 | 11-7-1929 | — | £ | 0-0-0,6 | 41\$00 | — | 41\$00 | — | |
| 18\$00 | 12\$50 | 1-4-1929 | 1927 | L. | 10\$00 | — | 12\$00 | 41\$00 | — | |
| 153\$00 | 140\$00 | 18-4-1932 | 1931 | L. | 5\$00 | 145\$00 | 152\$00 | 142\$00 | 145\$00 | |
| 15\$00 | 12\$00 | 2-6-1930 | 1928-29 | L. | \$99 | — | — | 10\$00 | — | |
| | | | | | | Agrícola do Cazengo | | | | |
| | | | | | | Agrícola das Neves | | | | |
| | | | | | | Agricultura Colonial (Soc.) | | | | |
| | | | | | | Açúcar de Angola | | | | |
| | | | | | | Boror | | | | |
| | | | | | | Cabinda | | | | |
| | | | | | | Buzi—de 1 a 150.000 1. ^a Em. | | | | |
| | | | | | | Buzi—de 150.001 a 300.000 2. ^a Em. | | | | |
| | | | | | | Colonial de Navegação | | | | |
| | | | | | | Ilha do Príncipe | | | | |
| | | | | | | Zambézia—t. 25 | | | | |

COMPANHIA DO SUL DE ANGOLA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

AUTORIZADO — Esc. 10.000.000\$00

SUBSCRITO — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

LISBOA—R. Victor Cordon, 12-1.º
TELEF. 2 4174—End. Tel. SULANGOLA

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mossâmedes, Praia Amélia, Pôrto Alexandre.

FABRICO DE CONSERVAS, FARINHAS E ÓLEOS DE PEIXE, PASTA AZOTADA

Fábrica AFRICANA—Mossâmedes

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

MOSSAMEDES, GIRAU, S. NICOLAU, S. JOÃO DO SUL, CAROCA E PINDA

Gomes & Irmão, L.^{da}

Sede: RUA DE S. JULIÃO, 11, 1.º
LUANDA—LISBOA—LOBITO

Endereço Telegráfico: IRMÃOS

Secções comerciais:

MERCEARIAS—FAZENDAS—QUINQUILHARIAS
E MIUDEZAS—PADARIA—TALHO
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Pecuária:

Criadores de gado bovino e suino, nas suas propriedades de
Maíanga, Cabo Lombo, Belas e Benfica

Representações:

Companhia de Seguros "Bonança", Companhia de Seguros "Fidelidade"
Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro
Produtos Purfina—Gasolina—Petróleo e Oleos

Sócios gerentes da SOCIEDADE COLONIAL DE EXPORTAÇÃO, L.^{da} (Vinhos)

Sócios gerentes de CAMARA & C.^{ia} L.^{da}, agentes da Companhia
Nacional de Navegação, em Luanda

Concessionários das Minas de Carvão de Quilungo

SOUSAS, FREITAS, L.^{DA}

FÁBRICA DE CAMISARIA
IDEAL

Fabrico esmerado em camisaria
e seus análogos

Exportadores de gado e outros géneros
coloniais

SEDE

Calçada do Duque, 3, s/loja

Filial em Benguela

Dantas, Valadas & C.^a L.^{da}

FARMACEUTICOS

ANGOLA

Farmácias em Luanda: Sede Farmácia Esperança — Farmácia em Malange

Endereço Telegráfico CAOUTCHOUC

Depósito de drogas, produtos químicos e farmacêuticos

Especialidades farmacêuticas nacionais e estrangeiras, perfumarias, instrumentos cirúrgicos e de óptica

utensílios de laboratórios

Fornecem em grande escala

Anexo às farmácias em consultórios médicos devidamente apetrechados

Execuções rápidas para qualquer ponto da Colónia

ESCRITÓRIO EM LISBOA

RUA DE S. JULIÃO, 23, 1.º D.

Telefone 2 6887

SORTES GRANDES?

SÓ A CASA

COSTA, L.^{DA}

AS VENDE

75, RUA DE S. PAULO, 77

JOSÉ SIMÕES COELHO & C.^A

CAIXA POSTAL N.º 25

BENGUELA

IMPORTADORES E EXPORTADORES

Endereço Telegráfico: CACONDA

BANCO DE ANGOLA

Banco Emissor da Colónia

Sede: LISBOA — Rua do Comércio, 57 a 61

CAPITAL SOCIAL ESC. 60.000.000\$00

Direcção Geral em África — LUANDA || Filial em Luanda — R. Salvador Correia

Caixa Postal 393

Caixa Postal 343

Telegramas: «DAROAL»

Telegramas: «ALDARO»

Juros credores abonados nos depósitos efectuados na sede dêste Banco em Lisboa

À ordem:

até 500 contos... 2 1/4 % ao ano || A 6 meses... 4 % ao ano

acima de 500 contos... 1 1/4 % ao ano || A 12 meses... 5 % ao ano

Agências na Colónia

Benguela, Nova Lisboa (Huambo)

SAZAIRE, LOBITO, MALANGE, MOSSAMEDES, NOVO REDONDO, VILA SÁ DA BANDEIRA E SILVA PORTO

Agência no Congo Belga

Leopoldville

Agências Privativas

Boma (Congo Belga)

Cabinda e Vila Luso

CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA

LOBITO

O mais curto caminho para a África Central

Ligações da Katanga com a Europa

Distância via Lobito comparada com via Beira

Katanga—Southampton: Via Lobito: 1.208 milhas por terra e 4.900 milhas por mar. Total 6.108 milhas.

Via Beira: 1.786 milhas por terra e 7.855 por mar.

Total 9.641 milhas.

Distância a favor da via Lobito: 578 milhas por terra e 2.955 por mar. Total 3.553 milhas.

Distância via Lobito comparada com via Cape Town

Katanga—Southampton: Via Lobito: 1.208 milhas por terra, 4.900 milhas por mar. Total 6.108 milhas.

Via Cape Town: 2.477 milhas por terra e 6.350 milhas por mar. Total 8.827 milhas.

Distância a favor da via Lobito: 1.269 milhas por terra e 1.450 por mar. Total 2.719 milhas.

Venancio Guimarães & C.^a

Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

Escritório em LISBOA — R. de S. Julião, 23, 1.º

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: VOUGA

COMÉRCIO GERAL, AGRICULTURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA

*Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.DA
(Fornos de cal e moagem de cereais)*

*Agricultores no BENTIABA
(Fazenda Algodoeira da PUPA)*

Exportadores de gado bovino e peixe seco

REPRESENTANTES NOS DISTRITOS DA HUILA E DE MOSSÂMEDES DE:

Vacuum Oil Company
Fábrica de Tabacos Ultramarina
Automóveis e camions «FORD»
Máquinas de escrever «REMINGTON»

REPRESENTANTES NO DISTRITO DA HUILA DE:

Burrell & C.º
Companhia de Seguros «TAGUS»
Lotarias de Angola

SOCIEDADE COLONIAL DE TABACOS, LIMITADA

Sede — Avenida da Liberdade, 18, 4.º

LISBOA

Proprietária das:

FÁBRICA DE TABACOS ULTRAMARINA

Avenida Salvador Correia

LUANDA

Tele { gramas MARINA
fone 154

Caixa Postal N.º 243

E

FÁBRICA NACIONAL DE TABACOS

Avenida Manuel d'Arriaga

LOURENÇO MARQUES

Tele { gramas TABACO
fone 96

Caixa Postal N.º 706

COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital acções 7.000.000\$00

SEDE EM LISBOA:

DIRECÇÃO — ESCRITÓRIOS:

RUA DOS FANQUEIROS, 278, 2.º

Telefone: A. 22331

DEPÓSITO:

RUA DOS FANQUEIROS, 270 A 276

Telefone: A. 22332—Telegramas: PELPRADO

Proprietária das Fábricas do:

Prado, Marianaia, Sobreirinho (Tomar), Penedo,
Casal d'Ermio (Lousã) e Vale
Maior (Albergaria-a-Velha)

Instaladas para uma produção anual de Oito milhões de Kilos de papel e dispondo dos maquinismos mais aperfeiçoados para a sua indústria. Têm em depósito grande variedade de papéis de escrita, de impressão e de embrulho. Toma e executa prontamente encomendas para fabricações especiais, de qualquer quantidade de papel de máquina contínua ou redonda e de forma

Pereira, Santos & C.^a, L.^{da}

IMPORT-EXPORT

PRODUTOS COLONIAIS

LISBOA: Praça do Município, 32, 3.º

End. Telegráfico: LUCALA

LUANDA: Rua Farinha Leitão

End. Telegráfico: LAPELA

COMÉRCIO GERAL

INFORMAÇÃO ECONÓMICA SÔBRE ANGOLA

ORGANIZADA POR

HENRIQUE GALVÃO

DIRECTOR DAS FEIRAS DE AMOSTRAS COLONIAIS

À VENDA NA

AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

RUA DA PRATA, 84

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA

RUA AUGUSTA, 52, 56

PREÇO: 30\$00

João J. Melo & C.^a

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Comércio Geral

Sede em Luanda

Rua Farinha Leitão

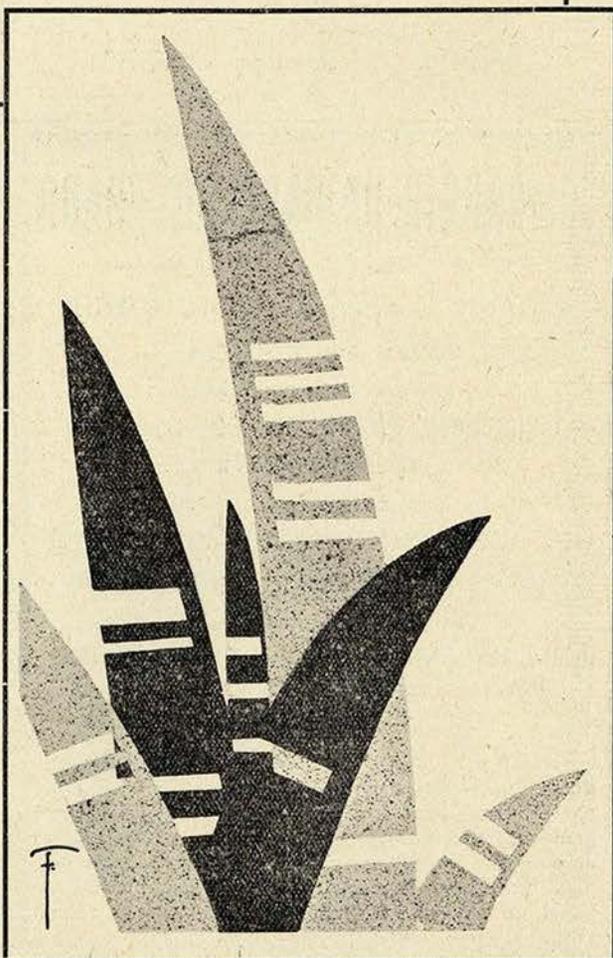
Endereço Telegráfico JOMELO

Escritório em Lisboa

Rua Augusta, 229, 3.º E.

Telefone 2 0461

Endereço Telegráfico JOMELO





PARA

INFORMAÇÕES

PROPAGANDA

PUBLICIDADE

PROCURADORIA

DAS

COLÓNIAS PORTUGUESAS

consulte a

AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Rua da Prata, 34 — LISBOA

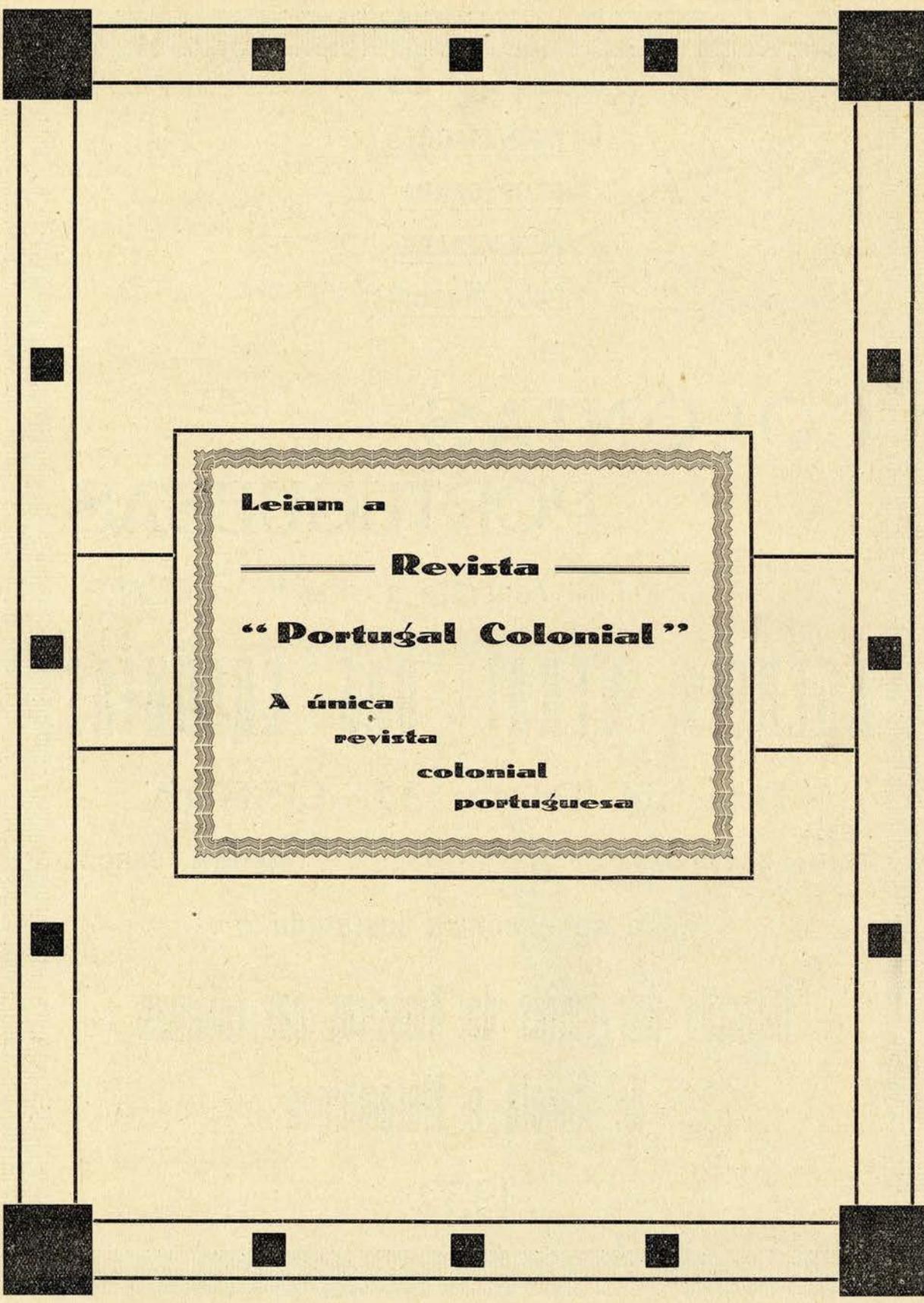
Telefone 2 0651

Telegramas AGERCOL

onde se encontra instalada a

Direcção das Feiras de Amostras nas colónias
de Angola e Moçambique

1932



Leiam a
Revista
“Portugal Colonial”
A única
revista
colonial
portuguesa